

Lagarteiro

uma intervenção alicerçada na participação

Equipa Técnica:

Teresa Sá Marques (coord.)
Carlos Ribeiro
Isabel Dias
Mário Fernandes
Paula Guerra
Rui Mealha
Eduarda Ferreira

Colaboração:

Fátima Matos
Bruno Pires



Fotografia aérea do Bairro do Lagarteiro.

Ao longo destes cinco meses podemos constatar que não existe um único caminho para a integração, pois confrontamo-nos com uma pluralidade de valores, crenças e atitudes, permitindo aos diferentes actores a possibilidade de ancoragens sociais diversas. Dada a complexidade dos problemas as dúvidas e as incertezas foram uma constante. Tivemos ainda que ter em linha de conta, que a integração se reveste de dimensões plurais de intervenção, de grande exigência disciplinar: a integração económica em geral e no mercado de trabalho em particular, a integração sócio-urbanística, a integração cívica e a integração inter-grupal e inter-geracional.

Resta-nos agradecer muito especialmente ao Grupo de Parceiros Locais, pelos encontros de aprendizagem que nos proporcionaram. Ao Instituto Nacional de Habitação, administração, técnicos e consultores, desejamos-lhe êxito para o grande desafio que abraçaram.

1. Objectivos do diagnóstico e enquadramento geral da problemática

A vivência em pleno da cidade apela a uma cidadania activa, o que pressupõe a existência de um padrão social de referência em termos de direitos e de deveres. O direito à cidade está associado ao exercício de outros direitos, designadamente, o direito ao alojamento, o direito ao emprego, o direito aos serviços, o direito à cultura e à qualidade de vida urbana e o direito de cidadania. Nesta óptica, e no pólo oposto, poderemos então considerar que algumas áreas da cidade, designadamente os bairros desqualificados são os lugares onde existem cumulativamente os maiores estrangulamentos face a estes direitos.

Considerando que a localização geográfica e a configuração espacial destes territórios condicionam as práticas e vivências de quem aqui reside, importa referir que o Lagarteiro é o Bairro mais periférico da cidade do Porto, encontrando-se inscrito numa zona marcada por uma ainda forte ruralidade, mal servida em termos de transportes públicos e com uma rede viária de acessos deficiente. Neste sentido, o Lagarteiro surge como um aglomerado residencial desintegrado da malha urbana envolvente, fechado sobre si mesmo, distanciado da cidade dominante e alvo de um processo de segregação sócio-espacial.

Como ponto de partida, parece importante salientar que o Bairro, ainda que se assuma como unidade básica de análise e de intervenção para a requalificação do tecido social, cultural e económico, assume uma dimensão limitada para a efectivação de um projecto de qualificação urbana mais alargado. A cidade é mais do que uma justaposição de bairros; assim, o Bairro do ponto de vista da integração social e urbana terá que ser integrado dentro de um projecto estratégico estruturante para a cidade, de forma a alcançar-se a necessária articulação entre a cidade e o urbano. Neste sentido, é fundamental articular a intervenção no Bairro do Lagarteiro com o Projecto para o Parque Oriental e toda a necessária qualificação da Zona Oriental da cidade.

Obviamente que a inclusão de metodologias de participação dos diferentes actores no urbanismo e no planeamento em geral poderão desvendar potencialidades de desenvolvimento social. Contudo, parece-nos importante que se tenham em linha de conta a pluralidade e heterogeneidade de situações de exclusões e de estigmatização, diferenciadamente vividas e sentidas nos quotidianos das populações, admitindo que "a regra é a da heterogeneidade das situações de exclusão, recuperáveis umas, inelutáveis no curto prazo outras, criadoras de

rupturas de identidade por perda de laços e sociabilidades comunitárias algumas, deslizando e conformadas outras ainda.”¹

Configura-se, então, como pressuposto orientador de qualquer intervenção a efectuar, a auscultação das aspirações, gostos, motivações e interesses de toda a população residente do Bairro, de forma a evitar processos de distanciamento da população face aos poderes estabelecidos.

O trabalho participativo dos Actores pretendeu sobretudo prepará-los para o futuro, levá-los a reconhecerem a necessidade de trabalharem em conjunto criando sinergias e processos de concertação sustentados. Tratou-se sobretudo de um processo de aprendizagem, em que cada um, com a sua experiência e as suas vivências, contribuiu para a resolução de um conjunto de problemas.

Neste contexto, o **processo de inovação** assenta na capacidade de se desencadear, individualmente e colectivamente, processos de aprendizagem que levam à resolução dos problemas sociais, urbanísticos, económicos e culturais locais.

Isto significa que partimos dos seguintes pressupostos:

- As representações mentais básicas da Equipa Técnica, dos Actores e da População Local, e as estruturas cognitivas em geral, são **construídas e seleccionadas** através das experiências de cada um e das suas interacções com o ambiente natural e social. Assim, cada um gera em si mesmo **informação e conhecimento** (processo contínuo de construção de relações entre representações mentais ou entre diferentes 'esquemas' cognitivos com diferentes níveis de complexidade);
- **a aprendizagem** é um processo de selecção de um esquema cognitivo que se revela adequado a uma determinada situação nova (resolução de um novo problema). Neste sentido, os *workshops* com os técnicos, actores e população em geral procuram, de certa forma, desestabilizar os esquemas cognitivos construídos, de forma a criar um ambiente favorável à construção de novas soluções.
- **Assim, consideramos que o processo de inovação deve assentar num processo de aprendizagem**, que consiste num processo de selecção de esquemas cognitivos que se vão revelar mais adequados à criação de uma situação nova, ou seja à verdadeira resolução dos problemas. Logo a

¹ J. Ferreira de Almeida, "Integração social e exclusão social: algumas questões", in *Análise Social*, Vol. XXVIII, n.º 123-4, 1993, p. 833.

aprendizagem é pró-activa.

- Isto significa que o projecto do Lagarteiro só será inovador se conseguir dinamizar, individualmente e colectivamente, um processo pró-activo de mudança assente numa **comunidade local aprendente**.

2. Apresentação do Diagnóstico

2.1. Síntese descritiva da zona

O Bairro do Lagarteiro situa-se na zona oriental da cidade, afigurando-se como um contexto residencial marcado por intensos processos de segregação social e urbana. Em termos sócio-demográficos, podemos aquilatar que está desintegrado da malha urbana envolvente e caracterizado pelo seu afastamento relativamente à cidade. Assim, este contexto de intervenção é tido, avaliado e representado como um espaço segregado económica, social, urbanística e culturalmente face à cidade. Em termos sócio-demográficos, podemos salientar que o Bairro do Lagarteiro é constituído por 446 fogos, onde residem aproximadamente 1766 pessoas, totalizando cerca de 398 agregados familiares.

QUADRO 1: População residente e n.º de agregados familiares

N.º de Fogos	N.º de Agregados	N.º de Pessoas
446	398	1766

Fonte: *Estudo Socioeconómico da Habitação Social do Porto*, CMP, 1999

Em 2006, a Junta de Freguesia de Campanhã implementou um questionário aos agregados domésticos residentes. Responderam ao questionário 387 agregados domésticos (387 fogos – 95% do total), contemplando 1460 pessoas residentes. Este questionário vai ser objecto de análise neste relatório.

Em termos globais, e procurando fazer um breve retrato, a população residente no Bairro do Lagarteiro apresenta algumas especificidades que importa sublinhar, designadamente: a pirâmide etária da população residente é claramente jovem; as estruturas familiares de grande dimensão associam-se a níveis de sobrelotação habitacional; as famílias compostas exclusivamente por indivíduos idosos e a maternidade na adolescência fragilizam as estruturas familiares; os níveis de desemprego e de desocupação são elevados; as taxas de escolaridade são baixas e o abandono escolar é muito alto, logo no 5º e 6º Ano. Em termos de estruturas físicas podemos acrescentar que os espaços públicos estão degradados e descaracterizados, as habitações estão deterioradas e a acessibilidade ao Bairro é fraca.

Dados estatísticos de síntese, em 2001²

(a vermelho estão sinalizados os indicadores numa posição favorável no Lagarteiro face ao concelho do Porto e aos índices de Portugal; a azul estão sinalizados os indicadores numa posição desfavoráveis)

		Lagarteiro	Concelho do Porto	Portugal
1	População total	1.892	261.239	10.356.117
2	População com menos de 25 anos (%)	37,8	27,1	30,3
3	Média etária	35,0	41,7	39,0
4	População residente com deficiência (%)	8,6	7,5	6,1
6	Famílias unipessoais (%)	12,7	25,3	17,3
7	Famílias monoparentais (%)	20,3	12,0	9,0
8	Famílias clássicas com 5 ou mais pessoas (%)	19,3	8,0	9,5
9	Famílias compostas exclusivamente por indivíduos com 65 ou mais anos (%)	9,8	19,4	17,4
10	Mulheres residentes com idade compreendida entre os 15 e os 19 anos que vivem com filhos no núcleo (%) (maternidade na adolescência)	11,1	2,6	2,6
11	Edifícios com necessidades de reparação (inclui os muito degradados) (%)	80,6	64,0	40,9
12	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobrelotados (%)	41,0	19,0	16,0
13	Número médio de indivíduos por alojamento	3,4	2,1	2,0
14	Média das rendas mensais dos alojamentos clássicos de residência habitual arrendados (Euros)	29,4	94,5	122,3
15	População residente desempregada face à população residente com actividade económica (%) (taxa de desemprego)	16,6	10,2	6,8
16	População empregada por conta de outrem (%)	90,1	84,7	81,6
17	População empregada com horário semanal de trabalho de menos de 30 horas (%)	10,5	12,6	8,1
18	Indivíduos residentes com o ensino básico completo, relativamente à população com 15 ou mais anos	20,2	53,0	38,0
19	Indivíduos residentes com o ensino secundário, médio ou superior completo, relativamente à população com mais de 15 anos	6,4	36,4	22,0
20	População residente empregada ou estudante que se desloca, cujo principal meio de transporte é o automóvel (%)	22,0	42,7	45,9
21	População residente empregada ou estudante que se desloca cujo principal meio de transporte é público colectivo (%)	57,9	28,7	19,6
22	Duração média dos movimentos pendulares (minutos)	36,4	23,8	20,9

Fonte: INE, 2001; os dados do Lagarteiro referem-se ao conjunto de 5 subsecções estatísticas (com os seguintes códigos: 13120315908; 13120316005; 13120308801; 13120308802; 13120316006).

² Estes indicadores foram seleccionados de uma extensa Base de Informação por subsecção.

A construção do Bairro do Lagarteiro foi efectuada em duas fases. A primeira concluída em 1973 contemplou 248 fogos (blocos 1 a 9), sendo a segunda concluída em 1977 constituída por 198 fogos (blocos 10 a 13). Esta segunda fase é tipicamente uma ampliação do bairro original, tendência que a C.M.P. adoptou, de forma generalizada, para fazer face à grande pressão habitacional existente na época. Assim, o bairro é constituído por 13 blocos habitacionais³ (de cêrcea dominante r/c + 3) contemplando 446 fogos com as seguintes tipologias: T1 - 16; T2 - 105; T3 - 224; T4 - 99; T5 - 1.



Fotografias do Bairro do Lagarteiro nos anos setenta.

O Bairro originalmente reproduz os modelos modernistas de construção de cidade. Na sua envolvente próxima a cidade espontânea: ruas sem sentido, actividades económicas formais e informais, arquitectura de baixo relevo, espaços verdes, etc. No entanto, o que se realça é(era) toda ela ser um enorme *cul-de-sac*. O bairro do Lagarteiro estava no limite da cidade. As acessibilidades e a circulação eram, e são-no ainda, deficientes e bastante débeis o que reforça o "encravamento" da zona, sobretudo porque a topografia não ajuda. Hoje, com a construção (2005) da Alameda de Azevedo, iniciou-se o processo de transformação das acessibilidades à zona.

O Bairro do Lagarteiro enferma de uma série de problemas congénitos que se têm agravado nos últimos anos com a progressiva degradação do edificado e dos espaços colectivos, perante a ausência de perspectivas de reabilitação e de estruturação urbanística e ambiental. Aliás, é sintomática a impossibilidade de concretização, por motivos vários, do projecto de reabilitação de fachadas (Arqto. Manuel Botelho, 2001) e do projecto de reabilitação do espaço público (Urb-

³ Importa salientar que, enquanto as políticas habitacionais do Estado Novo professavam os modelos de moradias unifamiliares (bairros de casas económicas, ...) a C.M.P., desde o bloco de Duque de Saldanha (1940), adoptava os modelos de blocos habitacionais plurifamiliares.

Atelier/Arqto. João Campos, 2004), entre outros processos e programas. De qualquer forma, urge intervir na componente física de um bairro que tem já mais de trinta anos e, além da intervenção estrita no bairro onde, por exemplo, *as infra-estruturas das redes prediais, que não foram conservadas ou mantidas, [se encontram] no limite técnico de vida*, importa ponderar problemas e acções de forma mais abrangente.

Um dos factores que tem dificultado a actuação urbanística e que a torna normalmente pouco profunda, prende-se com a persistente ausência de uma estratégia e uma boa ideia central, de conjunto, para todo o sector urbano do Lagarteiro/Azevedo/Parque Oriental, já que para além dos factos em presença, parte importante dos problemas e, nestes termos, das soluções correspondentes, situa-se ao nível da ausência de relações entre tais factos e a envolvente directa ao Bairro, marcada por espaços residuais e espaços abertos expectantes.

De facto, o Bairro do Lagarteiro resultou, em termos gerais, da atitude abstracta de mera ocupação de uma bolsa de terrenos disponíveis, ocupação essa marcada ainda pela desventura do modelo funcionalista que informou o respectivo desenho e que não se capacitou, nem a "fazer cidade" com conotados claramente urbanos, nem a "abrir"-se e articular-se à malha de matriz linear, e de organicismo elementar, de Azevedo. Assim, o Bairro do Lagarteiro constituiu-se, à partida, como forma segregada e como fragmento, com a agravante de não possuir qualquer coerência morfológica, ser estilhaçado e desarticulado internamente.



Bairro do Lagarteiro, 2006.

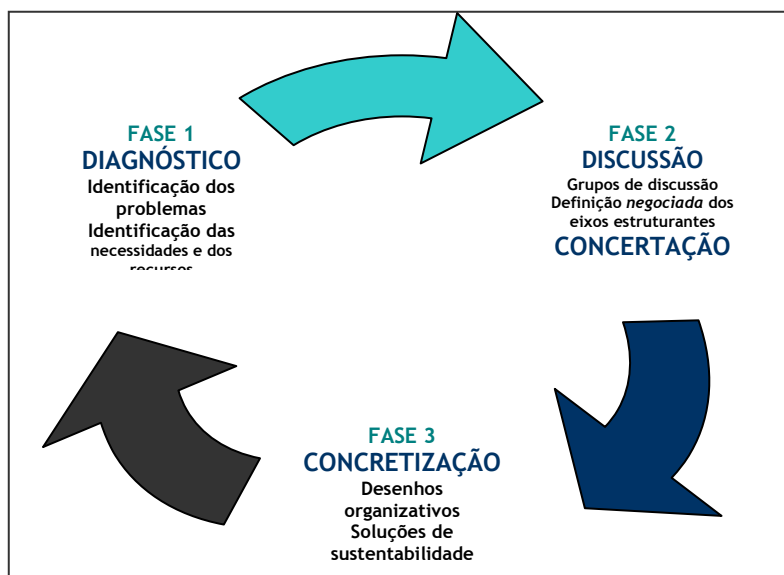
2.2. Metodologia utilizada no diagnóstico

1. Em termos metodológicos optou-se por articular várias dinâmicas em simultâneo, procurando articular e dinamizar sinergias entre os diferentes resultados obtidos, com base em diferentes métodos:

- acções tradicionais de levantamento e caracterização;
- acções de auscultação por inquérito;
- *focus* grupo de abordagem diagnóstica e prospectiva
- apresentações de casos e demonstrações de acções exemplares
- grupos de acção exploratória e de alargamento da mobilização e

envolvimento das populações locais.

Esquema metodológico de desenvolvimento das temáticas



2. Esta abordagem metodológica pretende instaurar um processo de investigação-participação-acção ancorado nos seguintes princípios:

- Possibilitar uma contribuição para a realização de um diagnóstico participado, contrariando saberes e ideias vindas de cima para baixo;
- Pugnar por uma desmontagem de mecanismos de leitura uniformizantes, apostando nas vivências, sociabilidades e representações das vivências dos moradores como ponto de partida para a compreensão das dinâmicas locais e desenho de acções ancoradas no accionamento de recursos para um fim comum;
- Possibilitar o envolvimento das instituições e populações locais e das suas capacidades de concertar iniciativas;
- Fomentar *empowerment*, o que pressupõe que as populações possam desenvolver a nível local competências de gestão e capacidade de tomada de decisão no que diz respeito às suas próprias vidas;

- Montar um processo de investigação-acção participativo, um processo de aprendizagem, que permita abrir discussões, algumas contraditórias, e conduzir a um consenso aceite por todos.

3. Através deste conjunto diversificado de intervenções espera-se contornar as principais barreiras, designadamente:

- as dificuldades em obter elementos fidedignos que permitissem estabelecer uma escala, nem que fosse aproximada, do impacte e da gravidade dos problemas recorrentemente enunciados;

- as interpretações segmentadas e excessivamente focalizadas dos actores locais em função das especialidades associadas ou às funções institucionais ou de intervenção solidária, muitas vezes voluntarista;

- o défice, apesar de tudo significativo, de instituições locais com uma participação activa e representativa dos residentes do bairro.

4. Assim, a abordagem metodológica tem em vista o seguinte:

- desenhar os contornos essenciais do “estado da arte” através de métodos de auscultação e observação, tidos por suficientes para o objectivo em causa;

- agir em favor de uma efectiva desocultação nos domínios atitudinais e comportamentais elegendo a experiência e as vivências dos residentes como ponto de partida para a revelação das competências locais instaladas;

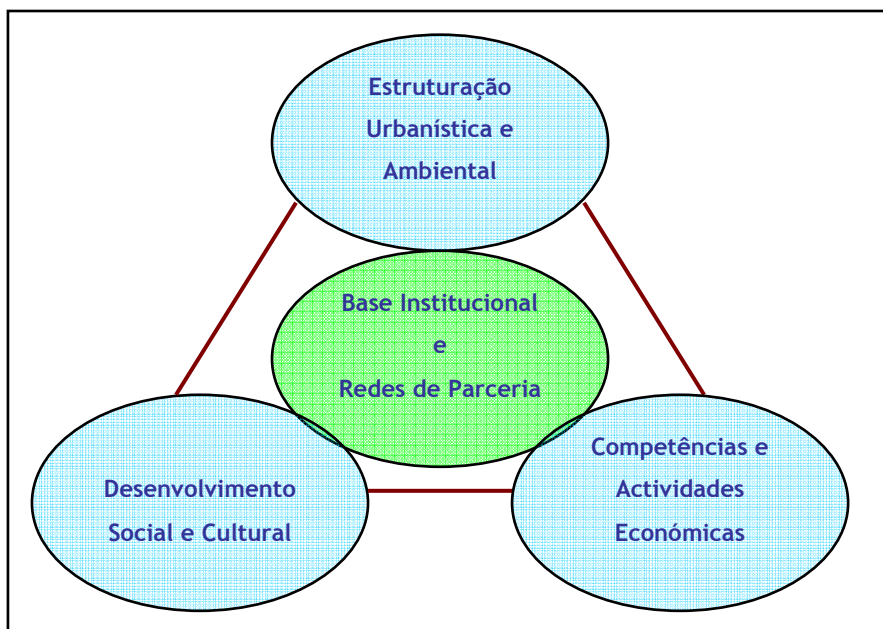
- provocar processos polarizadores de acção imediata, com uma tripla finalidade: aprofundar o diagnóstico na acção; introduzir elementos de motivação e de envolvimento das populações locais e, finalmente, lançar as bases de uma estrutura de suporte à organização das actividades futuras, com a participação directa de residentes do Bairro.

5. Sendo que qualquer intervenção tem em vista os moradores do Bairro e da envolvente directa, algumas das dificuldades de partida deverão ser examinadas no contexto dos processos e procedimentos operativos a desenvolver. A adesão dos moradores pressupõe processos de inclusão e participação nas decisões, o que se configura de grande complexidade face às premissas apontadas como orientadoras dos trabalhos de caracterização prospectiva em curso.

6. O diagnóstico será desenvolvido em torno de 4 grandes domínios, respondendo à necessidade de aprofundar a essência e o conteúdo dos problemas:

- Estruturação urbanística e ambiental

- Competências locais e actividades económicas
- Desenvolvimento social e cultural
- Estrutura institucional e parcerias



7. Assim, em termos metodológicos o diagnóstico na componente **estruturação urbanística e ambiental** apoia-se designadamente em:

<p>- acções tradicionais de levantamento e caracterização</p>	<ul style="list-style-type: none"> - levantamentos físicos, ambientais, funcionais, tipológicos, entre outros, realizados pela equipa técnica; - construção de cartografia analítica (hipsometria, declives, mapas funcionais); - pesquisa documental nos Serviços de Planeamento e Urbanismo da CMP;
<p>- acções de auscultação por inquérito</p>	<ul style="list-style-type: none"> - inquéritos realizados pela Câmara Municipal (níveis de ocupação e características da população residente) – realizaram-se até ao momento 80% do universo); - inquéritos realizados pela Junta de Freguesia de Campanhã (estado de degradação e de ocupação dos imóveis, entre outros) – realizaram-se até ao momento a 389 agregados domésticos);
<p>- focus grupo de abordagem diagnóstica e prospectiva</p>	<ul style="list-style-type: none"> - com os representantes da CMP e do INH, e com os serviços camarários (serviços de Urbanismo e do Ambiente, entre outros); - com todos os actores do Projecto;

- apresentações de casos e demonstrações de acções exemplares	- com os representantes da CMP e o INH, e com os serviços camarários (serviços de Urbanismo e do Ambiente); - com todos os actores do Projecto;
- grupos de acção exploratória e de alargamento da mobilização e envolvimento das populações locais.	- na fase final, a apresentação e discussão de alguns problemas e das acções emblemáticas e/ou estruturantes em termos urbanísticos e ambientais.

8. Por sua vez orientações metodológicas no domínio das **competências locais e das actividades económicas**, enriquecem o processo global que assumidamente incorpora uma forte componente de diversidade e de complementaridade, tendo em conta a sua estratégia exploratória e de construção modelar na acção. Assim, em termos metodológicos o diagnóstico apoia-se designadamente em:

- acções tradicionais de levantamento e caracterização	- levantamento e mapeamento das actividades económicas no bairro e na sua periferia imediata (comércio e serviços); - pesquisa documental dos Relatórios de Avaliação dos programas de intervenção anteriores (Escolhas, Urban) e dos estudos sócio-económicos existentes; - pesquisa e análise documental referente às qualificações e às actividades dos residentes (Publicações de Organismos das tutelas e INE)
- acções de auscultação por inquérito	- Inquérito aos actores locais sobre "Competências locais – caracterização e condições de desenvolvimento"
- focus grupo de abordagem diagnóstica e prospectiva	- <i>Focus</i> Grupo em torno das competências locais, organizado a partir dos <i>Encontros da Escola</i> . Envolveu responsáveis locais pelos temas da educação-formação, residentes e especialistas temáticos.
- apresentações de casos e demonstrações de acções exemplares	- apresentação da experiência "Clube da Vida Local" por técnicos da ANOP; debate sobre o modelo e estratégias de adaptação; - apresentação do funcionamento do processo RVCC por uma técnica de RVC do Centro de Paços de Brandão.
- grupos de acção exploratória e de alargamento da mobilização e envolvimento das populações locais.	Foram criados três grupos: - Grupo do 9º ano e das competências informais; - Grupo das actividades de proximidade e de apoio à Vida Local - Grupo dos Equipamentos e Espaços de

A acção directa realizada com elementos activos da população local em torno dos temas das competências locais tem servido de “termómetro – regulador” dos mecanismos de envolvimento e de progressiva apropriação do processo por parte de um primeiro núcleo de residentes. Os resultados mais evidentes nesta fase são os seguintes:

- foram constituídos 3 subgrupos, abarcando cada um uma área temática de reflexão / acção;
- cada subgrupo define o seu plano de acção e articula com os restantes as actividades que pretende realizar;
- o primeiro objectivo das actividades estabelecidas por cada um dos grupos consiste no envolvimento / mobilização / adesão de outros residentes do bairro e na sua co-responsabilização nas acções futuras.

Grupo Reconhecimento e Validação de Competências: levar a debate público, no bairro, a possibilidade dos residentes detentores de competências adquiridas ao longo da vida, poderem ver certificados os seus saberes ao nível do 4º, 6º e 9º anos de escolaridade. Possível articulação dos processos no plano escolar com competências profissionais, mesmo parciais, para acções de Reconhecimento Social de Competências, facilitadoras e potenciadoras de empregabilidade.

Grupo Actividades de Proximidade e de Apoio à Vida Local: identificar necessidades de apoio e de serviços de proximidade no Bairro e potenciais prestadores de serviços em áreas de carência significativa e voluntários para primeira abordagem as mais carenciados.

Grupo Espaços e Equipamentos de Apoio às actividades da Iniciativa Local: identificar os espaços disponíveis; avaliar as suas condições actuais e apresentar recomendações nestes domínios depois de auscultar os potenciais dinamizadores e beneficiários.

Deste primeiro embrião de acções / envolvimento pode-se admitir que venha a surgir um quadro favorável à auto-organização. As condições concretas, as pessoas envolvidas e as dinâmicas entretanto impulsionadas ditarão a viabilidade de ser constituída uma estrutura interna que lidera e assegura a continuidade do processo.

9. No quadro da temática **redes de sociabilidade e modos de vida**, optámos pelo accionamento de uma multiplicidade de técnicas de recolha da informação, do seu tratamento e da respectiva mobilização dos actores, tal como podemos ver no quadro seguinte.

Abordagem metodológica e accionamento de recursos técnicos

<p>-Acções de recolha de informação secundária</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Recolha de elementos documentais junto dos diferentes actores institucionais; - pesquisa documental e bibliográfica acerca do Bairro e da cidade; - utilização de dados tratados da Câmara Municipal do Porto e da Junta de Freguesia de Campanhã; - consulta e utilização do Relatório do Programa Escolhas e do Relatório de Actividades do Projecto promovido pela NorteVida; - recolha de elementos estatísticos junto da PSP, Segurança Social, Centro de Saúde de Campanhã, Instituto Nacional de Estatística, etc.
<p>Acções de auscultação por inquérito</p>	<ul style="list-style-type: none"> - inquéritos realizados pela Câmara Municipal (níveis de ocupação e características da população residente – já referidos); - inquéritos realizados pela Junta de Freguesia de Campanha (já referidos); - inquéritos realizados pela Obra Diocesana de Promoção Social; - análise por amostragem das fichas de processos de RSI disponibilizadas pelo Centro Regional de Segurança Social e pela Fundação Filos.
<p>Focus grupo de abordagem diagnóstica e prospectiva</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 5 Grupos de Discussão com a população local - Grupo de Discussão com os actores institucionais - Grupo de Discussão com a Câmara Municipal do Porto e Junta de Freguesia de Campanhã
<p>Realização de entrevistas semi-directivas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas aos actores institucionais locais - Entrevistas a projectos emblemáticos - Entrevistas a actores institucionais supra-locais (Segurança Social, Autoridade de Saúde e PSP) - Entrevistas a Moradores - Entrevistas a lideranças locais (Igreja, Escola)

Grupos de mobilização e envolvimento das populações locais

- Realização de sessões de trabalho com líderes informais locais estratificados em função da idade e das condições de vida acerca de projectos e acções estruturantes de intervenção
- Montagem de painéis temáticos
- Identificação de pessoas-recurso

Em termos de auscultação dos diferentes grupos populacionais, conseguimos, através de persistentes contactos, vir a constituir um grupo de discussão local, que se foi densificando numa estratégia de bola de neve, composto pelos seguintes segmentos populacionais:

- Segmento de Jovens que engloba mães adolescentes (6º ano), estudantes (12º e superior), desempregados e inactivos (6º, 5º e 7º ano), na sua maior parte mulheres, entre os 16 e 24 anos;
- Segmento de Idosos, também mulheres, atestando a natureza matriarcal do Bairro, pautadas por baixos rendimentos, tendo a seu cargo dependentes; a sua maioria permanece em casa todo o dia e uma minoria frequenta as actividades da Casa das Glicínias;
- Segmento de população adulta que abrange população desempregados, (feminina e masculina), portadora de qualificações escolares e profissionais muito baixas entre os 34 e os 49 anos.

Neste momento, as lideranças informais do Bairro funcionam como elementos de recrutamento para os grupos.



Grupo de discussão com a população local, 5 de Maio de 2006.

10. Para a caracterização da **base institucional e da rede de parcerias** foi implementado um questionário à equipa de Actores Locais. Com este questionário pretendeu-se sobretudo identificar:

- as áreas de intervenção de cada instituição, públicos-alvo, os seus recursos humanos, logísticos e financeiros e áreas/pessoas abrangidas pelas actividades da instituição;

- as actividades/projectos mais relevantes (no passado e no futuro), os principais obstáculos que têm de ser ultrapassados (na relação com o público-alvo; na relação com os parceiros; devido ao contexto do bairro, ao défice de recursos, entre outros; falta de profissionais) e as principais fontes de financiamento.

- as redes de parceria mais frequentes, que projectos cimentam essas parcerias e a duração dessas redes;

- as expectativas e representações que o Bairro do Lagarteiro sugere (potencialidades, estrangulamentos, ameaças e oportunidades) aos actores que operam no Bairro;

- as redes potenciais de parceria e eventuais líderes de projectos e de intervenção.

Para a definição, configuração e representação das redes de instituições foi utilizada uma linguagem algébrica essencialmente qualitativa que procura captar e descrever a riqueza das relações entre objectos - Dinâmica de Poliedros ou Q-analysis.

Dinâmica de Poliedros ou Q-analysis é uma linguagem matemática descrita em topologia algébrica e desenvolvida com o objectivo de descrever e representar questões estruturais. A Dinâmica de Poliedros foi desenvolvida pelo matemático Ronald Atkin em meados dos anos 70 - Atkin, Ronald, Mathematical Structure in Human Affairs, Heinemann Educational Books, London 1974. A sua génese tem a ver com a necessidade de descrever estruturas (o modo como objectos ou elementos se relacionam ou se associam). Não é uma técnica no sentido usual do termo (não recorre às tradicionais linguagens matemáticas da estatística inferencial e descritiva que são sobretudo quantitativas) mas sim uma linguagem algébrica essencialmente qualitativa que procura captar e descrever a riqueza das relações entre objectos. Constitui uma excelente aproximação metodológica à complexidade da representação gráfica das relações entre objectos e uma alternativa e/ou, frequentemente um complemento, às técnicas clássicas aglomerativas ou partitivas de agregação de objectos nos métodos de classificação da estatística descritiva. É particularmente útil na definição, configuração e representação de redes de indivíduos.

11. Através deste conjunto diversificado de acções, pretendemos alcançar os seguintes objectivos:

- Possibilitar a consolidação de um diagnóstico credível, realista e tradutor da realidade;
- Cruzar uma multiplicidade de fontes de informação permitindo cruzar diferentes métodos e lógicas de recolha;
- Mobilizar uma diversidade de actores (políticos, institucionais e moradores) tendo em vista um enriquecimento das representações acerca do Bairro e excessivamente personalizadas e focalizadas em determinadas especialidades;
- Identificar várias possibilidades de concertação e de participação.

2.3.Eixos interpretativos das dinâmicas urbanas e levantamento das hipóteses para a intervenção

Os trabalhos de diagnóstico procuram esboçar, de forma objectivada e prospectiva, um conjunto de nexos transversais entre todas as vertentes de natureza física e social, identificando as suas correlações e escalas geográficas de pertinência analítico-estratégico. Neste sentido, foram identificados os eixos interpretativos das dinâmicas urbanas seguindo uma perspectiva inter-disciplinar e uma visão prospectiva e interventiva:

- A. O Bairro e a Cidade
- B. O Bairro enquanto espaço de (sobre)vivência social
- C. Redes de sociabilidade quotidianas e espaço público
- D. O Bairro enquanto espaço predominantemente residencial
- E. Competências locais para a promoção da coesão social
- F. Criação de actividades e dinamização do emprego a nível local
- G. Reinserção profissional de populações particularmente vulneráveis
- H. Dependências e assistencialismo

A. O Bairro e a Cidade

O fechamento do Bairro do bairro do Lagarteiro reflecte a sua desintegração sócio-urbanística na cidade do Porto. Esta desintegração verifica-se não só em termos da sua configuração espacial e enquadramento urbanístico, mas também em termos das vivências quotidianas e dos espaços de acção e de referência dos seus habitantes, contribuindo para o reforço do estigma social negativo que recai sobre o Bairro e sobre quem o habita.

Existe uma construção discursiva centrada numa assunção da pertença a um espaço estigmatizado e de modalidades de reacção face a essa situação. Em situações de interacção e de exposição pública, os residentes omitem a sua pertença territorial, demonstrativos de que habitar no bairro é arriscar a ter uma imagem publicamente desvalorizada na cidade.

Mesmo quando se deslocam para fora do Bairro, os jovens têm percursos já relativamente bem definidos que são, geralmente, percorridos em grupo e que estão associados ao trajecto da única carreira dos STCP que serve a zona do Lagarteiro. Os locais habitualmente mais frequentados são o Centro Comercial *Central Shopping* (agora parcialmente inactivo) e o Parque Nascente e, no período do Verão, a zona ribeirinha próxima do Freixo. Apesar de este ser um aspecto

comum quando falamos de contextos habitacionais socialmente desqualificados, podemos considerar que para isto muito contribui o isolamento físico, espacial e social em que o Lagarteiro se encontra.

Estes eventos em que se reúnem com outros jovens de outros bairros, quer porque se apresentam quer porque competem (ex. desfile e «eco-escutismo») revelam as rivalidades dos bairros e simultaneamente desconstrói essas rivalidades – facilmente interagem, encontram namorados...Actor institucional

Numa perspectiva de um maior aprofundamento relativamente às imagens exógenas sobre o Bairro, tentamos aferir as dimensões constituintes da construção de um imaginário de «medo» publicamente partilhado. É oportuno fazer aqui uma referência ao papel dos *media* na cristalização de uma imagem desvalorizada do Bairro na cidade por parte dos seus próprios moradores. Aliás, um dos principais problemas de insegurança vem das representações negativas que são trazidas do exterior e também de processos de exclusão vivenciados e que criam nos próprios indivíduos sentimentos de exclusão.

Neste sentido, podemos considerar que os *media* muito têm contribuído para a emergência de sentimentos de insegurança face a estes espaços na medida em que os relatos mediáticos acabam por cristalizar um imaginário social acerca dos bairros, pautado por uma representação negativa, toldada por sentimentos de medo e de insegurança. Este imaginário assume-se como elemento determinante no estabelecimento das relações dos espaços estigmatizados com a cidade no seu todo, provocando relativamente aos bairros uma ruptura com a cidade. Enfim, estamos perante a (re)construção de lugares marginais, fora dos limites da normalidade e cujo respeitável cidadão comum deverá evitar contactar seja sob que pretexto⁴.

"As casas estão degradadas e sobrelotadas, pelo bairro domina a toxicodependência e o desemprego é um grave problema. O número de pessoas a precisar de rendimento mínimo é elevado. Gente que, com o tempo, ganhou desafeição ao trabalho. Todos estes são motivos suficientes para que o Bairro do Lagarteiro, no Porto, seja um "barril de pólvora" e onde a criminalidade e a delinquência fazem parte do dia-a-dia". "Bairro do Lagarteiro vai ter um programa para sair da degradação", *Diário de Notícias*, 11 de Janeiro de 2006.

⁴ Paula Guerra, *Cenários de Insegurança*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

“Existe muito medo por parte das pessoas que são confrontadas com a necessidade de ir ao bairro ou de contactar com os residentes: os motoristas dos STCP, os taxistas, o carteiro dos CTT e os empregadores têm medo de assaltos, de falsificações de bilhetes ou passes, de agressões (ex. por o carteiro não trazer ou enganar-se na morada de beneficiários do rendimento social de inserção)”. Actor institucional.

Tendo em consideração o presente eixo interpretativo:

- É crucial ensaiar soluções de concertação com os programas previstos e a preconizar para a envolvente directa do Bairro

O Parque Oriental é o projecto âncora de regeneração urbana do sector oriental da Cidade e da Metrópole do Porto. Assim, a integração sócio-urbanística do Bairro do Lagarteiro depende da sua capacidade de interagir com os projectos que estão e vierem a ser idealizados para a envolvente.

Por um lado, é necessário rentabilizar para o Lagarteiro a componente ambiental que o Parque Oriental vai assumir. Por outro lado, a frente urbana que está a ser idealizada para o sector sul do Parque tem um carácter estratégico para o êxito da integração urbanística e social do Bairro.

É preciso avaliar a pertinência, efeitos objectivos e receptividade em estabelecer ligações de articulação com a envolvente, nomeadamente a Norte (com a nova Alameda de Azevedo), a Nascente (com o traçado existente - Rua e Tv. da Aldeia - e com a rotunda do Nó do Casal), a Sul (com a Rua de Azevedo, por prolongamento da Rua 8 de Setembro que agora nela entronca) e a Poente (com a Rua do Lagarteiro e rotunda de S. Pedro).

Deverá ser também avaliada a importância da integração efectiva do bairro nas novas formas urbanas com frente para a nova via a Norte e expectável para a bolsa (espaço aberto) de nascente, para que participe nas correspondentes “fachadas urbanas” e não se relegue às traseiras dessas mesmas formas, o que agravaria os estigmas de segregação espacial. Este critério importa ainda, entre outros aspectos, ao estabelecimento de relações espaciais com o futuro Parque Oriental, recorrendo a este, e à sua previsível qualidade e notoriedade ambiental, como factor de qualificação do próprio bairro e das suas proximidades.

Cabe à Câmara Municipal do Porto garantir que, o Parque Oriental venha a ter um efeito multiplicador em termos de desenvolvimento da zona oriental do Porto, e especificamente dada a proximidade do Bairro do Lagarteiro. Sendo um Projecto de escala metropolitana, que potencia uma rede de relacionamento com o Parque Ocidental, deve simultaneamente obedecer a critérios sociais, económicos e

ambientais que contribuam para o desenvolvimento de uma das áreas mais deprimidas da cidade – a zona de Azevedo.

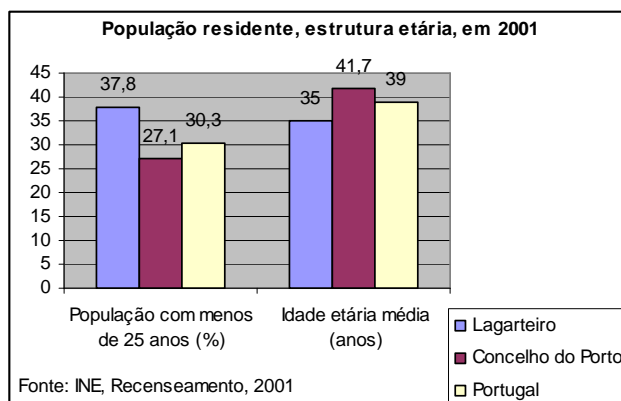
- Melhorar a mobilidade e os serviços de transporte colectivo

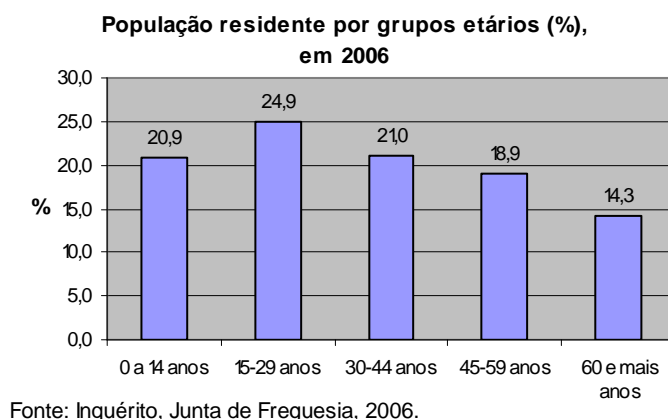
A infra-estruturação rodoviária, condiciona largamente o serviço de transportes colectivos, cujo desenho, com terminos em "Azevedo" – a Sul, denota a preocupação por parte da STCP em servir a população do Bairro.

De qualquer forma, é de todo pertinente pensar na ligação por transportes colectivos a Norte por três razões fundamentais: em primeiro lugar, o acesso à paragem de Azevedo penaliza as populações localizadas em vários pontos do Bairro com alguns percursos superiores a 300m em condições de pouco conforto; depois não é de desprezar a lógica de distribuição modal deste conjunto habitacional, com utilizações de transportes colectivos superiores a 55% (ver quadro de indicadores), situando-se em cerca de 25% o uso do transporte individual – valores inversos aos registos para a AMP (respectivamente 28% e 52%, em 2001); finalmente, o argumento da necessidade de ligar estas populações a áreas alternativas da cidade, sem necessidade de efectuar transbordos, que não exclusivamente o território a Sul (linha 400).

O Bairro do Lagarteiro, apresenta um enquadramento na rede de transportes do sector Oriental da cidade do Porto pouco desenvolvido, mas susceptível de significativas melhorias, tanto ao nível da abertura deste território à malha de transportes da cidade, como ao da integração das suas populações num sistema de mobilidade apelativo e moderno, que promova o acesso às oportunidades e seja factor de desenvolvimento local.

B. O Bairro enquanto espaço de (sobre)vivência social





Apesar de a população do bairro do Lagarteiro apresentar uma composição etária jovem, 14,3% da sua população já tem 60 e mais anos. Mais concretamente, 9,8 % das famílias do bairro são compostas exclusivamente por indivíduos com 65 ou mais anos. Embora ainda se encontre distante dos valores apresentados para o Concelho do Porto e para Portugal, com 19,4% e 17,4% respectivamente, tal percentagem não deixa de ser relevante se atentarmos que as famílias compostas exclusivamente por idosos no bairro estão mais sujeitas a situações de pobreza, isolamento social, dependência e doença. As características sócio-familiares destas famílias indiciam um quadro social de uma velhice fragilizada onde as despesas com a sobrevivência diária e a medicação ocupam uma parcela significativa dos seus rendimentos.

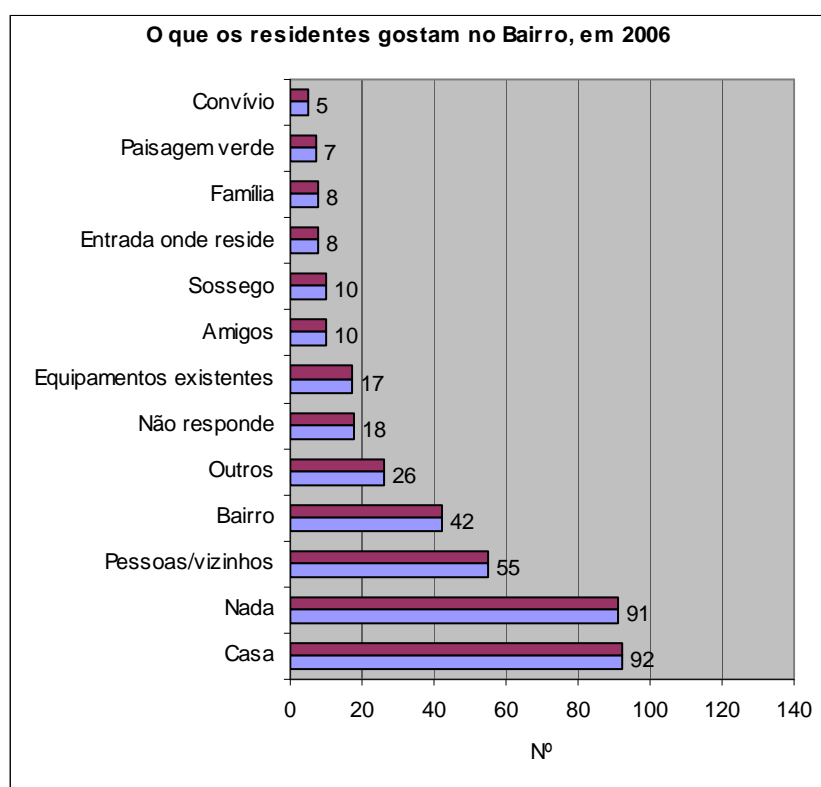
Convém lembrar que estas famílias, referem-se a famílias só de idosos, o que ilustra a ocorrência no bairro, da tendência, observada igualmente a nível nacional, para a contracção dos contextos familiares ao nível da prestação de cuidados aos seus membros mais velhos. Esta contracção está relacionada quer com os processos de reconfiguração das formas familiares e das redes de solidariedade intergeracionais, quer com os processos de urbanização/metropolitização associados às dinâmicas migratórias.

No Bairro é igualmente relevante a monoparentalidade materna, sobretudo entre mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos. Aqui a monoparentalidade é uma situação essencialmente vivida no feminino, tendência semelhante à que ocorre a nível nacional, em que as famílias maternas continuam a ser a maioria deste tipo de núcleo (86,4%). No Bairro, tais núcleos têm uma expressão na ordem dos 11,1%. Tratam-se de famílias de mães sós, com forte dependência económica, social e residencial dos familiares mais próximos, sendo

por isso mais marcada a co-residência com outros núcleos (família alargada e múltipla).

Por se tratar sobretudo de mães sós e muito jovens, são geralmente famílias mais vulneráveis quer economicamente, quer do ponto de vista dos cuidados prestados às crianças.

- O gosto e o desgosto de viver no Bairro



No tocante à estruturação das identidades face ao espaço residencial, verificou-se que a identificação com o Bairro enquanto local de residência é uma referência importante. Uma percentagem significativa de agentes sociais em presença gosta de viver no Bairro, e esse gosto reflecte-se num comportamento de habituação ou num gosto específico desenvolvido face à casa e ao bloco. Este gosto pelo Bairro é algo que se intensifica à medida que o indivíduo progride no seu ciclo de vida, e vai criando relacionamentos preferenciais com vizinhos/amigos.

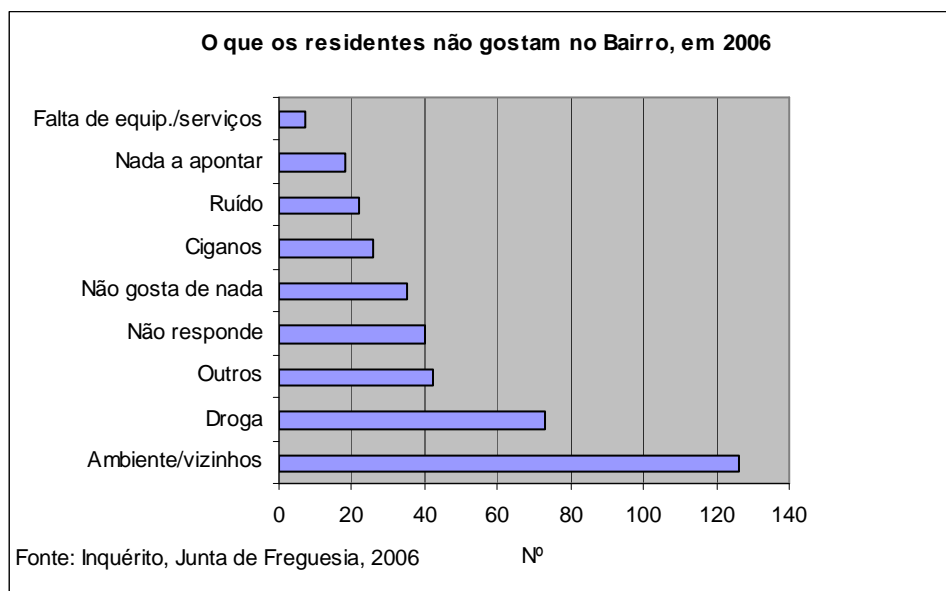
“O Bairro até é bonito!” Moradora, 77 anos, 4ª classe

O *desgosto* face ao Bairro aparece associado à sobrevalorização das características sociais negativas do Bairro, ou seja, e por outras palavras, ao «mau ambiente

generalizado» que se instalou no Bairro. Não deixa de ser importante assinalar, com efeito, que o Bairro emerge como um espaço inevitável, um espaço que se foi aprendendo a gostar «quase à força».

Solidariedade entre alguns moradores (não entre todos); sobretudo há uma «ligação forte na desgraça» (por exemplo, quando a polícia vem prender alguém ou quando vêem «tirar as crianças dos pais», os outros tentam encobrir o paradeiro); a solidariedade é particularmente forte entre os «mais miseráveis» (os «marginais»). Actor institucional

Falam mal uns dos outros, mas porque se conhecem muito bem, e isso não impede as solidariedades. Actor institucional



O gosto pelo Bairro conjuga-se com sentimentos de pertença face ao mesmo. Os que gostam sentem-se como parte integrante do Bairro e isso é assumido como um facto importante ou fundamental. Os sentimentos de pertença com frequência aliam-se a atitudes de resignação e à assunção do estigma, mas paralelamente não se deixa de fazer invocação às ligações afectivas estabelecidas com o Bairro e aos processos de identificação. Os sentimentos de não pertença ao Bairro, traduzem-se na assunção de um sentimento de identidade negativa face ao local de residência, manifesta na negação e recusa em aprofundar as suas vivências no local e nas relações de oposição face aos moradores do Bairro, na sua generalidade.

Factos que consubstanciam o desgosto

O bairro novo (1977): com o bairro novo veio mais gente, de fora, e quem estava no bairro velho não gostou do aumento da população. O alojamento dos moradores do bairro da Mitra: quase todos foram para o bairro do Lagarteiro e, segundo a população, «deram cabo de tudo» por causa da droga". Actor institucional

"Com os de S. João de Deus, veio o inferno" Morador, 49 anos, 2 filhos, 4ªa classe

"A droga está por todo o lado, se não é a vender, é a guardar" Morador, 49 anos, 2 filhos, 4ªa classe

- Práticas de sociabilidade fechadas no Bairro convivem com alguma conflitualidade

As práticas e vivências quotidianas da população residente no Lagarteiro organizam-se quase exclusivamente em torno do espaço Bairro e área envolvente. O seu habitat é o seu espaço de referência e de acção privilegiado, demonstrando uma lógica de auto e hetero fechamento face ao meio envolvente, nomeadamente, face à cidade. A este respeito, parece importante relembrar que muitos dos residentes no Bairro "Não saem do Bairro, nunca tinham ido ao Rivoli", desenvolvendo uma rede de relações única e exclusiva com outros espaços similares e próximos em termos de vivência, daí a importância do eixo Cerco-Lagarteiro, como é ressaltada pelos actores técnicos locais, no âmbito da geografia dos percursos.

As sociabilidades quotidianas são marcadas pela omnipresença de conflitos e por uma certa naturalização da violência, o que não contradiz em nada a existência de solidariedades no Bairro ou grandes teias de relações. Recorde-se que um número significativo de famílias tem famílias aparentadas no Bairro, o que ocasiona um contexto de grande proximidade afectiva, mas também de conflitualidade.

"Um estalo toda a mulher leva porque merece" Moradora, 24 anos, 2 filhos, 9º ano de escolaridade.

"O que me fez ser menos violenta foi a dança, foi o hip-hop" Moradora, 24 anos, 2 filhos, 9º ano de escolaridade.

As transgressividades juvenis no Bairro assentam num mundo de pequenos negócios, na prática de actividades de sobrevivência e no desempenho de actividades sem regularidade. Muitos dos jovens do Bairro, apresentam condutas excessivas em busca da convivialidade e do prazer ou da violência gratuita,

participando em todas as dinâmicas de visibilidade pública do Bairro. A este respeito é elucidativo o seguinte excerto de um artigo recente⁵:

“Fenómeno de rosto urbano, a delinquência juvenil tem particular incidência nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal e Braga. O Porto registou em 2005 a maior subida nacional de episódios desta natureza (34,6% na área da PSP). Protagonistas? Grupos com vulnerabilidades diversas que tanto pregam partidas como praticam crimes de gravidade variável.

Não brotam do nada. Brotam de contextos socio-económicos desfavorecidos, amiúde conjugados com disfunções familiares, baixa auto estima, incipiente escolaridade. Brotam de subculturas de resistência à normalidade.

A rua acaba por ser um meio de convivência, uma mini-família à qual se quer pertencer. Cada um faz o seu esquema porque é preciso sobreviver” menea White [rapper, gang ETA, Aleixo]. “E os putos crescem dentro disto, a ver a cena da vida fácil, muitas vezes sem os pais a encaminhar para uma cena decente”.

- A questão da toxicodependência

A questão da toxicodependência, não obstante a importância e visibilidade que tem adquirido no senso comum e nas representações mediáticas, não tem sido objecto de estudos rigorosos e detalhados no nosso país, se exceptuarmos as abordagens que lhe têm sido feitas pela via terapêutica. Assim, temos consciência que os toxicodependentes não se podem assumir como uma categoria social hegemónica, mas por um conjunto de modos de vida diferenciados. Assim, também no Bairro do Lagarteiro os toxicodependentes se estruturam por modos de vida, consumos e trajectórias sociais diferenciadas: “Não se poderia assim falar dos toxicodependentes como um conjunto uniforme, mas antes como uma realidade complexa onde se entrecruzam contextos, sujeitos, substâncias e as histórias de vida que a partir daí se vão construindo”⁶.

⁵ Ana Cristina Pereira, “Querem ser os maiores do Bairro. Gangs no Porto”, in *Pública*, 2 de Julho de 2006, pp. 38 e 46.

⁶ Nuno Miguel *et al*, “Traços, laços e dependências (A experimentação de drogas)”, in José Machado Pais (coord.), *Traços e Riscos de Vida. Uma Abordagem Qualitativa a Modos de Vida Juvenis*, Porto, Ambar, 1999, pp. 95-96.

Não obstante a importância analítica das diferenciação dos caminhos e vivências da toxicodependência, temos que nos reportar aos dados obtidos localmente junto dos utentes do CAT Oriental do Porto⁷ e referentes aos indivíduos que declaram residir no Bairro do Lagarteiro.

Em termos de análise de dados, uma primeira nota se impõe. Os utentes do CAT provenientes do Lagarteiro apresentam perfis sociais e profissionais similares aos de outras zonas e bairros da cidade. A maioria dos utentes são do sexo masculino e situam-se com maior frequência no grupo etário que vai dos 39 aos 45 anos, demonstrando um perfil de consumo de drogas algo enraizado no tempo e na estruturação das suas práticas quotidianas. O ensino básico e a frequência incompleta do ensino preparatório caracterizam as trajetórias escolares de um grande número de indivíduos, evidenciando um perfil marcado por baixas competências escolares. Concomitantemente, as profissões que desempenham ou desempenharam situam-se nos trabalhadores não qualificados ou nos operários, artífices e similares. Também se trata de uma população maioritariamente desempregada e dependente de subsídios (nomeadamente, o RSI e prestações de acção social) ou de rendimentos não identificados. A maioria dos utentes assume vivenciar um contexto marcado por problemas sociais, sendo esses de natureza económica ou jurídica. Cumulativamente, quase metade dos utentes têm vários problemas de saúde: HIV, tuberculose, perturbações de personalidade, hepatite b e c, entre outros.

⁷ CAT Oriental, *Contributos para a Construção do diagnóstico – Bairro do Lagarteiro*, Porto, Junho de 2006.

C. Redes de sociabilidade quotidianas e espaço público

- Internamente, um Bairro desarticulado em termos urbanísticos

A reestruturação interna do bairro, por supressão dos impasses existentes resultantes da topografia, evidencia-se numa primeira observação do Bairro. Os blocos implantam-se em socalcos, não existindo articulação entre as serventias dos conjuntos de sul e de norte, que corresponderam às duas fases de execução, de 1973 e de 1977, respectivamente. Qualquer um dos referidos conjuntos apresenta também deficiências de serventia e de articulação interna a resolver.



- O espaço de Rua enquanto espaço de sociabilidade quotidiana

O espaço rua – aqui entendido como o espaço público do bairro – é alvo de uma apropriação muito intensa por parte da população residente.

O espaço público ocupa um lugar importante na vida quotidiana das crianças, jovens e idosos. Num certo sentido, é um espaço familiar onde os indivíduos encontram os seus “pares”, isto é, indivíduos da mesma idade e categoria social. É também o lugar de residência e onde se procura ocupar o tempo com actividades distractivas: estar sentado no “muro” ou simplesmente “não fazer nada”, como acontece com os jovens, idosos e mulheres.

No caso dos jovens⁸, eles passam mais tempo entre os “pares” do que com a própria família. São, por isso, espaços de proximidade e de convivialidade com outros indivíduos da mesma geração. Frequentemente, os miúdos do Bairro, mesmo as crianças mais novas, permanecem na rua até bastante tarde, iniciando aí os seus primeiros contactos com os jovens mais velhos e com determinadas práticas desviantes (tráfico e consumo de estupefacientes, actos de vandalismo, agressões verbais e físicas, etc.). Por outras palavras, a rua funciona para as crianças e jovens como um contexto privilegiado de socialização e é o espaço onde estruturam a maior parte das suas vivências e redes de sociabilidade.

Há um “muro” como um espaço soalheiro e privilegiado de convivência, no entanto esta convivialidade é vista pela negativa. É referida como sendo essencialmente constituída por grupos de jovens sem objectivos, sem nenhuma ligação ao mundo do trabalho ou à escola, com praticas ligadas ao tráfico e consumo de droga. Por outro lado este espaço é também referido como sendo frequentado por idosos. Pensa assim que, ele será mais um espaço heterogéneo e intergeracional de convívio, e não terá a carga negativa que lhe atribuem.

Actor institucional

- Espaços públicos degradados e descaracterizados

A Qualificação dos espaços públicos por reforço dos factores de guarnição vivencial, tendo em vista a introdução de efectivas condições de conforto e o melhoramento das condições de segurança surge com a maior pertinência.

Pretende-se sobretudo a adjectivação dos espaços colectivos por conotados claramente urbanos, qualificando-os como espaços de estar, de encontro e de distribuição (praças, alamedas, jardins, etc.), com capacidade de criação de memória e empatia por parte dos seus usuários. Neste sentido, têm que ser desenvolvidos programas que contemplem ajustes ao próprio suporte físico,

⁸ A este respeito, são importantes os contributos da equipa de rua Norte Vida e a sistematização de informação que tem vindo a realizar. No curso das actividades quotidianas, a equipa é procurada por jovens com mais de 17 anos que vagueiam pelo Bairro, não tendo ocupações definidas, procurando espaços de recreio e de entretenimento, tais como, a sede da Associação dos Amigos de Campanhã, onde se dirigem para jogar bilhar e beber umas cervejas. A equipa não realiza qualquer actividade com este grupo, embora já o tenha tentado, mas sem resultado. Saliente-se que alguns destes jovens procuram a equipa no sentido de receberem alguma informação acerca de formações remuneradas e/ou trabalho. Para tal, a equipa tem na carrinha um dossier organizado e actualizado para lhes dar a resposta mais adequada e encaminhá-los sempre que necessário, como decorreu no ano de 2005. Dos contactos que a equipa tem mantido com esta população, é de referir que a sua maioria tem apenas o 4º ou o 6º ano, apresentando muitas dificuldades no preenchimento de impressos e boletins de candidatura para trabalho.

arborização, melhoramento de infraestruturas urbanísticas (com relevo para as redes de águas pluviais e de iluminação pública), inserção de mobiliário e de equipamento urbano, entre outros aspectos. Veja-se, a propósito, o retrocesso de qualificação ambiental determinado pela deposição, no espaço interior do bairro, de automóveis abandonados e arrestados.

A constituição de espaços de estacionamento residente poderá também revelar-se como factor relevante de guarnição urbanística. Trata-se de uma necessidade manifestada pelos residentes que tem de ser naturalmente dimensionada.

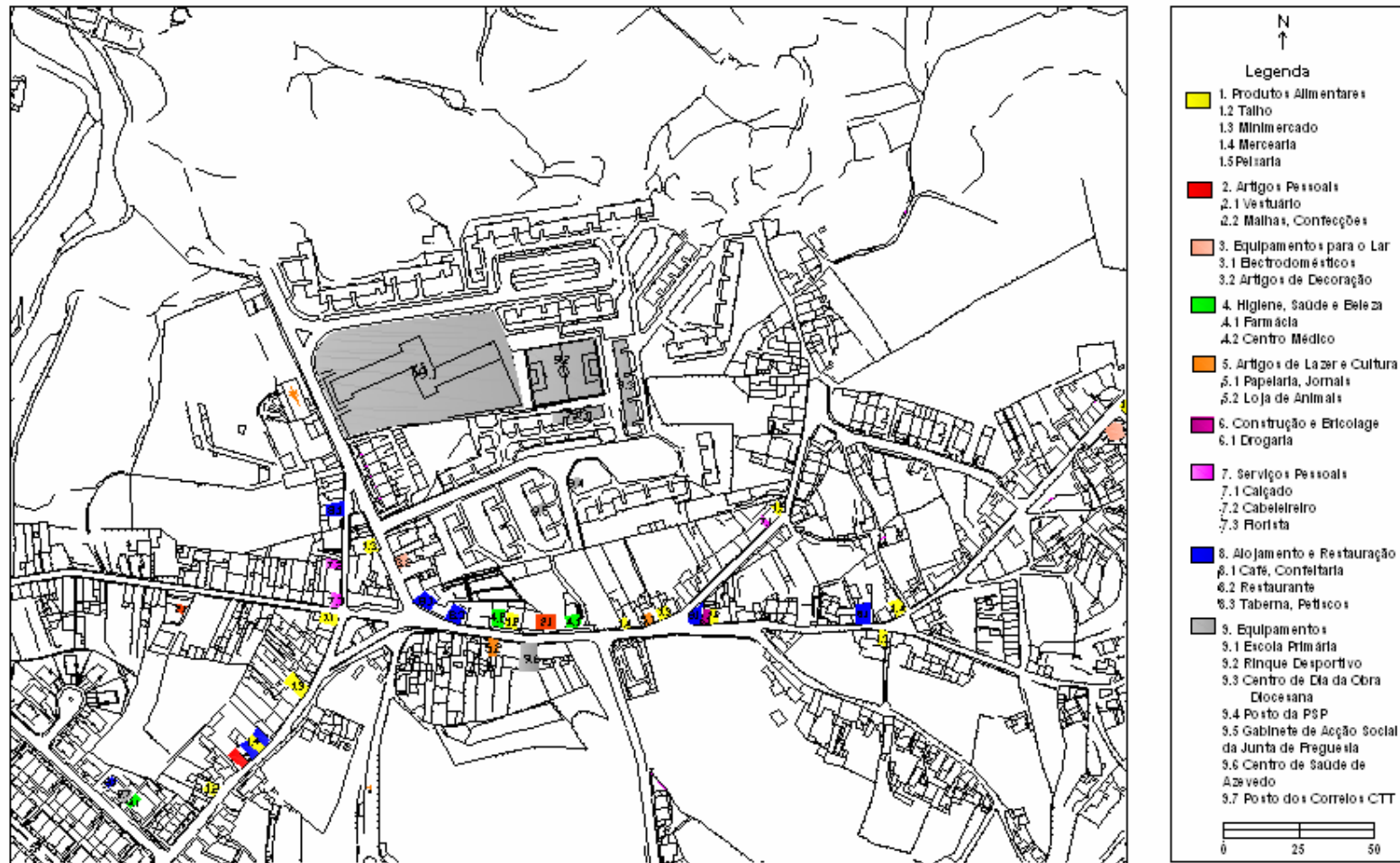
- A inevitabilidade da recomposição funcional e a fraca qualidade dos serviços e comércio de proximidade

A recomposição funcional ao nível dos pisos térreos será seguramente um factor de grande importância, dada a necessidade de valências de serviços de proximidade e de pequeno comércio (aliás, note-se que todos os estabelecimentos comerciais existentes naquela área – predominantemente de produtos alimentares e de restauração - se localizam fora do bairro, dispostos preferencialmente em alguns dos eixos viários adjacentes, como as ruas de Azevedo e do Meiral – ver quadro 1), sendo ainda de observar a carência de pequenos equipamentos colectivos de apoio à vida colectiva e familiar do Bairro (a título meramente exemplificativo devem ser ponderadas as necessidades de um espaço para uma associação de moradores, um espaço para festas e pequenos eventos familiares, espaços para lavandaria, centro de atendimento, centro de dia, etc.). A inserção de parte destes programas nos pisos térreos dos blocos existentes poderá ser veículo de intervenção nessas construções, contribuindo ainda para a vivificação dos correspondentes espaços públicos de serventia (parte dos quais apropriados como logradouros dos fogos do r/c), sem naturalmente ignorar a sua grande importância para alojamento dos residentes mais idosos.

O bairro do Lagarteiro constitui também um espaço pouco favorável à manutenção das capacidades físicas dos seus idosos. Estes encontram-se ainda mais afastados do que os jovens dos equipamentos sociais situados na proximidade do Bairro devido à ausência de mobilidade. À escassez de transportes públicos juntam-se outras dificuldades: ausência de estruturas pedonais; equipamento pouco apropriado nos locais de paragem; falta de informação, etc.

Sendo notória a insuficiência de espaços comerciais de proximidade no interior do Bairro, a prática de comércio informal é bem visível neste território, quer através da venda ambulante (as bancas de produtos alimentares montadas na rua), quer

Equipamentos e actividades económicas no bairro do Lagarteiro e arruamentos adjacentes (2006)



Fonte: Levantamento funcional realizado pela equipa, 2006.

através das pequenas “mercearias” instaladas no interior de algumas habitações ou no espaço semi-público da entrada dos blocos.

Não existem espaços de lazer e convivialidade no bairro. Existe apenas a sede dos Amigos de Campanhã, que tem um ambiente muito pesado (facas, pistolas, ...). Não há um salão onde possam fazer casamentos, baptizados e outras celebrações; quando o fazem vão para a churrasqueira de Campanhã, por exemplo (alguns até preferem, porque lhes parece mais sofisticado do que se fosse no bairro). Actor institucional

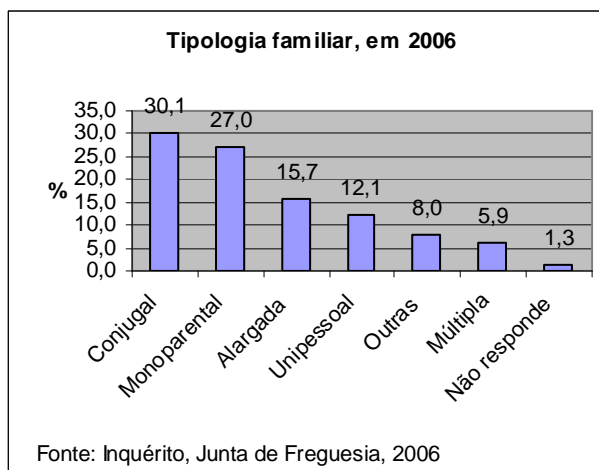
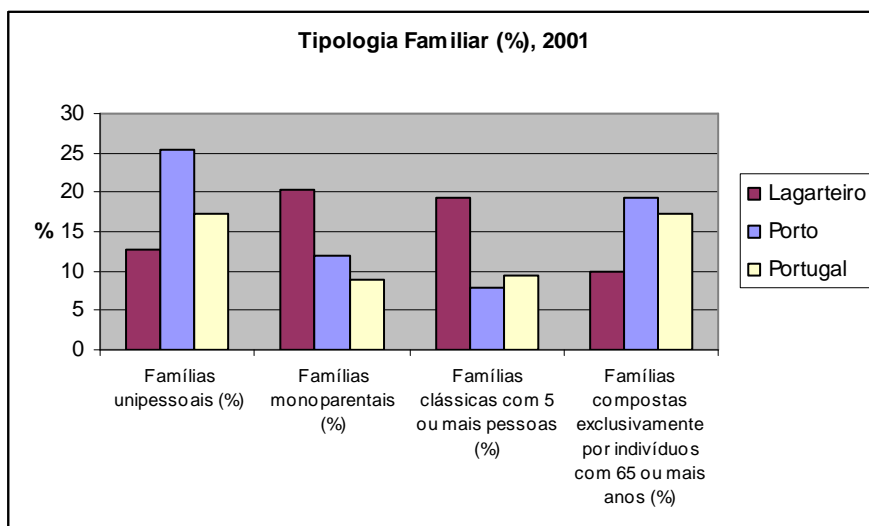
Não existem formas de lazer e de convivialidade colectivas: não jogam cartas, não jogam futebol, não jogam malha, nada. Também não frequentam as casas uns dos outros – «não há reunião possível, só se fosse depois das telenovelas. Actor institucional

As actividades comerciais, principalmente situadas na periferia do Bairro dão resposta a necessidades de abastecimento quotidiano (comércio alimentar e de apoio à pessoa) e a ocupações de lazer e convívio local (cafés e snack-bares). A sua requalificação, assumindo algumas especializações e uma imagem mais urbana (maior abertura no acesso ao interior, iluminação mais intensa e ajustamento das fachadas, com especial incidência nos toldos e montras) poderá facilitar uma maior interacção entre clientelas da envolvente e favorecer o processo de abertura do bairro ao exterior.

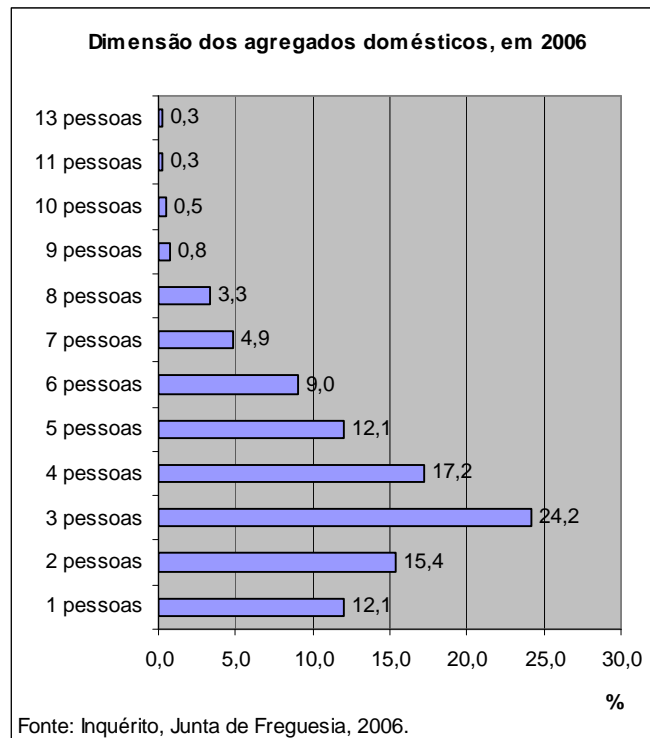
- Redes de parentesco cruzam-se com redes de vizinhança na sustentabilidade familiar

Os gráficos seguintes são reveladores dos tipos familiares mais relevantes no Bairro do Largarteiro. Os dados de 2006, vêm corroborar as tendências já conhecidas em 2001. No bairro predominam a família conjugal (30,1%) e monoparental (27,0%). Seguem-se a família alargada (15,7%), unipessoal (12,1%) e múltipla (5,9%). No primeiro tipo, situam-se as famílias simples (casais com filhos; casais sem filhos). A monoparentalidade, sobretudo materna, abrange 27% dos núcleos familiares. A sua prevalência tem um impacto significativo quer ao nível da formação de agregados domésticos de famílias alargadas (isto é, de famílias simples a viver com outros parentes); quer ao nível dos agregados domésticos de famílias múltiplas (compostas por duas ou três famílias simples).

No bairro a família não perdeu complexidade. Pelo contrário, as famílias alargadas e múltiplas surgem como meio de fazer face à privação e à monoparentalidade. Estas famílias prestam assistência a jovens que ainda não têm casa e a mães adolescentes e solteiras que não têm condições de viver sozinhas. Recorde-se que no Bairro existem 237 Famílias que são apoiadas pela Segurança Social no âmbito do Atendimento/Acompanhamento Social.

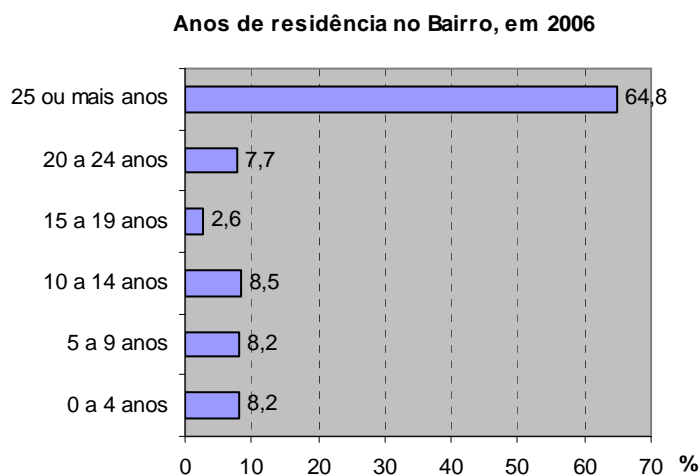


Apesar da tendência para uma certa nuclearização da família, não podemos deixar de ressaltar a dimensão dos agregados com mais de cinco pessoas, em 2006. Tal, como já foi anteriormente mencionado, aqui o alargamento surge como um elemento subsidiário da dinâmica familiar e uma forma de gestão da ausência de meios de vida que garantam uma existência autónoma da rede de parentesco.



Do ponto de vista sócio-familiar, o Bairro do Lagarteiro apresenta certas características específicas: uma representação significativa de famílias alargadas, múltiplas e monoparentais; problemas de emprego e desemprego e precariedade financeira no seio familiar; ruptura e separação conjugal, criminalidade e violência doméstica, entre outros traços. A acumulação deste tipo de indicadores conduz-nos a pensar que existe uma certa pulverização da realidade familiar nos bairros pobres. Mas há que não confundir os indicadores sócio-demográficos com o funcionamento interno das famílias. A realidade mostra-nos que as redes de solidariedade nestes bairros fundem-se com as redes de parentesco. O desemprego não destrói necessariamente o núcleo familiar, tal como demonstra a existência de relações regulares entre os ascendentes e parentes colaterais. As redes de apoio no seio do parentesco têm tido um papel amortizador das consequências do desemprego e da exclusão social em Bairros e espaços urbanos críticos. As solidariedades de proximidade e o suporte comunitário são também fundamentais para o estabelecimento de uma identidade e uma solidariedade de Bairro. Aliás, 40% das famílias do Bairro têm famílias aparentadas a viver nesse espaço, o que evidencia uma forte interligação de parentesco e uma certa endogamia familiar.

D. O Bairro enquanto espaço residencial



Fonte: Inquérito, Junta de Freguesia, 2006

A grande maioria dos agregados domésticos reside no Bairro há mais de 25 anos, o que se reflecte também negativamente nos níveis de uso e degradação dos imóveis.

- Sobrelotação e a necessária pontual de reestruturação tipológica

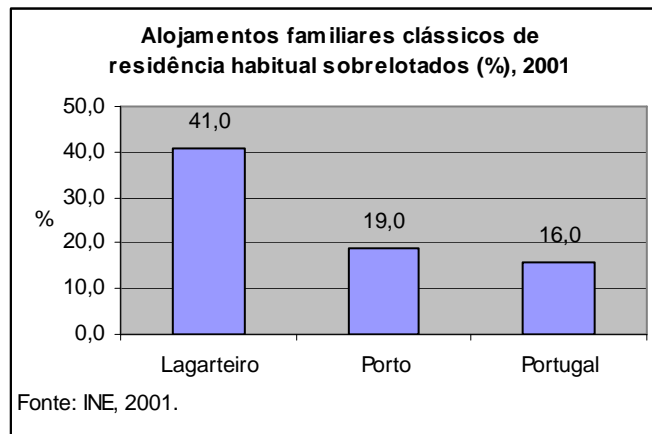
Segundo o Instituto Nacional de Estatística (2001), os níveis de sobrelotação no Bairro do Lagarteiro são altíssimos (mais que o dobro) comparativamente com os valores registados no Porto e no País. O inquérito que a Junta de Freguesia implementou aos agregados domésticos, em 2006, dirigia-se claramente à avaliação desta questão. Para a avaliação dos níveis de lotação dos fogos do Bairro foram utilizados os critérios do Instituto Nacional de Estatística⁹. A Câmara Municipal do Porto, durante o mês de Junho de 2006, desenvolveu também um levantamento da situação, tendo neste momento cerca de 80% dos fogos levantados. Isto significa que, muito brevemente, haverá condições para desenvolver um programa de acção bem fundamentado.

⁹ A tipologia necessária foi definida tendo em conta os critérios do INE, numa situação normal:

- 1 divisão para casal
- 1 divisão para pessoa não solteira
- 1 divisão para pessoa solteira com mais de 18 anos
- 1 divisão para duas pessoas solteiras do mesmo sexo com idades entre 7 e 18 anos
- 1 divisão para cada pessoa solteira de sexos diferentes com idade entre 7 e 18 anos
- 1 divisão para duas pessoas com menos de 7 anos.

Foram também identificadas as necessidade de desdobramento (divisão dos agregados domésticos existentes por alojamentos) quando há mais do que um núcleo familiar nos agregados domésticos.

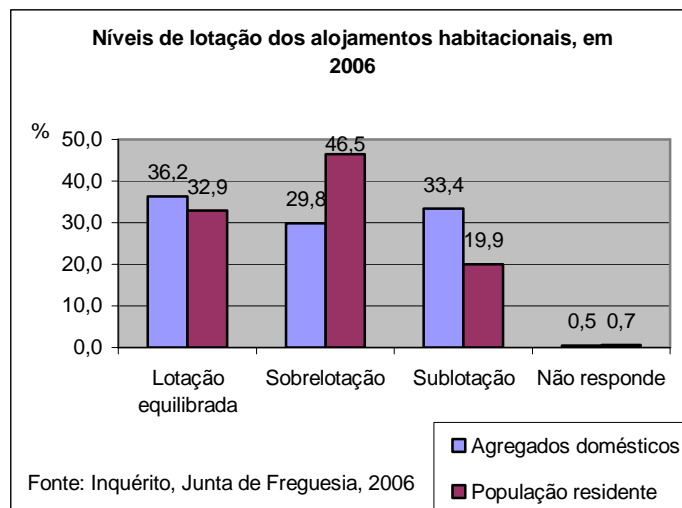
Esta análise foi realizada na Base de Dados dos Alojamentos Habitacionais, criada a partir do inquérito realizado pela Junta de Freguesia.



Sinteticamente, o inquérito implementado pela Junta de Freguesia de Campanhã confirma o diagnóstico do Instituto Nacional de Estatística (2001) e a gravidade da questão. Em 2006, 30% dos agregados domésticos residentes no Lagarteiro estão a residir em fogos sobrelotados, o que corresponde a 46,5% dos residentes; 33% dos fogos estão sublotados, o que significa que 20% da população ocupa fogos com uma dimensão superior ao necessário. Assim, a questão tipológica afigura-se de grande complexidade e com diversos problemas envolvidos, os quais requerem acções específicas devidamente concertadas. A sobrelotação leva a considerar a necessidade de redistribuições e de desdobramentos, devendo ser avaliadas eventuais exigências de reestruturação tipológica, por coalescência ou sub-divisão, por exemplo. A sublotação leva a considerar a necessidade de transferência de residentes para fogos de menores dimensões. Isto significa que:

1. O grande problema prende-se com a dimensão alargada das famílias que implica níveis de sobrelotação muito altos e necessidades de alojamentos sobretudo com uma dimensão igual ou superior ao T5 ou a alguns desdobramentos.

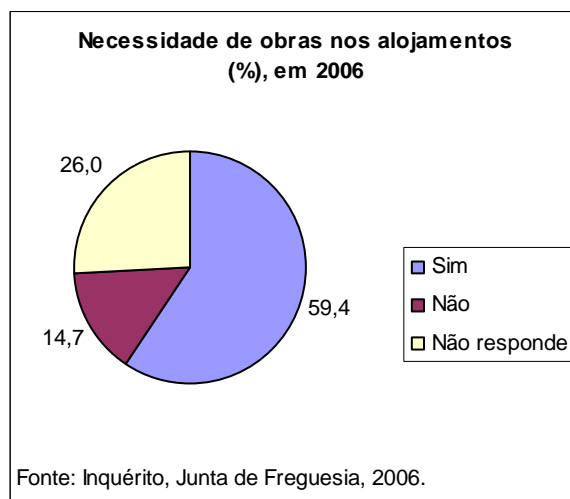
2. Por outro lado, há carências de alojamentos de fraca dimensão (T1 e T2), sobretudo para idosos a residirem sozinhos. Este tipo de alojamento deve localizar-se nos pisos mais baixos de forma a facilitar a mobilidade dos mais idosos.

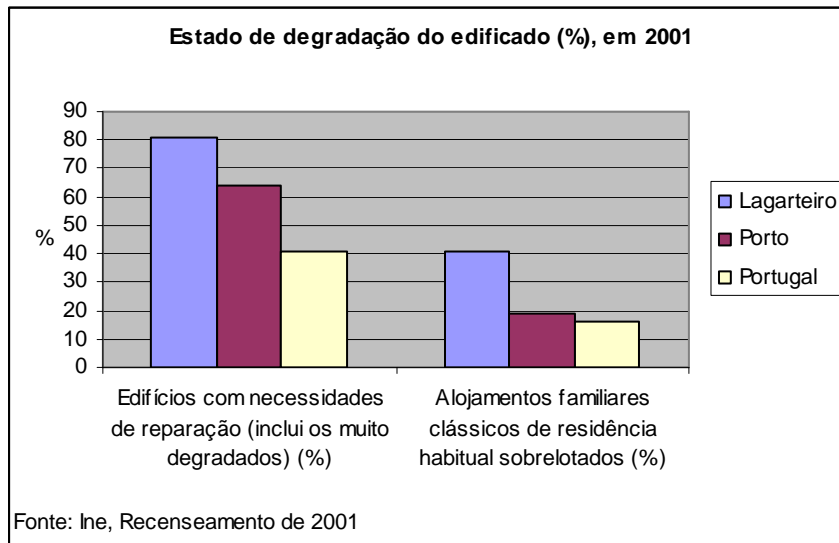


- A degradação do parque edificado e a necessária reabilitação

As obras no interior e no exterior do edificado são manifestamente necessárias, dado o generalizado estado de degradação dos imóveis. Repare-se que a idade média dos edifícios é de 30 anos encontrando-se, portanto, as infra-estruturas das redes prediais, que não foram conservadas ou mantidas, no limite técnico de vida. As necessidades de reparação afectam a grande maioria dos alojamentos e comparativamente à cidade do Porto e ao País estamos numa situação claramente desfavorável.

Segundo os residentes do Lagarteiro, 59% dos fogos necessitam de obras, destacando-se, designadamente, o seguinte: os níveis de humidade, infiltrações e fendas demonstram a necessidade de uma reabilitação das coberturas, fachadas e empenas; os problemas nas canalizações e na rede de electricidade simbolizam a degradação das infra-estruturas prediais; a deterioração das pinturas, persianas, janelas e portas exemplificam a ausência de atitudes de conservação por parte dos residentes.





A equipa técnica avaliou as dinâmicas existentes de alteração por marquismo e outras modificações, assim como a conveniência em encerrar os espaços comuns de distribuição vertical de forma a dar mais conforto aos espaços residenciais.

Necessidade de intervenções de reabilitação, segundo os residentes, 2006.

Tipo de obras	Sim		Não	
	Nº	%	Nº	%
infiltrações	185	47,6	204	52,4
humidade	242	62,2	147	37,8
fendas	129	33,2	260	66,8
electricidade	92	23,7	297	76,3
canalizações	145	37,3	244	62,7
pintura	224	57,6	165	42,4
persianas	229	58,9	160	41,1
janelas	239	61,4	150	38,6
portas	229	58,9	160	41,1
campainhas	99	25,4	290	74,6
caixas correio	67	17,2	322	82,8
escadas	11	2,8	378	97,2

Fonte: Inquérito, Junta de Freguesia

As rendas praticadas no Bairro do Lagarteiro são naturalmente muito baixas. Relativamente ao total de respostas, cerca de 93% dos residentes contribui com uma renda mensal inferior ou igual a 50 euros (37% de 26 a 50 euros; 55% de 11 a 25 euros; 1% menos de 11 euros), e cerca de 70% considera a renda justa.

Estes valores demonstram uma fraca disponibilidade dos agregados domésticos para suportarem valores de rendas mais razoáveis, mas também uma situação de dependência que se conjuga com uma assistência reivindicativa.

Investir na reabilitação do edificado terá naturalmente implicações num ajustamento de rendas, que deve ser previamente estudado e programado.

Inquérito aos residentes:

Renda em classes (€) e avaliação dos níveis de justiça das rendas praticadas.

		Valor da renda justo		Total
		Sim	Não	
Renda em classes (€)	Menos de 10 euros	3	2	5
	11 a 25 euros	170	32	202
	26 a 50 euros	81	55	136
	51 a 100 euros	0	24	24
	101 a 150 euros	0	2	2
	Não responde	1	0	1
Total		255	115	370

Fonte: Inquérito, Junta de Freguesia, 2006.

Têm três ou quatro televisões por casa e não são capazes de comprar um vidro para substituir outro que se parte ou de comprar um esquentador. Actor institucional

- Os espaços habitacionais não favorecem a organização colectiva das famílias

As famílias mantêm relações complexas com o bairro do Lagarteiro. escolha ou não, foi no bairro que elas encontraram alojamento e hoje aspiram que ele se transforme num espaço sócio-residencial que promova a qualidade de vida de todas as categorias sociais: homens e mulheres; crianças, jovens e idosos.

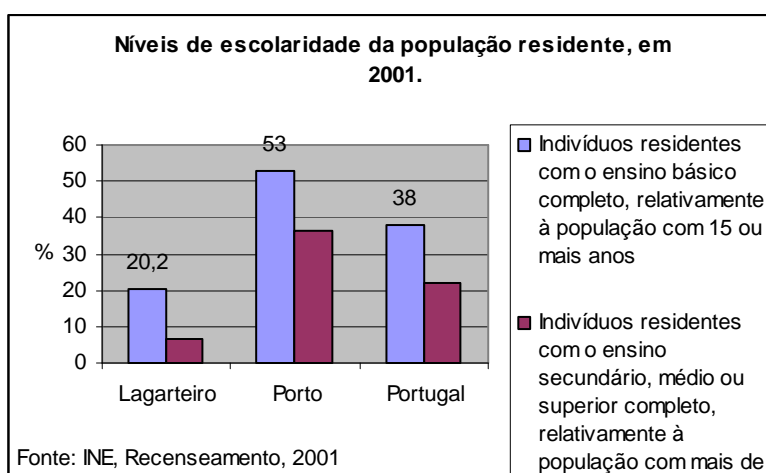
No Bairro as famílias não perderam dimensão nem complexidade. O grupo doméstico, definido pela co-residência e pela partilha de um espaço de vida, mantém a extensão como condição de exercício das solidariedades entre os que lhe são próximos. Os agregados domésticos são pouco individualizados e as redes de sociabilidade e solidariedade articulam-se com a rede de parentesco por força dos poucos recursos que a população dispõe. Tal está igualmente na origem de uma certa aproximação residencial: os filhos casados tendem a residir com os pais/sogros (a sobreocupação atinge entre 36,5% a 44% dos alojamentos),

conduzindo quer ao alargamento e à constituição de famílias múltiplas¹⁰, quer à residência noutras habitações do mesmo bairro.

O estabelecimento de laços comunitários entre as famílias do Bairro do Lagarteiro potenciará a emergência de solidariedades e de interesses comuns entre familiares e vizinhos. Para o efeito, é necessário que a estrutura tipológica e a qualidade dos espaços residenciais favoreçam a organização colectiva das famílias que nele residem.

E. Competências locais para a promoção da coesão social

- Fracos níveis de escolaridade e de qualificações profissionais conjugam-se com altos valores no desemprego



Os níveis de qualificação escolar são extremamente baixos, com uma população residente que limitou a sua frequência escolar ao ensino básico e principalmente ao seu 1º ciclo, não existindo estudos específicos sobre os níveis de literacia, que certamente forneceriam elementos ainda mais gravosos quanto às condições existentes na população do bairro para enfrentar os desafios da sociedade moderna actual (sociedade do conhecimento) nomeadamente os da empregabilidade e da vida em comunidade. Só por si estes dados indicam uma clara propensão para a exclusão e para uma marginalização que sendo comum à sociedade portuguesa, é aqui agravada pela concentração espacial e pelos restantes factores negativos que caracterizam a situação sócio-económica do bairro.

¹⁰ As famílias múltiplas são compostas por duas, três ou mais famílias simples.

A educação é talvez a variável mais importante e determinante no que concerne ao sucesso ocupacional nas sociedades pautadas por aquilo a que muitos chamam modernidade radicalizada ou tardia, isto é, numa sociedade ainda marcada pelas influências do industrialismo e capitalismo e pelas suas novas manifestações concretas, de entre as quais podemos enumerar com particular importância, a manipulação, a transmissão e a difusão da informação. Neste cenário, as qualificações e competências educativas dos sujeitos são determinantes na sua inserção face ao mercado de emprego e face à sua inserção na sociedade em geral. Em termos de representações face à escola, designadamente, após a conclusão do 1º ciclo e a transição para o 2º ciclo, é de relevar a evidenciação por parte de alguns jovens e famílias que o desinteresse pela escola e o insucesso escolar terão sido bastante determinantes na opção pelo abandono e interrupção do percurso educativo.

Assim, existe um relativo hiato entre as funções socialmente assumidas pela escola e o que as famílias e os jovens percepcionam face a essa instituição, quer porque existem experiências negativas associadas à vivência escolar que se materializam no facto de que muitas populações, nos seus quotidianos, desenvolvem competências sem o recurso às que são dadas no quadro escolar, quer porque as populações se sentem dominadas pelo veredicto escolar, considerando que se trata de um "mundo que não é para elas". Desta forma, ainda existem jovens que não assumem uma postura de arrependimento face ao abandono da escola, assumindo que os seus projectos de vida se orientam para a procura de trabalho, mesmo assumindo as baixas qualificações escolares.

Para alguns dos jovens por nós contactados e respectivas famílias, existe ainda um desfasamento entre os saberes valorizados pela escola e os saberes que são necessários para exercer uma vida quotidiana. Tal acontece porque os contextos vivenciais dos jovens não são tidos em consideração, contrariamente são reprovados e estigmatizados na escola e ainda porque a escola não participa na estruturação dos projectos de vida das famílias e jovens, limitando-se ao provimento das informações curriculares, deixando às famílias e jovens a tarefa de as movimentarem de forma adequada.

Todo este agregado de observações levam-nos a crer que se torna importante valorizar um conjunto de práticas e de experiências inovadoras que partem do princípio de que a mudança social tem um perfil marcadamente local, isto é, não se pode elaborar um receituário universal de boas práticas que fomentem as relações entre a escola e as populações, tudo depende das oportunidades, potencialidades e estrangulamentos dos contextos de intervenção. Por outro lado, as iniciativas a

desenvolver devem assentar numa grande capacidade de comunicação e de estabelecimento de parcerias entre as diversas instituições que operam no terreno e que estão interessadas no aprofundamento da relação entre escola e mercado de emprego. Acrescente-se ainda, que propostas inovadoras bem fundamentadas podem efectivar a relação em causa de forma mais pertinente do que soluções já muito testadas e de alguma forma saturadas também.

Deste modo, a procura de eficácia da escola no que diz respeito às suas relações com o meio envolvente, através do fomento de relações com o meio exterior e de abertura do mundo da escola e das suas práticas às necessidades específicas do mercado de emprego, por forma a combater os hiatos actualmente existentes entre as qualificações disponíveis e as necessidades específicas do mercado de emprego.

Por sua vez as qualificações profissionais da população do bairro revelam também uma elevada fragilidade face aos desafios do emprego. No essencial as ocupações profissionais dos residentes, que trabalham por conta de outrem (90,1%), limitam-se a funções administrativas ou comerciais nas empresas e a actividades operacionais como operários ou como trabalhadores indiferenciados, geralmente correspondendo a trabalho pouco qualificado (empregados de balcão ou armazém, empregadas de limpeza, operários da construção civil, motoristas, seguranças, costureiras, electricistas, serralheiros, etc.).

Sendo as ocupações profissionais marcadas pelo baixo nível de qualificação, no outro plano, da desocupação profissional, as características do desemprego são vincadamente negativas quer pelo número de desempregados (16,6%, em 2001) quer pelas perspectivas quase nulas de retoma de uma nova actividade profissional tendo em conta os níveis de qualificação profissional dos desempregados e ainda o facto de muitos estarem associados a duas dinâmicas de remediação pouco estimulantes para o trabalho: actividades na economia informal de natureza diversa e as prestações sociais que asseguram um rendimento de sobrevivência.

- Competências individuais e colectivas

Resta saber se os dados mais específicos das competências desenvolvidas em contextos informais e não-formais nos fornecem elementos que sejam suficientemente interessantes para admitirmos a existência de um potencial que possa constituir-se como plataforma de arranque para uma inversão do estado actual das coisas.

Estas competências, porque não se encontram traduzidas em elementos formais, são obviamente mais difíceis de serem equacionadas e até validadas como

interessantes e úteis, na medida em que elas devem exprimir-se na acção concreta de base local, exigindo tempo e proximidade efectiva para a sua observação e acompanhamento.

A excessiva transferência para o domínio das competências colectivas dos processos de mudança poderá ser perigoso porque voluntarista, mas subestimar esse quadro de intervenção também poderá enfraquecer as condições para uma efectiva alteração na realidade actual do bairro.

A competência, embora específica de cada indivíduo (dependente das suas características, esquema operativo, conhecimentos, cultura, experiência de vida...) não é unicamente uma realização individual, porque a competência integra duas dimensões indissociáveis, complementares: a individual e a colectiva. O fazer uso de uma determinada competência implica por vezes a mobilização não somente dos recursos pessoais, mas igualmente dos recursos disponibilizados pelo meio circundante, pressupondo uma interacção com o outro e com o ambiente. O indivíduo não é o único responsável pela produção de uma "acção competente", na medida em que tal poderá resultar de uma responsabilidade partilhada com o meio social e organizacional. O contexto e a motivação são duas componentes importantes para a manifestação da "acção competente". Quando o sujeito se encontra inserido num meio em que a cultura organizacional não é fomentada ou a aprendizagem pela experiência não é integrada e incorporada pelo colectivo, o indivíduo tem maior dificuldade em agir com competência (Le Boterf, 2003).

Esta visão integradora implica serem adoptadas algumas linhas de acção que tenham incidência nas pessoas individualmente consideradas e nos colectivos nos quais aquelas socialmente se inserem:

- Iniciativas de valorização das competências instaladas, desenvolvidas em contextos formais, informais e não-formais, com impactes na empregabilidade e na motivação;

- Acções com a finalidade de capacitar as pessoas, com reflexos na maior capacidade de agir e de decidir sobre o imediato mas também sobre o futuro;

- Acções de enriquecimento do meio, no plano da aprendizagem ao longo da vida, favorecendo dinâmicas de comunidades de aprendentes e de consolidação da auto-estima colectiva.

F. Criação de actividades e dinamização de algum emprego a nível local

As actividades económicas existentes no bairro e na sua proximidade imediata são de dois tipos: as pontuais e marcadamente informais no plano fiscal e empresarial e as organizadas no plano comercial e dos serviços à pessoa.

As primeiras apresentam globalmente uma grande fragilidade estrutural, ou seja não são promissoras quanto à sua durabilidade e muito menos quanto a uma eventual expansão.

Das primeiras importa de qualquer forma mencionar a título de excepção, a venda ambulante como a mais estruturada sendo previsível que, a ser adoptada uma solução para o Mercado do Levante, venha a evoluir para uma maior formalidade.

Noutro domínio, o das potencialidades de surgimento de novas actividades (ou da potenciação de actividades informais actuais de base principalmente familiar) geradoras de emprego ou de actividades profissionais, há a registar no plano da procura, de necessidades relacionadas com os serviços de proximidade, quer para idosos e pensionistas isolados e acamados, quer para doentes crónicos e deficientes, quer ainda para intervenções nos equipamentos colectivos e familiares.

Para responder a estas necessidades e encontrar respostas que sejam simultaneamente do lado da procura mas também da oferta com envolvimento directo de residentes no bairro (e conseqüentemente intervir nas questões do emprego e das actividades profissionais) importa desenvolver um processo de mediação, nas soluções impulsionadoras do auto-emprego, que se baseie em alguns princípios fundamentais:

- admitir a "informalidade fiscal e empresarial" como um ponto de partida aceitável;

- promover mecanismos de enquadramento / acompanhamento que garantam uma forte dinâmica de auto-organização, autonomização e auto-sustentação mas que actuem nas áreas de maior complexidade na dinamização das actividades (relação com clientes e gestão dos processos administrativos);

- estruturar as soluções tendo em conta uma progressão escalonada entre fases de envolvimento inicial (motivação; preparação técnica básica; auto-organização para o trabalho), fases intermédias (responsabilização parcial e aperfeiçoamento técnico na qualidade de serviço) e fases terminais (responsabilização plena pelos serviços, preparação para a actividade autónoma).

- articular a acção profissional com um projecto individual de desenvolvimento de competências que acompanhe os desafios e os projectos nos diversos campos do desenvolvimento pessoal;

- assegurar uma logística eficaz dos processos profissionais para assegurar a credibilidade do projecto empresarial junto dos clientes e uma relação de confiança e de orgulho nos prestadores do bairro.

As fórmulas possíveis para colocar no terreno este tipo de solução devem ser trabalhadas com as populações locais e em particular com os que vierem a manifestar interesse em participar no processo.

As incubadoras de inserção, como estão a ser experimentadas pelas Boutiques de Gestão em França; as Agências de Serviços de proximidade como foram experimentadas com desempregados de longa duração pela A.M.S. na Área Metropolitana do Porto; os Clubes da Vida Local com articulação directa com os Bancos de Tempo e as soluções de progressiva profissionalização de actividades de voluntariado, como a ANOP está a experimentar em Santa Maria da Feira, estes e outros modelos podem ser mobilizados para construir as modalidades mais convenientes para o bairro e o seu contexto específico.

Nesta matéria as principais barreiras consistirão na desmotivação dos potenciais participantes e na dificuldade em tornar aliciante o processo de criação e autonomização profissional e empresarial para sectores da população particularmente vulneráveis.

Ainda recentemente o governo francês lançou uma iniciativa específica para os Bairros Críticos (Renaud Dutreil annonce la mise en place de Maisons de la Création d'Entreprises dans les quartiers en difficulté) procurando soluções adaptadas a estes contextos mais exigentes para a promoção da iniciativa empresarial.

1. Un constat : des obstacles spécifiques à la création d'entreprise dans les quartiers

La création ou la reprise d'entreprise est plus difficile dans les quartiers qu'ailleurs :

- l'information sur les possibilités et moyens de créer ou reprendre une entreprise y est beaucoup moins relayée que sur le reste du territoire
- les structures d'accompagnement à la création y sont peu présentes
- la pénurie de locaux d'activité y est forte et les conditions de bail rendent ceux-ci difficilement accessibles
- leurs habitants ont plus de difficulté à obtenir un crédit ou une offre bancaire pour mettre en œuvre leurs projets

Cependant, la création d'entreprise reste un moyen d'intégration accessible à tous : elle permet à chacun, avec ou sans diplôme, de réussir sa vie professionnelle en concrétisant un projet personnel.

Face à ce constat, Renaud Dutreil annonce l'installation de Maisons de la Création d'Entreprises pour concentrer en un lieu unique toute l'information et l'appui aux habitants des quartiers.

2. Une mission intégrant l'ensemble des étapes de la démarche de création

- Sensibiliser : la maison sera un endroit visible qui parle de création d'entreprise: on en parle, on peut s'y rendre et se renseigner. En parallèle, des actions de communication seront organisées régulièrement par la maison (affichage, rencontres avec des entrepreneurs issus du quartier, concours, manifestations locales, ...)
- Informer : un accueil expliquera ce qu'est la création d'entreprise, comment fonctionne une entreprise, quels sont les secteurs d'activités en développement, ... Une information plus détaillée sera disponible (documentations, accès aux ressources spécialisées en ligne) pour les personnes ayant des questions précises.
- Conseiller : des conseillers spécialisés en création d'entreprise recevront les porteurs de projets pour

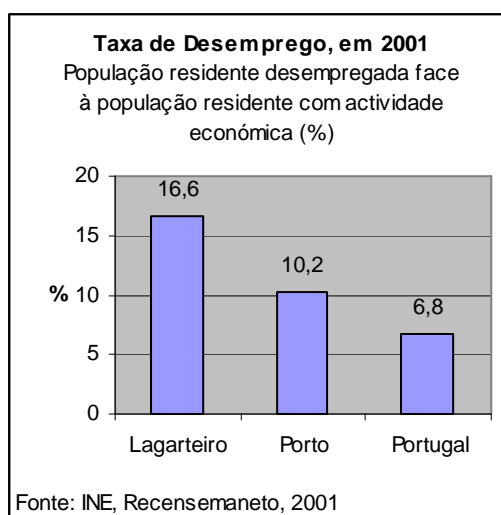
les aider à mettre en œuvre leur projet (étude de marché, plan d'activité, sources de financement, formation, recrutement, démarches et formalités...)

- Aider au financement : la maison offrira une approche coordonnée des aides locales et nationales, un accès aux réseaux associatifs de prêts d'honneur et de micro-crédit, et un accès privilégié aux réseaux bancaires.

- Aider à l'installation professionnelle : la maison assistera l'entrepreneur dans sa recherche de locaux, en lien avec les collectivités locales, et les organismes d'aides l'accès au bail professionnel (garanties). Elle pourra suivant les besoins contribuer au développement de couveuses ou de pépinières d'entreprises.

- Assurer un suivi des jeunes entreprises : suivi personnel des créateurs dans les premières années, centre de ressources, parrainage par des chefs d'entreprises

G. Reinserção profissional de populações particularmente vulneráveis



Os dados revelam um elevado número de desempregados (16,6%) que acumulados com outras formas de inactividade por relação ao mercado de trabalho (domésticas, incapacitados) ou horários semanais de trabalho muito limitados (a grande maioria da população empregada trabalha menos de 30 horas semanais) indicam um grupo muito significativo de residentes para os quais a questão do exercício de uma actividade profissional se coloca de forma premente. Existem, apesar de tudo, formas de rendimento alternativas que asseguram mecanismos de sobrevivência como é o caso das pensões dos mais idosos, das prestações sociais para um dos membros da família, das actividades informais e ilícitas. A existência de alternativas profissionais (mais ou menos precárias) não garante só por si uma saída para situações de desocupação cujos contornos são difíceis de delimitar.

As questões que se colocam nesta matéria, que tem expressão nacional e que no Bairro do Lagarteiro apresenta uma gravidade extrema, são de uma elevada complexidade tendo em conta o desenvolvimento registado pelas políticas sociais nos últimos anos nos países da UE, com destaque para as acções de apoio à reinserção profissional e cujos resultados estão longe de ser brilhantes,

principalmente em contextos peculiares como são os territórios marcados por forte estigmatização social.

Numa recente consulta pública (terminada a 19 de Abril do corrente ano) a Comissão Europeia colocou a debate o problema da integração das pessoas mais afastadas do trabalho e necessariamente retomou algumas orientações no sentido de serem reavaliados os sistemas fiscais e de prestações sociais, designadamente no que se refere à gestão e à condicionalidade das mesmas, e a redução das taxas marginais de imposto num esforço de tornar o trabalho compensador e garantir níveis adequados de protecção social.

Refere-se, no documento de consulta, em matéria de síntese reflexiva o seguinte:

Em suma, tudo indica que se justifica uma articulação de políticas que conjugue três elementos: (i) ligação ao mercado de trabalho através de oportunidades de emprego ou formação profissional; (ii) apoio ao rendimento a um nível suficiente para que as pessoas tenham uma vida condigna; (iii) acesso melhorado aos serviços que possa contribuir para eliminar alguns dos obstáculos que certos indivíduos e respectivas famílias encontram quando pretendem integrar-se na sociedade, apoiando a sua reinserção na actividade profissional (através, por exemplo, de medidas de orientação, cuidados de saúde, guarda de crianças, aprendizagem ao longo da vida para colmatar lacunas educativas, formação em TI para ajudar os potenciais trabalhadores, incluindo as pessoas com deficiência, a tirar partido das novas tecnologias e maior flexibilidade do trabalho, reabilitação psicológica e social, etc.). Uma abordagem desta natureza pode designar-se *inclusão activa*. Para apoiar políticas neste domínio e criar condições para avançar na redução da pobreza e da exclusão, é fundamental correlacionar todos estes elementos. Sem apoio activo à integração no mercado de trabalho, corre-se o risco de os regimes de rendimento mínimo enclausurar as pessoas em situações de pobreza e de dependência prolongada dos sistemas previdenciais. Sem medidas adequadas de apoio ao rendimento, corre-se o risco de as políticas ou os programas de activação não serem bem sucedidos na prevenção do agravamento da pobreza nem evitarem que as pessoas procurem meios imediatos de subsistência de forma ilícita. Sem medidas sociais de apoio, corre-se também o risco de as regras de activação serem aplicadas cegamente, donde sem eficácia, sem ter em devida conta as necessidades específicas das pessoas desfavorecidas (mães solteiras, populações itinerantes e ciganas, pessoas com problemas de saúde ou distúrbios psicológicos). Por fim, tais políticas, para serem credíveis e bem recebidas, têm de ser correctamente orçamentadas, não podem pôr em risco a sustentabilidade financeira a médio prazo e devem revelar-se rentáveis a longo prazo.

Desta abordagem resulta necessariamente uma evidência relacionada com a quase inexistência no bairro do terceiro elemento relacionado com o acesso aos serviços que asseguram uma retaguarda sólida para os que pretendem (re)integrar-se profissionalmente, sendo certo que as recusas de oferta de emprego e de desaproveitamento de algumas oportunidades profissionais resultam da ausência destes serviços e de outros factores como os custos dos transportes para actividades situadas longe do bairro.

De imediato, estas carências só podem ser superadas por actividades de complementaridade no próprio bairro entre os residentes, devendo existir um forte

estímulo a todos os que assumam uma relação potencialmente continuada e regular com o mercado de trabalho.

Os serviços de apoio aos que trabalham ou pretendem trabalhar devem consistir numa prioridade ao ponto de se penalizar os que utilizam os (poucos) existentes e que não trabalham ou não procuram vias alternativas no plano profissional.

O trabalho ser compensador pode significar rendimento mas também outras formas de compensação que diferenciem dos que se afastam radicalmente de qualquer actividade profissional.

No primeiro elemento de intervenção em favor de uma ligação mais efectiva com o mercado de trabalho importa desenvolver uma relação forte com entidades empregadoras da cidade e principalmente da proximidade geográfica imediata ao bairro que, numa óptica de responsabilidade social, possam assumir uma atitude e uma acção mais favorável à integração profissional. Nesta matéria as experiências das redes de empresas e de Organizações Solidárias que aceitam acolher estagiários para apoio a desenvolvimento de competências e que incentivam na sua rede de contactos parceiros de negócios a contratarem os estagiários que entendem recomendar no plano profissional, podem servir de ponto de partida para procurar vias de comunicação e interacção com o mercado de trabalho, sabendo-se que a própria residência no bairro constitui uma barreira per si à empregabilidade.

H. Dependências e assistencialismo

- Uma cultura de pobreza

Entre a população existe um défice de projectos de vida e expectativas face ao futuro. Há um défice do que é desejável. Do ponto de vista das identidades ou são muito negativas ou são ausentes. É preciso fazê-los desejar alguma coisa (Actor institucional).

Neste nível de caracterização colocam-se dois níveis de interpretação, claramente identificados pelos actores institucionais e por alguns residentes no Bairro:

- *apesar de deverem ser incluídos, há pessoas que querem continuar à margem, que não querem ter expectativas e não os podemos obrigar;*
- *muitas pessoas estão excluídas não por opção, mas por imposição. A sociedade tem obrigação de assegurar um conjunto de necessidades. Os indivíduos podem optar ou não por estarem incluídos.*

Neste contexto, é importante salientar as manifestações empíricas de uma cultura de pobreza pautada pelo imediatismo, por uma despreocupação com o futuro, pela ostentação em termos de práticas de consumo quotidianas e pela economia informal (venda de documentos, venda de rifas, trabalho em casa – ex. vendas de gelados, fruta, peixe, «fiado»). Não podemos deixar de referir que o desenvolvimento de economias subterrâneas e o dinheiro que advém de expedientes (tráfico de drogas, prostituição e rifas) não se limita a ser um fenómeno sócio-económico, mas um elemento central num processo de reconstituição identitária. Assim, instalam-se micro-sociedades de sobrevivência onde o relacionamento com as instituições é marcado pelo utilitarismo e pela agressividade, tendo esse posicionamento uma clara intencionalidade de afirmar e reivindicar uma condição de excluídos.

Como nota, parece-nos importante aferir quais foram os principais problemas que levam frequentemente a população ao recurso a ajudas. Assim, e dentro dos principais problemas expostas pelos utentes do Posto de Atendimento da Junta de freguesia de Campanhã no bairro do Lagarteiro¹¹, podemos destacar: a importância primeira da ausência ou insuficiência de recursos económicos destinados a pagar as mensalidades dos infantários, dos subalugueres de casas, das dívidas na mercearia, dívidas na farmácia e aquisição de medicamentos, passes escolares, compra de fraldas, óculos e exames médicos, dívidas contraídas ao SMAS, EDP e PT, pagamento de multas, contas de tribunais, funerais, rendas de casa, emissão de documentos pessoais, etc..

- Uma situação de dependência, de incapacidade de resolução, conjuga-se com uma assistência reivindicada

Segundo o inquérito realizado (Junta Freguesia, 2006), temos 17% de desempregados; 16% de reformados; 9% dependentes do Rendimento Mínimo, 5% domésticas e 18% de estudantes, o que totaliza cerca de 65% da população residente (considerando ainda que 15% não responde).

Estamos perante *uma atitude que reflecte uma espécie de fatalidade* («profecia que se auto-cumpre») em termos de percurso de vida por parte dos habitantes com residências de propriedade camarária, intensificando-se nestes espaços um conjunto de estratégias de auto-exclusão perpetuadoras obviamente de uma

¹¹ Saliente-se que esta análise resulta do levantamento feito, entre Dezembro de 2005 e Fevereiro de 2006 inclusive, por parte do técnico de serviço social e corresponde a uma média semanal de 15 atendimentos.

vivência que tem como referência um princípio a que Bourdieu chama de “«escolha do necessário» (*isto não é para nós*).”¹²

Desta forma, acentua-se uma certa *lógica de inferiorização e de subalternização* dos residentes que parecem, assim, assumir a “etiqueta” de «relegados» e de «assistidos». Por outras palavras, as populações mostram que interiorizaram um sentimento de dependência, de incapacidade de resolução dos seus próprios problemas e de abandono por parte do poder. Estamos perante por *assistência reivindicada* na medida em que se patenteia uma racionalidade vincada em prol da reivindicação do direito aos benefícios de subsídios e de outras compensações sociais, assim como, o alojamento, a escola, a segurança, etc., face ao poder e mesmo face aos técnicos locais ligados à assistência social.

Das 446 famílias, 300 recebem o Rendimento Social de Inserção (Actor institucional)

No tocante ao Rendimento Social de Inserção¹³ (RSI), podemos salientar que a aplicação desta medida de política social tem vindo a traduzir-se numa análise mais focalizada das problemáticas, possibilitando alargar as bases sociais do combate à exclusão social e à pobreza. O apoio financeiro de carácter temporário, dirigido às famílias mais carenciadas, aliado a um programa de inserção social tem como objectivo assegurar aos indivíduos, e respectivos agregados familiares, recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades básicas e que aumentem as possibilidades de criação das condições para uma progressiva inserção social e profissional dos beneficiários. A aplicação do RMG, apesar dos efeitos perversos que pode eventualmente acarretar, surge como uma tentativa de se alcançar níveis de coesão social mais elevados e nesse sentido o Bairro do Lagarteiro demonstra, simultaneamente duas tendências: uma maioritária dependência do RSI e a assunção de um fatalismo inibidor de activação de recursos e concomitantemente, a ideia de que viver sem o RSI seria algo de muito negativo e comprometedor, inclusive, dos níveis mais básicos de sobrevivência humana. Cerca de 67% das famílias do Lagarteiro são beneficiárias.

Se nos reportarmos à actualidade, podemos considerar que a população do Bairro beneficiária do RMG se situa principalmente no escalão etário que vai de 30 aos 40 anos, é portadora de níveis de escolaridade muito baixos (1º e 2º ciclos) e teve

¹² Pierre Bourdieu, *La Distinción. Criterio y Bases Sociales del Gusto*, Madrid, Taurus, 1998, p. 386.

¹³ Actualmente, o RMG (Lei 19A/96) foi substituído pelo Rendimento Social de Inserção (RSI) através do Decreto-Lei nº13/2003 de 21 de Maio.

actividades profissionais desqualificadas¹⁴. A resolução destes problemas passa, como já se referiu, pelo desenvolvimento de acções que promovam o reforço das capacitações individuais e colectivas, com reflexos na capacidade de agir, na dinamização de comunidades aprendentes e no reforço da auto-estima individual e colectiva.

¹⁴ Dados resultantes da análise dos processos de RSI procedentes da Segurança Social e da Fundação Filos.

2.4. Dinâmicas de parceria e mobilização local

Em termos institucionais, o Bairro do Lagarteiro está marcado pelas ausências de instituições de base local e de um Projecto definido, capazes de contrariarem comportamentos de apatia, demissão e resignação. Assim, consideramos que os impactos estratégicos esperados de um novo projecto para o Lagarteiro leva à obtenção de novas formas de complementaridade e entrosamento institucional, que sejam capazes de integrar medidas e programas nacionais e instrumentos de planeamento locais, potenciando os resultados.

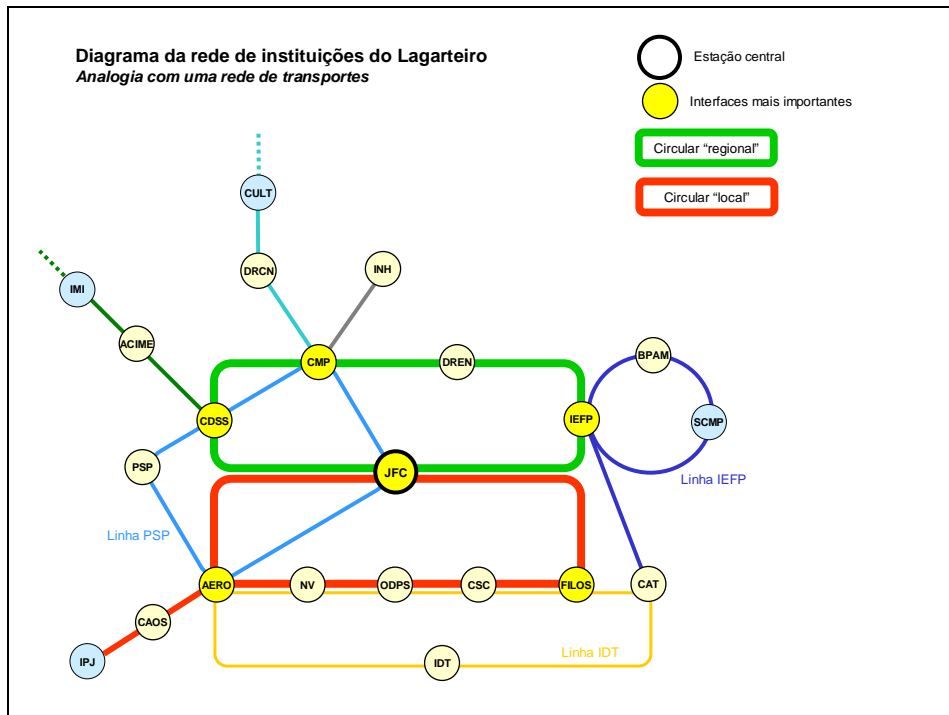
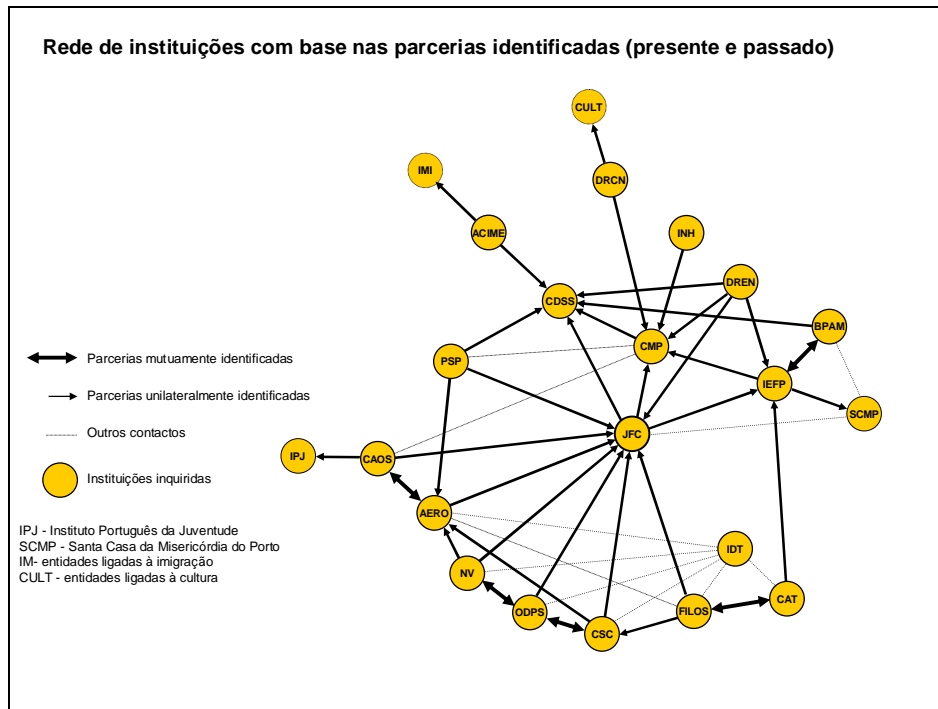
Relativamente a outros impactos, ao nível local, espera-se um aumento da capacidade de detecção e resolução de problemas individuais e colectivos, gerando respostas específicas para necessidades específicas, uma transformação da cultura e práticas dos serviços e instituições locais, no sentido de uma maior transparência e abertura a outras entidades e às populações, e um incremento significativo da mobilização e participação dos destinatários dos programas e projectos de intervenção social, numa lógica de *empowerment*.

Sabemos que é difícil motivar e dar continuidade à participação das populações e instituições. Uma estratégia de participação e de parceria implica procedimentos colectivos. Assim, devemos começar por acções demonstrativas que motivem e façam acreditar actores e indivíduos que já não acreditam muito em nada... Assim, este processo deverá utilizar todos os recursos e métodos disponíveis de modo a fazer **com que a comunidade apreenda, analise, critique e domine os problemas que se lhe apresentam em todas as esferas do quadro de vida**; por isso, a intervenção deve utilizar essencialmente a linguagem da própria comunidade, dos seus quotidianos, das suas vivências, permitindo um maior conhecimento da identidade comunitária, a descoberta da complexidade das questões e a necessidade de fortalecer a responsabilização cívica.

De forma a analisarmos a **base institucional e as dinâmicas de parceria e mobilização local** foi implementado, com já referimos um questionário aos Actores.

2.4.1. Rede institucional instalada

A configuração da rede de instituições instalada localmente foi definida com base nas parcerias e contactos identificados a partir dos projectos em curso, ou desenvolvidos no passado recente.



Código/Sigla – Designação da Instituição

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
AERO – Agrupamento das Escolas Ramalho Ortigão (Ministério da Educação)
APSNV – Associação para a Promoção da Saúde Norte Vida
BPAM – Benéfica e Previdente, Associação Mutualista
CAOS – Associação Juvenil CAOS
CAT – Centro de Apoio Toxicodependentes – CAT Oriental
CDSSP – Centro Distrital de Segurança Social do Porto (Ministério do Trabalho e Solidariedade Social)
CMP – Câmara Municipal do Porto / Empresa Municipal de Habitação e Manutenção
CSC – Centro de Saúde de Campanhã (Ministério da Saúde)
CULT – Entidades ligadas à cultura
DGSN – Direcção-Geral de Saúde do Norte (Ministério da Saúde)
DRCN – Delegação Regional da Cultura do Norte (Ministério da Saúde)
DREN – Direcção Regional Educativa do Norte (Ministério da Educação)
IESup – Instituições de Ensino Superior
FCAC – Futebol Clube Amigos de Campanhã
FDSP – Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto
FILOS – Fundação FILOS
IDT – Instituto da Droga e Toxicodependência
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego do Porto (Minist. Trab. e Solidar. Social)
IMI – Entidades ligadas à imigração
INH – Instituto Nacional da Habitação
IPJ – Instituto Português da Juventude
JFC – Junta de Freguesia Campanhã
LPSS – Liga Portuguesa de Profilaxia Social
MG – Montepio Geral
NA – Nun'Álvares
NV – Equipa de Rua Oriental Norte Vida
ODPS – Obra Diocesana de Promoção Social
PSP – Comando da PSP da Área Metropolitana do Porto (Ministério da Administração Interna)
REAPN – Rede Europeia Anti Pobreza
SCMP – Santa Casa da Misericórdia do Porto

Devemos salientar a existência de dois grupos de entidades com ligações internas significativas e pouco conectados entre si, que em seguida descrevemos:

- um 1º grupo, que se define na parte superior do diagrama da rede e que é polarizado pelo poliedro CDSSP, CMP, IEFP e DREN (Centro Distrital de Segurança Social do Porto, Câmara Municipal do Porto, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Direcção Regional Educativa do Norte), a que se associam outras entidades mais periféricas e com ligações preferenciais a uma destas nucleares.

- um 2º grupo constituído pelo conjunto de entidades que se definem na parte inferior da rede - CAOS, AERO, NV, ODPS, CSC, FILOS, CAT (Associação Juvenil CAOS, Agrupamento das Escolas Ramalho Ortigão, Equipa de Rua Oriental Norte Vida, Obra Diocesana de Promoção Social, Centro de Saúde de Campanhã, Fundação FILOS, CAT Oriental) - menos conectado mas com uma melhor concretização de parcerias.

No 1º grupo de instituições encontram-se representadas sobretudo as entidades públicas de serviços desconcentrados da administração central, com competências e áreas de intervenção de âmbito regional; as ligações que apresentam são menos concretas e mais **institucionais** e decorrem sobretudo das **atribuições que regem a sua actividade**.

No 2º grupo parecem estar representadas as entidades com acção local - associações de solidariedade social, organizações não governamentais e organismos públicos com intervenção local (educação, saúde).

A relação entre os dois grupos é quase exclusivamente realizada através da Junta de Freguesia de Campanhã (JFC). Esta ocupa uma posição central na rede de instituições e, se se observar o sentido das ligações verifica-se que as entidades "locais" privilegiam a JFC mas o inverso não acontece, pois esta privilegia as entidades "regionais" (aqui também o inverso não acontece). A JFC opera como o canal de ligação e "porta" entre os dois grupos de entidades sobretudo por impulso das entidades "locais".

1. As únicas excepções a este panorama acontecem com as ligações entre a PSP e o Agrupamentos de Escolas (AERO) e o IEFP e o CAT, que estabelecem alguma relação entre os dois grupos.
2. O que se evidencia ao nível das entidades "locais" é a fraca conectividade entre instituições. Definem-se algumas (poucas) parcerias concretas em projectos entre pares de instituições (e fracos contactos) mas, na generalidade, são ligações "lineares" **sem uma verdadeira rede de instituições.**

2.4.2. Rede institucional recriada

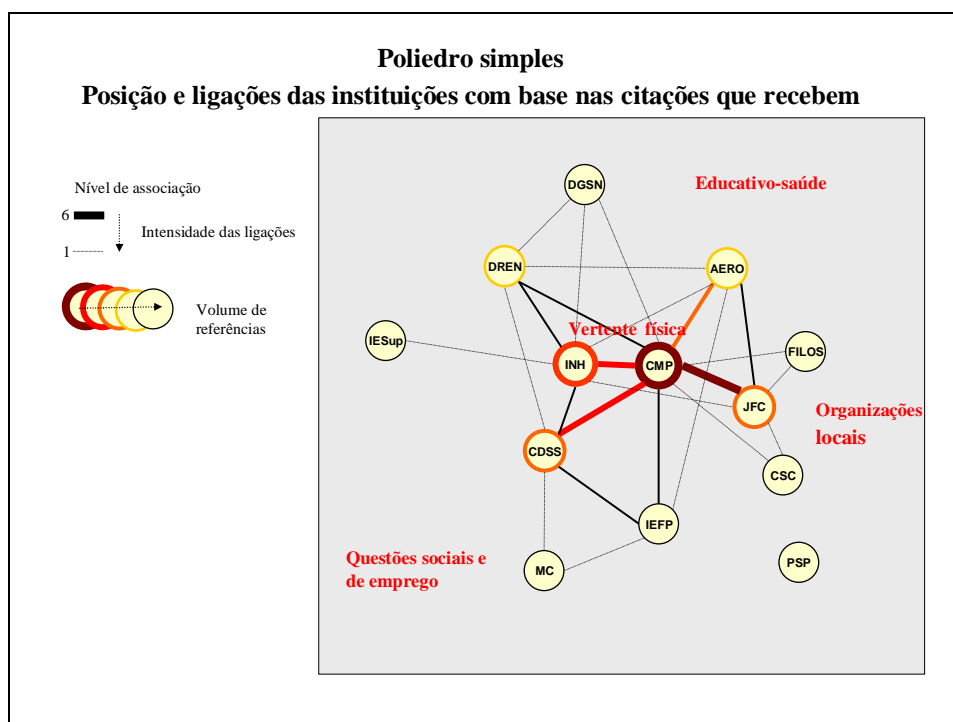
Quando as instituições foram confrontadas com a necessidade de prever a estrutura institucional de suporte ao programa de intervenção, a configuração alterou-se.

O poliedro simples, construiu-se pelas referências comuns quanto à opinião dos inquiridos relativamente a quem deve liderar os processos de reabilitação do bairro é fortemente polarizado pela Câmara Municipal do Porto (CMP), quer em associação com o Instituto Nacional de Habitação (INH), quer com a Junta de Freguesia de Campanhã, ou ainda, secundariamente com o Centro Distrital de Segurança Social do Porto (CDSSP). A associação INH-CMP é dominante e nuclear, ou seja são as duas instituições maioritariamente referidas como decisivas no processo de reabilitação.

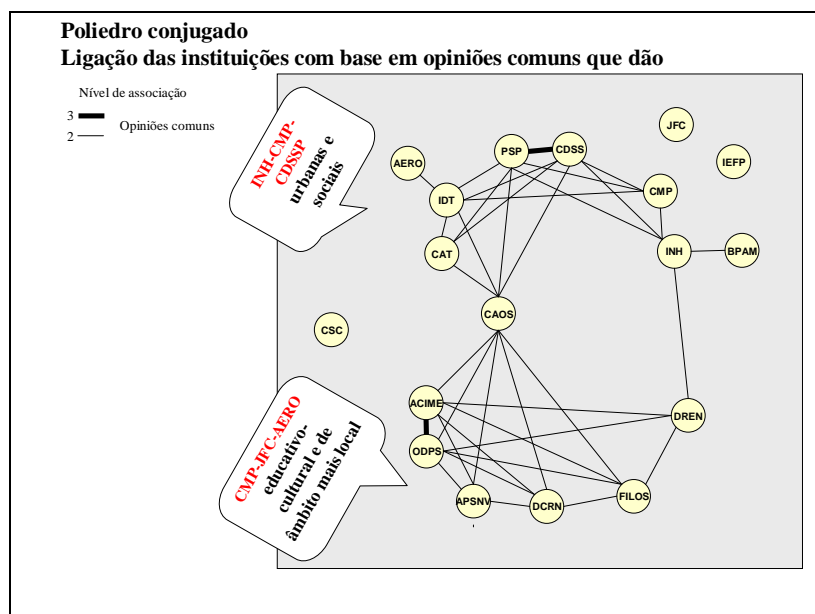
O poliedro evidencia também as diferentes perspectivas que as instituições revelam quanto aos objectivos da reabilitação:

- as que incidem na vertente física da reabilitação, privilegiam em particular a importância da associação INH-CMP;

- as que salientam a importância dos aspectos educativo-culturais, suportam a futura intervenção na CMP-INH, com DREN, DCRN, AERO (parte superior do diagrama).
- as que põem o acento tónico nas questões sociais privilegiam o par CMP-INH, com CDSSP, IEFPP, FDSP e MG (parte inferior do diagrama).
- finalmente, as que relevam a necessidade do envolvimento das organizações locais: CMP-JFC com FILOS, CSC, AERO (parte esquerda do diagrama).



Devemos ainda referir que, em função das prioridades em matéria de intervenção, as instituições a privilegiar podem diferir (seguindo o poliedro conjugado, associando as instituições com base no perfil da sua opinião). É visível, neste caso a separação clara entre dois grupos:



- o 1º grupo, representado na parte superior do diagrama, privilegia a associação INH-CMP-CDSSP, ou seja, tem um enfoque claro nas questões urbanas e sociais. O Centro de Apoio Toxicodependentes - CAT Oriental, o Instituto da Droga e Toxicodependência (IDT), o Comando da PSP da Área Metropolitana do Porto, o Centro Distrital de Segurança Social do Porto (CDSS) e a Benéfica e Previdente, Associação Mutualista pertencem a este grupo com opiniões comuns.

- o 2º grupo, representado na parte inferior do diagrama, associa a reabilitação a uma perspectiva claramente mais educativo-cultural e de âmbito mais local, e privilegia o núcleo-central CMP-JFC-AERO. A Associação Juvenil CAOS, a ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas), a Obra Diocesana de Promoção Social (ODPS), a Associação para a Promoção da Saúde Norte Vida (APSNV), a Delegação Regional da Cultura do Norte (DRCN), a Fundação FILOS e a Direcção Regional Educativa do Norte (DRCN) sustentam este grupo de opinião.

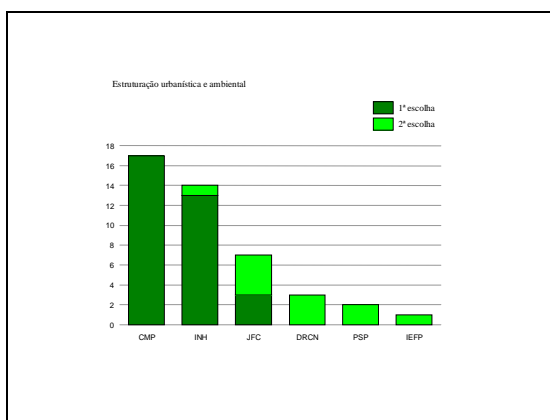
- a entidade CAOS surge numa posição central de ligação entre os dois grupos, partilhando as duas perspectivas.

A conjugação dos diferentes esquemas permite-nos ter uma noção mais clara das representações institucionais, e desta forma programar as acções seguindo parcerias institucionais de geometrias variáveis, segundo as acções e as estratégias em jogo. Se na intervenção *urbanística e ambiental*, a Câmara Municipal do Porto e o Instituto Nacional de Habitação lideram claramente face às instituições restantes, na área da *família, cultura e modos de vida* várias instituições agregam competências e vontade de cooperar; por outro lado, a área das *competências e*

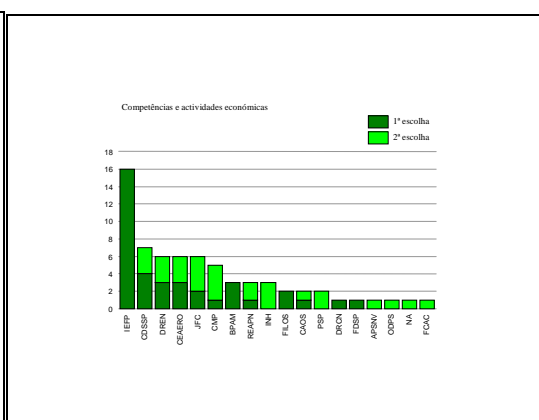
actividades económicas demonstra uma fraca sustentação institucional, enquanto que a *saúde e a segurança* estão suficientemente suportadas.

Isto significa que, na implementação do projecto de regeneração urbana do Lagarteiro, é natural que as acções que vierem a ser concebidas com o intuito de melhorar as competências e os níveis de ocupação da população residente devam ser também dinamizadas por outras instituições externas. Nas outras áreas de intervenção a capacidade institucional instalada no Grupo de Parceiros Locais parece suficiente.

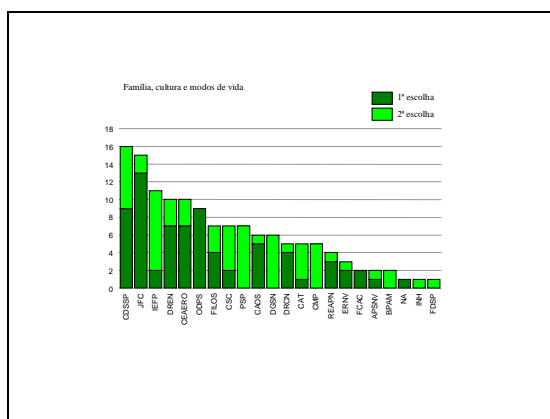
Estruturação urbanística e ambiental



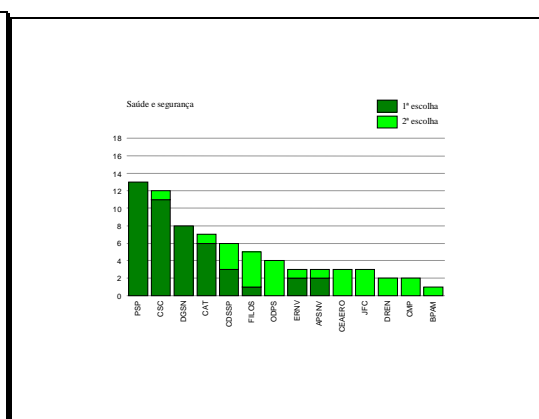
Competências e actividades económicas



Família, cultura e modos de vida



Saúde e segurança



Por fim, é necessário propor um sistema independente de controlo e avaliação do desempenho do Projecto. A nossa proposta é que o sistema de monitorização deve ser contratualizado com uma instituição independente, designadamente instituições do ensino superior.

2.5. Análise crítica conclusiva

Apresentamos seguidamente a abordagem estratégica que se mostra mais adequada ao ciclo de desenvolvimento perspectivado para o Bairro do Lagarteiro no Médio Prazo, a qual enuncia os **factores de dinamização fundamental a serem assumidos pelos seus principais agentes**.

Como pode ser constatado, existe uma preocupação em identificar duas componentes fundamentais de uma mesma abordagem, concretamente:

- uma componente de natureza analítica-estratégica, a realizada no capítulo anterior, em que se cruzam domínios e se constroem sinergias de forma demarcar os níveis de abordagem e os factores decisivos para operacionalizar a estratégia para o Bairro.
- uma componente de natureza estratégica-instrumental, a esquematizada no esquema apresentado, que claramente identifica os *drivers* da estratégia, isto é, os problemas e os factores de dinamização fundamentais, em torno dos quais será sustentado o processo de desenvolvimento e as acções estratégicas a realizar.

Deve ainda referir-se que a abordagem proposta tem em conta as interacções existentes entre os problemas e os factores de desenvolvimento fundamentais, sendo tais interacções determinantes para conceber e acompanhar o processo de implementação da estratégia, para o seu desenvolvimento integrado e sustentável.

Assim, a abordagem de natureza estratégica-instrumental deve estruturar-se a partir de um modelo interpretativo de síntese (Esquema 1). De uma forma muito sintética salientamos o seguinte:

- a intervenção urbanística-ambiental deve potenciar as sinergias com o Parque Oriental e a área de Urbanização Especial adjacente. Desta forma, por um lado, o projecto ambiental do Parque Oriental projecta-se para dentro do Bairro, por outro lado, os problemas existentes ao nível dos equipamentos, devem ser equacionados numa perspectiva alargada a um espaço residencial de maior dimensão e diversidade social. A desqualificação dos espaços públicos, a degradação dos espaços residenciais e a carência de serviços de proximidade devem ter uma resposta no âmbito desta intervenção pois são factores determinantes para a promoção da qualidade de vida das populações residentes, e porque contribuem claramente para uma melhor integração sócio-urbanística do

Bairro do Lagarteiro na cidade. *Qualidade*, deve ser a palavra de ordem da intervenção física.

- Ao abordarmos os modos de vida, as sociabilidades e as estruturas familiares do Bairro, podemos comprovar a pluralidade e heterogeneidade de situações de exclusões e de estigmatização, diferenciadamente vividas e sentidas nos quotidianos, admitindo que "a regra é a da heterogeneidade das situações de exclusão, recuperáveis umas, inelutáveis no curto prazo outras, criadoras de rupturas de identidade por perda de laços e sociabilidades comunitárias algumas, deslizantes e conformadas outras ainda."¹⁵ Assim, consideramos que se trata de um território desqualificado, habitado por pessoas desmotivadas, com dificuldades em elaborar projectos de vida autónomos, vivendo numa lógica de conformismo e dependência, portadoras de identidades marcadas por auto-estima baixa e assunção de uma condição de dominados sociais. Promover uma cidadania activa e apostar no reforço da qualidade de vida e no bem-estar social dos residentes no Bairro do Lagarteiro, passa por uma forte dinamização das parcerias à escala da cidade. *Redes*, deve ser a palavra de ordem da intervenção sócio-cultural.

- Os vários indicadores que nos permitem referenciar num plano operacional as competências instaladas no bairro revelam um défice claro de competências individuais e colectivas nos domínios centrais do desenvolvimento local e social, ou seja, nas competências dos domínios cognitivos, profissionais, sociais e relacionais. Por outro lado, é necessário intervir ao nível da animação de algumas actividades económicas e na reinserção profissional de sectores da população residente com baixas qualificações escolares e profissionais e com uma elevada desafeição ao trabalho. Nas *démarches* de adaptação e de reforço de condições mais favoráveis de apoio ao empreendedorismo surgem alguns ingredientes que necessariamente deverão ser tidos em conta nas soluções para o bairro do Lagarteiro: soluções de proximidade, marcadas pela integração, quer na informação quer nos sistemas de acompanhamento; soluções que se baseiem em acções concertadas de parceiros públicos e privados e na parceria directa com actores do mundo empresarial (tutoria e apadrinhamento); respostas válidas e verdadeiramente adaptadas no domínio do microfinanciamento solidário; acompanhamento directo dos processos nas fases de concepção, de lançamento e na fase posterior de consolidação no mercado. *Aprendizagem e empreendedorismo*, devem ser as palavras de ordem da intervenção sócio-económica.

¹⁵ J. Ferreira de Almeida, "Integração social e exclusão social: algumas questões", in *Análise Social*, Vol. XXVIII, n.º 123-4, 1993, p. 833.

- Em termos de PONTOS FORTES, o Bairro tem no espaço envolvente uma grande disponibilidade de espaços verdes e existem importantes projectos de investimento urbanístico e ambiental para a Zona. A forte juventude da população residente, a pequena dimensão do Bairro e a presença de redes de vizinhança e de solidariedade local são potencialidades que devem alimentar a estratégia global e que dão algumas garantias de sustentabilidade à futura Intervenção.

Concluindo, existe capital ambiental (o edificado público e a grande disponibilidade de recursos ambientais), capital financeiro (projectos públicos e privados em expectativa na envolvente) e capital social (grande percentagem de jovens e redes de sociabilidade local) fundamentais para garantir a sustentabilidade da futura intervenção.

Esquema 1

Bairro Aberto



Estrutura Institucional e Organizacional	Competências e Actividades Económicas	Estruturação Urbanística e Ambiental	Culturas, Famílias e Modos de Vida
Inexistência de base associativa de Bairro	Baixos níveis de ocupação "formal"	Localização próxima do futuro Parque Oriental	Existe um défice de projectos de vida e expectativas face ao futuro
Existência de instituições com actividade de suporte no Bairro	Desemprego e precaridade de emprego	Fragmentação/descontinuidade do traçado, fraca acessibilidade e mobilidade condicionada	Abandono e insucesso escolar e baixas expectativas da família face à escola
Lideranças locais informais relevantes	Inserção precoce no mercado de trabalho	Espaço público abandonado, desarticulado e com excessivas barreiras arquitectónicas	Cultura da dependência face aos subsídios e à assistência em geral
Concertação institucional inexistente	Presença de dinâmicas de economia informal	Boa envolvente ambiental e espaços expectantes	Redes de solidariedade local e redes de parentesco convivem com violência familiar e conflitualidades
Necessidade de reforçar e actualizar competências	Fraco nível de competências na população residente	Edificado degradado e estrutura tipológica desajustada	

PONTOS FORTES

- Muita população jovem
- Qualidade e disponibilidade de espaço na envolvente
- Pequena dimensão do Bairro
- Projecto de investimento urbanístico-ambiental para a Zona
- Redes de vizinhança e de solidariedade importantes

3. Plano de Intervenção

O sector urbano do Lagarteiro/Azevedo, sendo um território de contrastes, marcado pela segregação espacial e social, é também um território com grande potencial de transformação. Assim, a actuação deverá necessariamente contemplar programas e acções estruturantes, a observar à escala de todo o sector urbano, apoiando-se numa estratégia urbana articulada.

3.1.Finalidades, objectivos gerais e específicos



Visão:

O Lagarteiro será um espaço residencial aberto, seguro e com qualidade urbana, onde o gosto pela aprendizagem e a convivência alargada reforcem as oportunidades, individuais e colectivas, para prosperar e para uma melhor integração na cidade.

Objectivos Globais:

- Abrir o Bairro à Cidade e a Cidade ao Bairro
- Melhorar a imagem e a qualidade urbana
- Aumentar a qualidade de vida da população residente
- Melhorar as expectativas de vida dos residentes
- Reforçar as competências individuais e colectivas, numa lógica de *empowerment*

Objetivos Específicos:

- Requalificar urbanisticamente o Bairro
- Promover a qualificação dos alojamentos habitacionais
- Resolver carências funcionais
- Melhorar os níveis de mobilidade
- Dinamizar as redes de relacionamento com a cidade
- Criar e animar espaços de sociabilidade
- (Re)construir um clima de segurança e de enraizamento
- Densificar os espaços de concertação social numa base inter-geracional
- Aumentar a auto-estima e o empreendedorismo de base local
- Reforçar os níveis de escolaridade e de formação dos residentes
- Melhorar os níveis de ocupação e promover a qualificação profissional
- Aumentar a capacitação institucional e os níveis de participação

ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO “LAGARTEIRO BAIRRO ABERTO”

VISÃO

O Lagarteiro será um espaço residencial aberto, seguro e com qualidade urbana, onde o gosto pela aprendizagem e a convivência alargada reforcem as oportunidades, individuais e colectivas, para prosperar e para uma melhor integração na cidade.

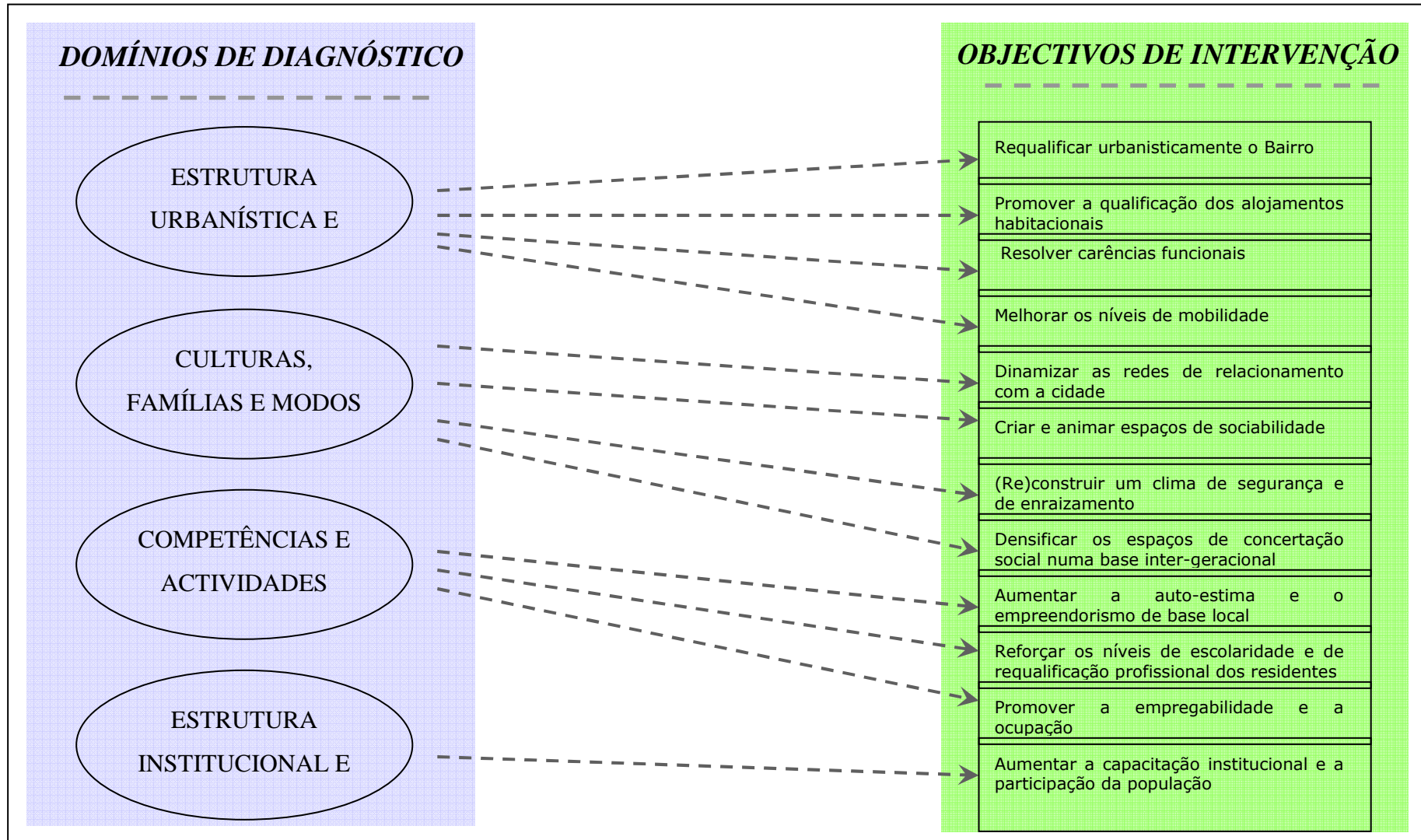
OBJECTIVOS GLOBAIS

- Abrir o Bairro à Cidade e a Cidade ao Bairro
- Melhorar a imagem e a qualidade urbana
- Aumentar a qualidade de vida da população residente
- Melhorar as expectativas de vida dos residentes
- Reforçar as competências individuais e colectivas, numa lógica de *empowerment*

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Requalificar urbanisticamente o Bairro
- Promover a qualificação dos alojamentos habitacionais
- Resolver carências funcionais
- Melhorar os níveis de mobilidade
- Dinamizar as redes de relacionamento com a cidade
- Criar e animar espaços de sociabilidade
- (Re)construir um clima de segurança e de enraizamento
- Densificar os espaços de concertação social numa base inter-geracional
- Aumentar a auto-estima e o empreendedorismo de base local
- Reforçar os níveis de escolaridade e de formação dos residentes
- Melhorar os níveis de ocupação e promover a qualificação profissional
- Aumentar a capacitação institucional e os níveis de participação

Do Diagnóstico aos Objectivos Específicos da Intervenção



Objectivos Específicos do Projecto Global de Intervenção:

- **Requalificar urbanisticamente o Bairro**
- **Promover a qualificação dos alojamentos habitacionais**
- **Resolver carências funcionais**
- **Melhorar os níveis de mobilidade**
- **Dinamizar as redes de relacionamento com a cidade**
- **Criar e animar espaços de sociabilidade**
- **(Re)construir um clima de segurança e de enraizamento**
- **Densificar os espaços de concertação social numa base intergeracional**
- **Aumentar a auto-estima e o empreendedorismo de base local**
- **Reforçar os níveis de escolaridade e de requalificação profissional dos residentes**
- **Promover a empregabilidade e a ocupação**
- **Aumentar a capacitação institucional e os níveis de participação**

Objectivos Específicos das Acções do Programa de Intervenção:

1. Reforço dos níveis de estruturação urbanística e recomposição morfológica do espaço urbano.
2. Qualificação ambiental dos espaços públicos e melhoramento das condições de funcionamento do bairro.
3. Constituição de uma malha urbana com traçado bem desenvolvido e bem articulado à escala do sector urbano de Azevedo/Lagarteiro.
4. Melhoramento da imagem urbana.
5. "Fazer cidade com conotados urbanos canónicos, a par da inserção de factores de contemporaneidade".
6. Melhoramento das condições de conforto e de segurança do espaço público.
7. Recomposição morfológica e diversificação da estrutura funcional do espaço urbano.
8. Melhoramento das condições de funcionamento, de conforto e de segurança dos imóveis.
9. Favorecer uma representação mais positiva da vivência no Bairro e na cidade.
10. Favorecer a melhoria das competências sociais e cívicas da população do Bairro, dentro de uma lógica intergeracional.
11. Reforçar a abertura externa do Bairro e promover uma imagem de mudança.
12. Melhorar os níveis de qualidade de vida e de auto-realização da população.
13. Promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidades sociais.
14. Estabelecer redes de cooperação e de parceria com outros espaços da cidade.
15. Fortalecer o quadro de competências e de habilidades sociais das populações.
16. Potenciar a escola e as dinâmicas associativas como actores cruciais de mudança.
17. Elevar os níveis de escolaridade dos residentes do bairro.
18. Reforçar a auto-estima dos participantes.
19. Reforçar as condições de empregabilidade dos residentes socialmente mais fragilizados.
20. Lançar processo local para a educação-formação e processos de educação popular.
21. Promover a acção empreendedora de base local.
22. Incentivar o regresso a actividades profissionais organizadas para pessoas com um afastamento muito elevado do trabalho.
23. Promover a requalificação profissional de desempregados e empregados do bairro através de novas oportunidades profissionais.

3.2.Estratégias de intervenção

Atendendo aos objectivos gerais e aos específicos foram identificados os seguintes eixos de intervenção estratégica:

- A. Requalificar urbanística e ambientalmente o Bairro
- B. Promover uma cidadania activa
- C. Governar local

O Parque Oriental, projecto em concepção, vai determinar grandes impactos urbanísticos e sociais na envolvente. Neste sentido, fazemos aqui um conjunto de recomendações de política, de forma assegurar uma melhor integração sócio-urbanística e efeitos multiplicadores positivos. Procura-se explicitar um conjunto de considerações que devem ser garantidas, para não se registarem impactos negativos no Bairro do Lagarteiro. O êxito da intervenção no Lagarteiro está, de certa forma, dependente da intervenção urbanística e ambiental no Parque Oriental, daí a necessidade de acautelar alguns princípios urbanísticos.

Devemos ainda referir que, em termos de estratégia de intervenção, optou-se por diferenciar os projectos físicos dos imateriais, dado que na maioria dos casos as fontes de financiamento não são coincidentes. É, por isso, uma opção que contraria em parte a noção de Projecto integrado, em prole de um maior pragmatismo do programa de intervenção. Isto não significa que não estejam garantidas as necessárias inter-ligações entre os projectos e as necessárias sinergias.

Os projectos estruturantes identificados são os seguintes:

A.1	Projecto	Estruturação e qualificação urbanística
A.2	Projecto	Reabilitação dos alojamentos habitacionais
B.1	Projecto	Estar Bem em rede
B.2	Projecto	Comunidade aprendente e empreendedora
C.1	Projecto	Gestão e monitorização
C.2	Projecto	Capacitação institucional e local

3.3. Plano de Acção

Recomendações para a Intervenção na envolvente		
		Novas construções em frente ao Parque Oriental
		Nova estrutura de arruamentos na área de urbanização especial
A. Requalificar urbanística e ambientalmente o Bairro		
A.1	Projecto	Estruturação e qualificação urbanística
	A.1.a	Novos Arruamentos
	A.1.b	Novos Espaços Públicos (ou colectivos)
	A.1.c	Construção de Novos Equipamentos na envolvente
	A.1.d	Centro Hípico Social
	A.1.e	Nova Esquadra da PSP
A.2	Projecto	Reabilitação dos alojamentos habitacionais
	A.2.a	Reabilitação das Coberturas, Fachadas, Empenas e Áreas Comuns das Construções existentes
	A.2.b	Reabilitação dos Espaços de Habitação existentes
C. Promover uma cidadania activa		
B.1	Projecto	Estar Bem em rede
Acções	B.1.a	Saúde é Vida
	B.1.b	Desporto é Futuro
	B.1.c	Eco-Bairro
	B.1.d	Segurança Activa
	B.1.e	Escola em Rede
	B.1.f	A.N.I.M.A.R. (Atrair, Negociar, Incentivar, Mobilizar, Activar, Reinsirir)
B.2	Projecto	Comunidade aprendente e empreendedora
Acções	B.2.a	(Pro) Habilidades Sociais
	B.2.b	Pólo RVCC
	B.2.c	Aprenditeca

	B.2.d	Agência de pequenas iniciativas Locais
	B.2.e	Plataforma Novas Actividades
C. Governar local		
C.1	Projecto	E.1. Gestão e monitorização
Acções	C.1.a	Gabinete Técnico Local
	C.1.b	Sistema de Monitorização
	C.1.c	Sistema de Comunicação
C.2	Projecto	E.2. Capacitação institucional e local
Acções	C.2.a	Reforço das Competências para a Intervenção
	C.2.b	Reforço das Competências para a Intervenção e Participação

Recomendações para a Intervenção na envolvente

		Novas construções em frente ao Parque Oriental
		Nova estrutura de arruamentos na área de urbanização especial

Com a identificação deste eixo de intervenção pretende-se realçar a importância que vão ter as intervenções a desenvolver por iniciativa da Câmara Municipal do Porto na área envolvente. São aqui apresentadas algumas considerações, discutidas nas reuniões com os Parceiros Locais, de forma a evidenciar a necessidade de articulação entre as acções e a importância de potenciar os efeitos multiplicadores inter-projectos. Neste sentido, consideramos que no sistema de monitorização do Projecto do Lagarteiro devem integrados indicadores de avaliação e controlo dos impactos dos projectos envolventes.

A Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo do PDM do Porto, demarca, para o Bairro do Lagarteiro e sua envolvente directa, as seguintes classes de uso do solo:

- Área de Edificação Isolada com Prevalência de Habitação Colectiva, correspondente aos blocos do bairro e espaços residuais envolventes aos mesmos, sendo admitida a localização de funcionalidades não residenciais, desde que compatíveis com o uso dominante;

- Área de Equipamento Existente, correspondente ao polígono da escola inserida no interior do bairro;

- Área de Equipamento Proposto Integrado em Estrutura Ecológica, correspondente a uma bolsa a Norte do bairro, sendo admitida a coexistência de usos habitacionais, comerciais e de serviços, sendo ainda definidos objectivos de preservação e promoção de componentes ecológicas e ambientais;

- Área de Frente Urbana Contínua em Consolidação, estruturada pela Rua de Azevedo, a sul do bairro;

- Área de Urbanização Especial, correspondente aos espaços abertos localizados a nascente, norte e poente do bairro. Esta classe, destinada a operações de expansão habitacional ou de reconversão urbanística, pressupõe a necessidade de estudos para a "definição detalhada da sua concepção e forma de ocupação, com recurso a desenho urbano".

- Sistemas Estruturantes de Relação, constituído pelo traçado e restantes espaços colectivos, incluindo as novas vias propostas.

Finalmente, a Planta de Acções Urbanísticas do PDM inscreve, como propostas viárias prioritárias, as vias distribuidoras a norte do Bairro do Lagarteiro e os novos acessos ao interior do bairro a partir da Rua de Azevedo e a partir da nova rotunda do Nó do Casal.



PDM do Porto. Planta de Ordenamento-Qualificação do Solo / extracto. CMP, Set.2003

O Bairro do Lagarteiro integra a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão, demarcada como UOPG 23 em Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo do PDM do Porto (ver figura). O Regulamento do PDM determina que o licenciamento de qualquer intervenção na área da UOPG seja precedido da aprovação de estudos urbanísticos para a totalidade da correspondente unidade territorial.

Além disso, o Regulamento do PDM acrescenta os seguintes conteúdos programáticos para a UOPG 23, designada como Parque Oriental:

Objectivos

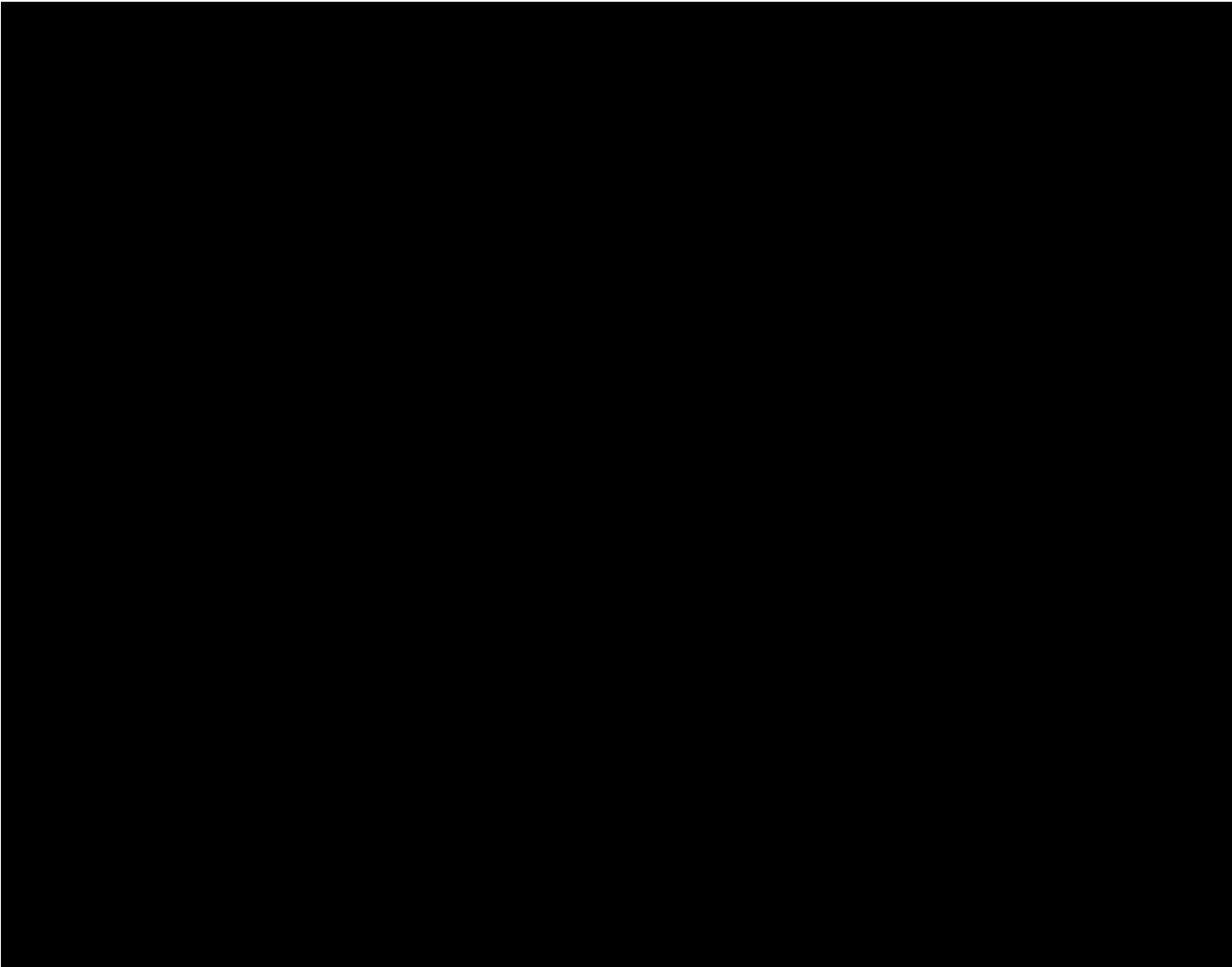
- Concretização de um parque urbano ao longo do vale do rio Tinto;
- Reabilitação dos núcleos rurais, conferindo-lhes a forma, a escala e os usos que lhe permitam contribuir para a dinamização do parque;
- Criação de equipamentos estruturantes e de zonas desportivas ao ar livre;
- Articulação da zona urbanizada com o futuro parque, tendo em consideração os seus acessos, a requalificação do Bairro do Lagarteiro e a rede viária principal e local.

Parâmetros urbanísticos

- As zonas da UOPG 23 a urbanizar destinam-se ao uso predominantemente habitacional, podendo incluir comércio e serviços;
- Inclusão dos eixos urbanos estruturantes indicados na Planta de Ordenamento, nomeadamente a ligação à Alameda de Cartes e à Colectora de Azevedo;
- o índice bruto de construção máximo é de 0,80 para cada Unidade de Execução.

Forma de execução

A UOPG deve ser sujeita a uma ou várias Unidades de Execução.



Plano de Pormenor do Parque Oriental / Extracto da Planta de Síntese. Fonte: CMP-Gabinete do Parque da Cidade

Assim, conhecendo os conteúdos do PDM e do PPPO e após consulta aos técnicos da Câmara Municipal do Porto, nomeadamente do Departamento de Planeamento Urbanístico e do Gabinete do Parque Oriental, avança-se com um esboço de uma proposta de intervenção urbanística, entretanto já corroborada genericamente pelos representantes da Câmara Municipal do Porto (CMP), pelos serviços urbanísticos da mesma Câmara e pelo Instituto Nacional de Habitação (INH). Devemos ainda referir que o diagnóstico e a proposta de intervenção neste domínio foi validada na última reunião com os Actores do Projecto do Lagarteiro.

Esta proposta está consubstanciada num *esquema de programa preliminar de estruturação urbanística*. Com este, no seu todo, pretende-se delinear possíveis respostas às questões e problemas apontados no diagnóstico, respeitando as ideias

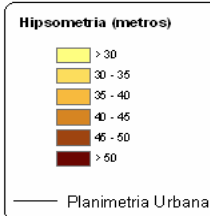
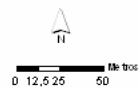
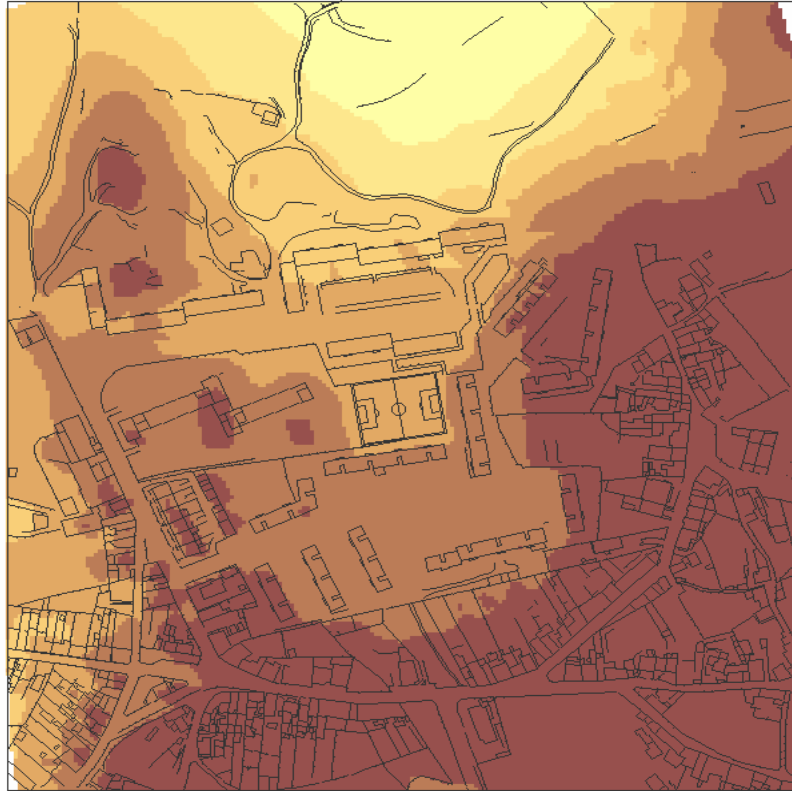
e princípios também aí clarificados e aproveitando as potencialidades que o projectado Parque Oriental contém, enquanto elemento facilitador da articulação/integração do bairro do Lagarteiro, quer com o parque quer com toda a envolvente.

Dos pressupostos decorre que a proposta que se apresenta assente no binómio articulação/integração interna e articulação/integração com a envolvente, pelo que as indicações não se limitam ao espaço do bairro, antes se alargando às áreas envolventes, especialmente às que se encontram nas adjacências situadas a Norte e a Nascente. Para este conjunto, propõe-se uma grelha viária que se pretende coerentemente articulada em si própria, bem como com a alameda de Azevedo e com a rua de Azevedo e com o núcleo da Aldeia, visando desfazer impasses e encravamentos.

A malha proposta possuirá duas vias estruturantes que resultam do prolongamento das ruas de Diogo Macedo e do Arqº Carlos Ramos, correspondendo a primeira ao prolongamento previsto no PDM e apresentando-se como o arruamento mais importante, quer por estruturar toda a malha, longitudinalmente, até à rotunda do Nó do casal, quer por articular, no seu ponto intermédio, a malha tradicional das rua e travessa da Aldeia, bem como da rua de Azevedo, com a nova alameda de Azevedo, através de um novo arruamento transversal. A poente desta transversal, uma outra articulará as duas fases do bairro do Lagarteiro, prevendo-se, a nascente, mais duas transversais que expandem a malha e permitem a edificação necessária à viabilização perequativa do Parque Oriental.

É neste sentido que se entende a edificação prevista pelo PPPO para a bordadura Sul da nova alameda de Azevedo, sugerindo-se, no entanto, pequenos ajustamentos que potenciarão a articulação/integração do bairro e sua envolvente com a alameda e com o parque. Assim, por um lado, todas as transversais deverão articular-se com a alameda de Azevedo, o que acrescenta duas ligações à prevista pelo "arranque" já construído na alameda e à já existente que entronca na alameda do Arqº Carlos Ramos. Por outro lado, a nascente desta, define-se um novo espaço pelo qual se prolongará e articulará o bairro com o parque, fazendo-o participar nas novas "fachadas urbanas" e não o relegando às traseiras dessas novas formas, o que agravaria os estigmas de segregação espacial. Assim se poderão estabelecer relações espaciais com o Parque Oriental, recorrendo à sua previsível qualidade e notoriedade ambiental, como factor de qualificação do próprio bairro e das suas proximidades.

Hipsometria no Bairro do Lagarteiro.



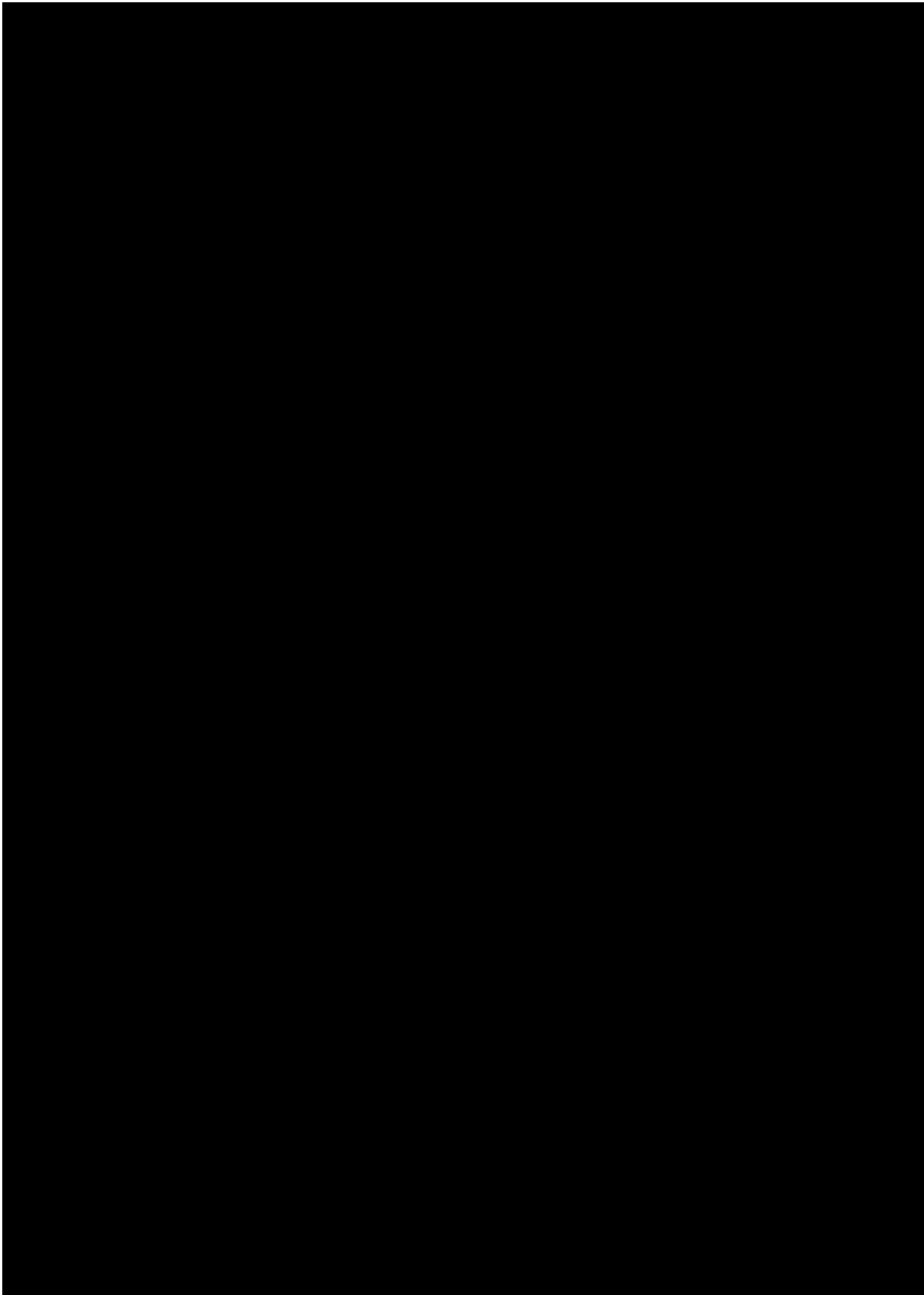
Fonte: Dados de altimetria da CMP, 2006

A ideia é que os edifícios a construir no novo espaço de prolongamento supra referido, se disponham perpendicularmente à alameda de Azevedo, de forma a recompor morfologicamente o lugar, a gradar a articulação e a permitir a abertura de uma nova praça panorâmica sobre o parque, a qual estabelecerá, ainda, relações funcionais com os r/chão dos novos edifícios, que poderão destinar-se a restauração, comércio e serviços de proximidade. Naturalmente, deverão procurar-se soluções para os novos edifícios que estabeleçam relações morfo-tipológicas com o edificado do bairro já existente, buscando uma imagem de conjunto com forte identidade. Desta forma e com o tratamento das traseiras dos blocos existentes (aliás de todas as traseiras e fachadas de todos os blocos), pretende-se transformar a traseira do bairro numa nova frente, olhando o parque.

Ainda pretendendo que o bairro participe no novo parque, especialmente no que toca às crianças e às actividades de ensino-aprendizagem promovidas pela escola existente, do primeiro ciclo, propõe-se que o prolongamento da rua do Lagarteiro, também prevista no PDM, se efectue através de um espaço mais alargado, ou seja, por um triângulo/alameda verde que amplie e prolongue o Parque até à proximidade do acesso à escola.

Este triângulo, que poderá ser guarnecido com 1 ou 2 pavilhões de apoio iguais aos previstos no PPPO para outras áreas do parque, constituir-se-á numa ligação "umbilical" entre a Escola e o Parque, sugerindo e aprofundando a sua utilização pela comunidade escolar, quer em termos lúdicos, quer no aproveitamento, para o processo de ensino-aprendizagem, de pequenas hortas que, no parque, se poderão constituir.

Finalmente, é sabido que a topografia (mapa seguinte) de toda a área apresenta suficientes dificuldades e que colocará problemas na perpendicularização do edificado em relação à alameda de Azevedo que devem ser equacionados à partida.



LAG - A.1.a)**Bairro do LAGARTEIRO**

Eixo Estratégico:	A. Requalificar urbanística e ambientalmente o Bairro
Projecto:	A.1 Estruturação e qualificação urbanística
Acção/Iniciativa:	A.1.a) NOVOS ARRUAMENTOS
Resumo:	Execução de NOVOS ARRUAMENTOS – faixas de circulação rodoviária, baias de estacionamento e passeios rasantes.
Programa:	<p>A presente acção respeita à execução das seguintes entidades espaciais de traçado (t):</p> <p>t1 - Novo arruamento de articulação entre as serventias actuais das duas fases do bairro (Rua de Diogo Macedo e Rua do Arquitecto Carlos Ramos), que assim deixam de se constituir como impasses em “cul-de-sac”;</p> <p>t2 - Prolongamento a nascente da Alameda do Arquitecto Carlos Ramos;</p> <p>t3 – Metade ponte de novo arruamento paralelo à Alameda do Arquitecto Carlos Ramos, a norte desta;</p> <p>t4 - Execução de alameda constituída por arruamentos de articulação das vias t1 e t3 acima referidas;</p> <p>t5 – Prolongamento a nascente da Rua Diogo Macedo, até ao Largo da Aldeia;</p> <p>t6 - Novo arruamento de ligação entre a Rua de Azevedo e a Rua de Diogo Macedo;</p> <p>t7 – Remodelação do arruamento de articulação entre o Largo da Aldeia e a via t4 proposta;</p> <p>t8 – Prolongamento da Rua do Lagarteiro, para Norte, até ao Nó de Cartes.</p> <p>Os novos arruamentos são constituídos por:</p> <ul style="list-style-type: none">- Faixas de circulação rodoviária com 7,00m de perfil transversal;- Baias longitudinais de estacionamento automóvel com 2,30m de perfil transversal;- Passeios de peões com perfil transversal mínimo de 2,25m;- Arborização por renques longitudinais em ambas as frentes dos novos arruamentos;- Mobiliário urbano constituído por papeleiras, bancos, hidrantes, contentores RSU e outros elementos;- Infra-estruturas hidráulicas, eléctricas, de gás e de comunicações (com relevo para os sistemas de iluminação pública, de drenagem de águas pluviais, e de recolha de resíduos sólidos urbanos).
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">- Reforço dos níveis de estruturação urbanística e recomposição morfológica do espaço urbano;- Qualificação ambiental dos espaços colectivos e melhoramento das condições de funcionamento do bairro;- Constituição de uma malha urbana com traçado bem desenvolvido e bem articulado à escala do sector urbano de Azevedo/Lagarteiro;- Melhoramento da imagem urbana;- Melhoramento das condições de conforto e de segurança do espaço público;- “fazer cidade com conotados urbanos canónicos, a par da inserção de factores de contemporaneidade”.
Tarefas:	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento dos Projectos de Execução dos novos arruamentos, incluindo, de forma integrada, os projectos de arquitectura, paisagismo, arruamentos e pavimentações (incluindo a modelação, compactação e drenagem de terrenos), infra-estruturas hidráulicas (abastecimento de água, combate a incêndios, drenagem de águas pluviais e drenagem de

	<p>águas residuais), infra-estruturas eléctricas (abastecimento de energia e iluminação pública), telecomunicações, gás e segurança;</p> <p>- Realização das obras de construção dos novos arruamentos.</p>
Destinatários:	Moradores / usuários.
Metodologia/Processo de Implementação:	Necessidade de articulação com a CMP e outras entidades com prerrogativas de validação dos programas propostos e prerrogativas de acompanhamento e gestão dos projectos a desenvolver.
Vantagens para a população do Bairro:	<p>- Melhoramento das condições de serventia, conforto e segurança;</p> <p>- Melhoramento das condições de mobilidade.</p>
Resultados/ Impactes esperados:	<p>- Constituição de sistemas bem articulados, com conotados claramente urbanos;</p> <p>- Inserção à escala do sector urbano.</p> <p>- Área intervencionada - 14.400m²</p>
Ligações:	<p>Esta acção deverá ser articulada com:</p> <p>- Acção A.1.b;</p> <p>- Acção A.1.c;</p> <p>- Plano de Pormenor do Parque Oriental do Porto (PP.PO);</p> <p>- Serviços de Urbanismo / CMP;</p> <p>- Serviços de Ambiente / CMP;</p> <p>- Serviços de Via pública / CMP.</p>
Cronograma:	<p>Projecto de execução – 6 meses;</p> <p>Execução das obras – 18 meses (para a área do Bairro do Lagarteiro).</p>
Entidade Responsável:	Unidade de Gestão e Câmara Municipal do Porto / Instituto Nacional de Habitação.
Parceiros:	Câmara Municipal do Porto / Instituto Nacional de Habitação.
Recursos:	As entidades responsáveis e as instituições parceiras possuem recursos técnicos próprios.
Custo:	1.000.000 € (área - 14.400m ²)
Fontes de Financiamento:	<p>- PROHABITA (DL nº 135 de 2004, de 3 de Junho);</p> <p>- Portaria 982/2006, 2ª série, de 16 de Março.</p>
Observações:	A Planta de Síntese em anexo regista as componentes do programa preliminar que se encontram validadas pela equipa técnica e pelas entidades consultadas.

LAG - A.1.b)**Bairro do LAGARTEIRO**

Eixo Estratégico:	A. Requalificar urbanística e ambiental o Bairro
Projecto:	A.1 Estruturação e qualificação urbanística
Acção/Iniciativa:	A.1.b) NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS
Resumo:	Execução de pavimentação e ajardinamento de novos espaços públicos/colectivos
Programa:	<p>A presente acção respeita à execução das seguintes entidades espaciais:</p> <p>P1 - Novo espaço de praça pavimentada na frente da via rápida a norte, e respectiva ligação com a praça da Alameda do Arquitecto Carlos Ramos;</p> <p>P2 - Constituição de nova praça adjacente à Rua de Diogo Macedo;</p> <p>P3 - Constituição de plataforma arborizada e ajardinada adjacente à Rua do Lagarteiro entre a Escola Básica e a rotunda da nova via rápida, integrando uma ciclovia, circuito BTT e veredas de peões;</p> <p>P4 - Constituição de terreiros ervados e em saibro compactado, articulados em sistema espacial contínuo, no interior do bairro do Lagarteiro;</p> <p>P5 - Remodelação da área do campo de jogos existente, para constituição de espaço de praça com pavimento dominante em saibro, com arborização perimetral e mobiliário urbano.</p> <p>Os novos espaços colectivos são constituídos por:</p> <ul style="list-style-type: none">- Superfícies pavimentadas por materiais diversos, nomeadamente por elementos em granito, betonilhas, mosaicos hidráulicos e saibros compactados;- Passeios de peões e veredas com perfil transversal mínimo de 2,25m;- Ciclovia com perfil transversal de 4m;- Arborização por renques e maciços com configurações a definir (espaços secos, espaços frescos, etc.);- Mobiliário urbano constituído por papeleiras, bancos, hidrantes, contentores RSU e outros elementos;- Infraestruturas hidráulicas e eléctricas, (com relevo para os sistemas de iluminação pública, de drenagem de águas pluviais, e de recolha de resíduos sólidos urbanos).
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">- Reforço dos níveis de estruturação urbanística e recomposição morfológica do bairro;- Qualificação ambiental dos espaços públicos e melhoramento das condições de funcionamento do bairro;- Constituição de uma malha urbana com traçado bem desenvolvido e bem articulado à escala do sector urbano de Azevedo/Lagarteiro;- Melhoramento das condições de conforto e de segurança do espaço público;- Melhoramento da imagem urbana.
Tarefas:	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento dos Projectos de Execução dos novos espaços colectivos, incluindo, de forma integrada, os projectos de arquitectura, paisagismo, pavimentações (incluindo a modelação, compactação e drenagem de terrenos), infraestruturas hidráulicas (abastecimento de água, combate a incêndios e drenagem de águas pluviais), infraestruturas eléctricas (iluminação pública), e segurança;- Realização das obras de construção dos novos espaços colectivos.
Destinatários:	Moradores / usuários.
Metodologia/Processo de Implementação:	Necessidade de articulação com a CMP e outras entidades com prerrogativas de validação dos programas propostos e prerrogativas de acompanhamento e gestão dos projectos a desenvolver.
Vantagens para a população do Bairro:	Melhoramento das condições de conforto e segurança.

Resultados/ Impactes esperados:	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição de sistemas bem articulados, com conotados claramente urbanos e com relevância ambiental e vivencial; - Inserção e articulação espacial à escala do sector urbano, e em especial com o Parque Oriental. <p>Área Intervencionada – 30.000 m2</p>
Ligações:	<p>Esta acção deverá ser articulada com:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acção A.1.a; Acção A.1.c; Acção B.1.a; Acção B.1.b; Acção B.1.c; Acção B.1.e; Acção B.1.f; Acção B.2.a; Acção B.2.b; Acção B.2.c; Acção B.2.d; Acção B.2.e - Plano de Pormenor do Parque Oriental do Porto (PP.PO); - Serviços de Urbanismo / CMP; - Serviços de Ambiente / CMP; - Serviços de Via pública / CMP.
Cronograma:	<p>Projectos de execução – 6 meses;</p> <p>Execução das obras – 18 meses (para a área do Bairro do Lagarteiro e áreas directamente adjacentes).</p>
Entidade Responsável:	Câmara Municipal do Porto / Instituto Nacional de Habitação.
Parceiros:	Unidade de Gestão e Câmara Municipal do Porto / Instituto Nacional de Habitação.
Recursos:	- As entidades responsáveis e as instituições parceiras possuem recursos técnicos próprios.
Custo:	P1 / P2 / P3 / P4 / P5 - 1.400.000 €
Fontes de Financiamento:	<ul style="list-style-type: none"> - PROHABITA (DL nº 135 de 2004, de 3 de Junho); - Portaria 982/2006, 2ª série, de 16 de Março.
Observações:	A Planta de Síntese em anexo regista as componentes do programa preliminar que se encontram validadas pela equipa técnica e pelas entidades consultadas.

LAG - A.1.c)**Bairro do LAGARTEIRO**

Eixo Estratégico: **A. Requalificar urbanística e ambientalmente o Bairro**

Projecto: **A.1 Estruturação e qualificação urbanística**

Eixo Estratégico: **A. Requalificação urbanística e ambiental**

Projecto: **A.1 Estruturação e qualificação urbanística**

Acção/Iniciativa: **A.1.c) NOVAS CONSTRUÇÕES - EQUIPAMENTOS COLECTIVOS**

Resumo: Execução de NOVAS CONSTRUÇÕES - EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

- A.** Pavilhão Polivalente de Representação
- B.** Creche/Jardim de Infância
- C.** Pavilhão de Interpretação Ambiental e de apoio ao Ciclismo
- D.** Hortas Pedagógicas
- E.** Pavilhão de Apoio ao Parque Oriental, com cafetaria e esplanada
- F.** Parque radical

Programa: A presente acção respeita à execução das seguintes construções:

A. Pavilhão Polivalente de Representação – Edifício de piso único com 900 m2 de área bruta, destinado a equipamento colectivo, a localizar entre a Rua de Diogo Macedo e o Largo da Aldeia.

Esta construção para guarnição urbanística do sector urbano de Azevedo/Lagarteiro destina-se à prática de modalidades desportivas "indoor" (ginástica, andebol, futsal, basquetebol, etc.), assim como para realização de eventos de representação social (festas promovidas pela comunidade, exposições e pequenos certames de âmbitos diversificados). Assim, para além de instalações técnicas adequadas às modalidades desportivas (balneários/vestiários, salas de modalidades, sala de formação, etc), deverá ainda integrar instalações para serviço de cafetaria e de catering destinado ao serviço dos eventos de representação, e ainda de arrecadações dimensionadas em conformidade.

A área de implantação apontada poderá em parte constituir-se como alpendre coberto e aberto aos espaços exteriores envolventes que deverão ser adstritos ao imóvel. As áreas exteriores serão pavimentadas (adro de acesso) e ajardinadas/arborizadas (restantes espaços envolventes ao equipamento).

O modelo de gestão do equipamento poderá considerar o serviço às escolas e abertura a iniciativas directas da comunidade residente no sector urbano.

B. Creche/Jardim de Infância - Edifício de piso único com 300m2 destinado a infantário, a localizar em terreno situado entre a Escola e a Rua de Diogo Macedo, em complemento e articulação com o programa similar instalado no bloco existente confrontante a sul. A confrontação com a escola, a norte, permite considerar complementaridades com o equipamento existente, assim como com as hortas pedagógicas propostas para o recinto do mesmo, pelo que é proposto um espaço de comunicação entre ambos os equipamentos.

A unidade funcional integra ainda uma área exterior constituída por um pátio e por jardim ervado e arborizado.

C. Pavilhão de Ciclismo e de Interpretação Ambiental – Construção de piso único com

	<p>250m2 implantada ao longo do muro da extrema sul da Escola, definida como uma das “portas” do futuro Parque Oriental, para atendimento dos seus usuários. Parte desta construção é destinada a depósito e oficina de manutenção/reparação de bicicletas, sendo proposto o traçado de uma ciclovia de ligação ao parque urbano.</p> <p>D. Hortas Pedagógicas – Constituição de um espaço com 400m2 destinado à horticultura, ao serviço das escolas e da comunidade, articulado ainda com o pavilhão de Interpretação Ambiental (localizando-se a nascente deste). Integra ainda uma pequena arrecadação de apoio com 30m2 na sua extrema nascente.</p> <p>E.1 Pavilhão de Apoio ao Parque, com cafetaria e esplanada – Pequena construção com 100m2, a localizar na área verde proposta para a frente da Rua do Lagarteiro, área que se constitui, ela própria, como uma bolsa/extensão do Parque Oriental, ligando-o à Escola e ao Pavilhão de Interpretação Ambiental. Esta unidade funcional destina-se a cafetaria, integrando uma área de esplanada, assim como uma pequena arrecadação encastrada no talude.</p> <p>E.2. Parque Radical – adjacente ao E.1., sendo constituído por muro de escalada e pistas de “skate” entre outros elementos e respectivas instalações de apoio.</p>
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço dos níveis de estruturação urbanística e recomposição morfológica do espaço urbano; - Recomposição morfológica e diversificação da estrutura funcional do espaço urbano.
Tarefas:	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento dos Projectos de Execução dos novos equipamentos, incluindo, de forma integrada, os projectos de arquitectura, paisagismo, estabilidade e infraestruturas prediais; - Realização das obras de construção dos novos edifícios e correspondentes áreas exteriores.
Destinatários:	<ul style="list-style-type: none"> - Moradores / usuários do bairro e da malha urbana de Azevedo/Lagarteiro, e usuários do Parque Oriental; - Serviço às Escolas.
Metodologia/Processo de Implementação:	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de articulação com a CMP, INH, e outras entidades com prerrogativas de validação dos programas propostos e prerrogativas de acompanhamento e gestão dos projectos a desenvolver.
Vantagens para a população do Bairro:	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoramento da qualidade de vida por elevação do nível de equipamento.
Resultados/ Impactes esperados:	<p>Resignificação do bairro como espaço integrado e articulado com a malha urbana oriental da cidade;</p> <p>Abertura do bairro a moradores da envolvente urbana.</p> <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 Pavilhão Polivalente de Representação - 900 m2 + exter 1 Creche/Jardim de Infância - 300 m2 + exter. 1 Pavilhão de Ciclismo e de Interpretação Ambiental - 250 m2 1 Horta Pedagógica - - 400 m2 + 30 m2

	1. Pavilhão de Apoio ao Parque Oriental, com cafetaria e esplanada e 1. Parque radical - 100 m2
Ligações:	Esta acção deverá ser articulada com: - Acção A.1.a; Acção A.1.b; - Acção B.1.a; Acção B.1.c; Acção B.1.f; Acção B.2.a. - Plano de Pormenor do Parque Oriental do Porto (PP.PO); - Federações, associações e colectividades de desportos radicais; - Serviços de Urbanismo / CMP; - Serviços de Via pública / CMP.
Cronograma:	A. Pavilhão Polivalente de Representação Projecto de Execução – 6 meses; Execução das obras – 18 meses. B. Creche/Jardim de Infância Projecto de Execução – 5 meses; Execução das obras – 16 meses. C. Pavilhão de Ciclismo e de Interpretação Ambiental Projecto de Execução – 4 meses; Execução das obras – 12 meses. D. Hortas Pedagógicas Projecto de Execução – 3 meses; Execução das obras – 6 meses. E. 1. Pavilhão de Apoio ao Parque Oriental, com cafetaria e esplanada Projecto de Execução – 3 meses; Execução das obras – 8 meses. E. 2. Parque radical Projecto de Execução – 4 meses; Execução das obras – 12 meses.
Entidade Responsável:	Unidade de Gestão e Câmara Municipal do Porto, Ministério da Educação, Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e do Ambiente e Ministério da Cultura.
Parceiros:	- Câmara Municipal do Porto e federações, associações e colectividades de desporto, culturais e sociais.
Recursos:	- As entidades responsáveis e parceiros possuem recursos técnicos próprios.
Custo:	A. Pavilhão Polivalente de Representação – 600 000 euros B. Creche/Jardim de Infância – 190 000 euros C. Pavilhão de Ciclismo e de Interpretação Ambiental – 150 000 euros D. Hortas Pedagógicas – 40 000 euros E. 1. Pavilhão de Apoio ao Parque Oriental, com cafetaria e esplanada – 100 000 euros E. 2. Parque radical – 100 000 euros
Fontes de Financiamento:	- Programas vários a definir em articulação com as diversas entidades envolvidas.
Observações:	A Planta de Síntese em anexo regista apenas as componentes do programa preliminar.

LAG - A.1.d)**Bairro do LAGARTEIRO**

Eixo Estratégico:	A. Requalificar urbanística e ambientalmente o Bairro
Projecto:	A.1 Estruturação e qualificação urbanística
Acção/Iniciativa:	A.1.d) Centro Hípico Social
Resumo:	Assegurar, em articulação com o centro hípico previsto para o Parques Oriental, a utilização social, educativa e de vizinhança.
Programa:	F. A presente acção respeita à execução de instalações articuladas com o centro hípico previsto para o Parque Oriental.
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">- Recomposição morfológica e diversificação da estrutura funcional do espaço urbano- Suporte de acções de iniciação à equitação;- Democratização e divulgação das modalidades hípicas e equestres;- Suporte de programas de terapia equídea.
Tarefas:	<ul style="list-style-type: none">- Edificação de instalações próprias para o Centro Hípico Social;- Organização de programas de iniciação e divulgação das actividades hípicas e equestres.
Destinatários:	<ul style="list-style-type: none">- Moradores / usuários do sector urbano;- Serviço às escolas e a unidades de saúde.
Metodologia/Processo de Implementação:	- Articulação entre a Câmara Municipal do Porto e o Sport Club do Porto: estas deverão ser as entidades promotoras, articulando-se, protocolarmente, com o Ministério da Educação.
Vantagens para a população do Bairro:	- Adesão ao programa utilizando o centro hípico previsto para o Parque Oriental como factor de integração.
Resultados/ Impactes esperados:	<ul style="list-style-type: none">- Participação/inclusão do bairro e malha urbana de Azevedo em programa estruturante previsto para o Parque Oriental. <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none">- 1 Centro Hípico Social – 400 m2
Ligações:	Esta acção deverá ser articulada com: <ul style="list-style-type: none">- Acção B.1.b; Acção B.1.c- Plano de Pormenor do Parque Oriental do Porto (PP.PO);- Serviços de Urbanismo / CMP;- Serviços de Ambiente / CMP;- Serviços da Via pública / CMP.
Cronograma:	Projecto de execução – 4 meses; Execução das obras – 12 meses
Entidade Responsável:	- Câmara Municipal do Porto e o Sport Club do Porto
Parceiros:	<ul style="list-style-type: none">- Ministério da Educação- Sport Club do Porto

Recursos:	- As entidades responsáveis e as instituições parceiras possuem recursos técnicos próprios
Custo:	- Instalações próprias – 250 000 euros
Fontes de Financiamento:	- Câmara Municipal do Porto, Sport Club do Porto e Ministério da Educação.
Observações:	

LAG-A.1.e)**Bairro do LAGARTEIRO**

Eixo Estratégico:	A. Requalificar urbanística e ambientalmente o Bairro
Projecto:	A.1 Estruturação e qualificação urbanística
Acção/Iniciativa:	A.1.e) Nova esquadra da PSP
Resumo:	Construção de novas instalações destinadas à PSP, no Largo da Aldeia.
Programa:	G. A presente acção respeita à execução de instalações destinadas à PSP, substituindo o posto existente na área central da primeira fase do Bairro do Lagarteiro.
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">- Melhoramento das condições de conforto e de segurança do espaço público;- Qualificar as condições de instalação das forças de segurança, dimensionando-as como equipamento destinado à guarnição do sector urbano de Azevedo/Lagarteiro.
Tarefas:	<ul style="list-style-type: none">- Relocalização e edificação das instalações para as forças de segurança
Destinatários:	<ul style="list-style-type: none">- Moradores / usuários da área urbana de Azevedo;- Elementos das forças de segurança.
Metodologia/Processo de Implementação:	<ul style="list-style-type: none">- Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal do Porto e o Ministério da Administração Interna.
Vantagens para a população do Bairro:	<ul style="list-style-type: none">- Integração, da acção das forças de segurança, à escala da área urbana de Azevedo.
Resultados/ Impactes esperados:	<ul style="list-style-type: none">- Melhoria das condições de segurança;- Generalização e normalização da acção das forças de segurança.
Ligações:	<p>Indicador: 1 esquadra da PSP – 250 m2</p> <ul style="list-style-type: none">- Acção B.1.d- Esta acção deverá ser articulada entre a PSP e a Câmara Municipal do Porto.
Cronograma:	<ul style="list-style-type: none">Projecto de execução – 5 meses;Execução das obras – 16 meses
Entidade Responsável:	Câmara Municipal do Porto e Ministério da Administração Interna.
Parceiros:	<ul style="list-style-type: none">- Unidade de Gestão e Câmara Municipal do Porto, Polícia de Segurança Pública e Ministério da Administração Interna.
Recursos:	<ul style="list-style-type: none">- As entidades responsáveis e as instituições parceiras possuem recursos técnicos próprios.
Custo:	<ul style="list-style-type: none">- 300.000 €
Fontes de Financiamento:	<ul style="list-style-type: none">- Câmara Municipal do Porto e Ministério da Administração Interna.
Observações:	

LAG - A.2.a)**Bairro do LAGARTEIRO**

Eixo Estratégico:	A. Requalificar urbanística e ambiental o Bairro
Projecto:	A.1 Estruturação e qualificação urbanística
Acção/Iniciativa:	A.2.a) Reabilitação das coberturas, fachadas, empenas e áreas comuns das construções existentes
Resumo:	- Melhoria funcional e estética de Coberturas, fachadas, empenas e áreas comuns das construções existentes.
Programa:	A presente acção respeita à execução das seguintes obras de reabilitação: <ul style="list-style-type: none">- Reparação e remodelação dos paramentos das fachadas e empenas das construções;- Reparação das coberturas, caleiras e prumadas exteriores das construções;- Substituição pontual de caixilharias;- Inserção de novas caixilharias para áreas de tratamento de roupas e para as áreas comuns de acesso e distribuição vertical dos imóveis (caixas de escadas);- Remodelação integral das áreas comuns de acesso e distribuição vertical dos imóveis (caixas de escadas).
Objectivos:	- Melhoria das condições de funcionamento, de conforto e de segurança dos imóveis; - Melhoria da imagem urbana.
Tarefas:	- Desenvolvimento dos Projectos de Execução das empreitadas a realizar, incluindo, de forma integrada, os projectos de arquitectura, estabilidade, térmica, acústica e infraestruturas prediais; - Realização das obras de reabilitação e remodelação das superfícies exteriores e áreas comuns das construções; - Conceber e disponibilizar aos moradores um <i>Manual de Manutenção 2 (Áreas comuns)</i> .
Destinatários:	Moradores
Metodologia/Processo de Implementação:	Necessidade de articulação com a CMP e outras entidades com prerrogativas de validação dos programas propostos e prerrogativas de acompanhamento e gestão dos projectos e obras a desenvolver.
Vantagens para a população do Bairro:	Melhoria das condições de habitabilidade das construções e melhoria da imagem urbana.
Resultados/ Impactes esperados:	- Resolução de problemas de salubridade; - Elevação dos padrões de qualidade e de satisfação dos moradores. Indicadores: <ul style="list-style-type: none">- Reabilitação externa de 13 blocos habitacionais- 1 Manual de Manutenção de áreas comuns
Ligações:	Esta acção deverá ser profundamente articulada com: <ul style="list-style-type: none">- Acção A.2.b;- Serviços de Habitação da CMP;- Serviços de Urbanismo da CMP.
Cronograma:	Projecto de execução – 4 meses; Execução das obras – 15 meses.
Entidade Responsável:	Unidade de Gestão e Câmara Municipal do Porto / Instituto Nacional da Habitação.

Parceiros:	- Junta de Freguesia
Recursos:	- As entidades responsáveis e as instituições parceiras possuem recursos técnicos próprios.
Custo:	3.000.000 €
Fontes de Financiamento:	- PROHABITA (DL nº 135 de 2004, de 3 de Junho). - Portaria 982/2006, 2ª série, de 16 de Março.
Observações:	

LAG - A.2.b)**Bairro do LAGARTEIRO**

Eixo Estratégico:	A. Requalificar urbanística e ambientalmente o Bairro
Projecto:	A.2. Reabilitação dos alojamentos habitacionais
Acção/Iniciativa:	A.2.b) REABILITAÇÃO DOS ESPAÇOS DE HABITAÇÃO
Resumo:	Reabilitação dos espaços de habitação existentes e resolução dos problemas de lotação.
Programa:	A presente acção respeita à execução dos seguintes planos e obras de reabilitação: <ul style="list-style-type: none">- Elaboração de um plano de reabilitação física dos alojamentos, atendendo aos problemas de degradação existentes, aos níveis de sub-ocupação e sobre-ocupação (reconfiguração tipológica e/ou troca de alojamento) e às necessidades de alojamento temporário de algumas famílias (durante as obras);- Reconfiguração tipológica pontual;- Reparação e remodelação pontual do interior dos fogos (paredes, tectos, pavimentos, caixilharias, infraestruturas prediais e elementos de equipamento);- Reconfiguração tipológica pontual de fracções do piso térreo de alguns blocos, para instalação de pequenos serviços de proximidade.
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">- Melhoramento das condições de habitabilidade, funcionamento, de conforto e de segurança dos imóveis.
Tarefas:	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento de um Programa de Reabilitação que defina prioridades, atendendo ao estado de degradação físico dos alojamentos, aos níveis de lotação, às necessidades de alojamento temporário de algumas famílias, etc. Para isto é necessário, realizar um levantamento preciso sobre o estado de degradação, os níveis de ocupação, a disponibilidade da população para aderir ao programa de reabilitação dos alojamentos.- Conceber e disponibilizar aos moradores um <i>Manual de Manutenção 1</i> (Alojamentos).- Desenvolvimento dos Projectos de Execução das empreitadas a realizar, incluindo, de forma integrada, os projectos de arquitectura, estabilidade, térmica, acústica e infraestruturas prediais;- Realização das obras de reabilitação e remodelação das fracções das construções.
Destinatários:	Moradores
Metodologia/Processo de Implementação:	Necessidade de articulação com a CMP e outras entidades com prerrogativas de validação dos programas propostos e prerrogativas de acompanhamento e gestão dos projectos e obras a desenvolver.
Vantagens para a população do Bairro:	Melhoramento das condições de habitabilidade das construções.
Resultados/ Impactes esperados:	<ul style="list-style-type: none">- Resolução de problemas de salubridade;- Elevação dos padrões de qualidade e de satisfação dos moradores. <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none">- Conceber um <i>Manual de Manutenção</i> dos Alojamentos- Disponibilizar a todos os agregados domésticos o <i>Manual de Manutenção</i> dos Alojamentos- Reabilitar 100% dos alojamentos – 446 fogos.
Ligações:	Esta acção deverá ser profundamente articulada com: <ul style="list-style-type: none">- Acção A.2.a;- Serviços de Habitação / CMP- Serviços de Urbanismo / CMP.

Cronograma:	Projecto de execução – 4 meses; Execução das obras – 18 meses.
Entidade Responsável:	Unidade de Gestão e Câmara Municipal do Porto / Instituto Nacional de Habitação
Parceiros:	Junta de Freguesia de Campanhã
Recursos:	- A Câmara Municipal do Porto, a Junta de Freguesia de Campanhã e o Instituto Nacional de Habitação possuem recursos técnicos próprios.
Custo:	- 4 500 000 a 6.000.000 Euros, depende do grau de degradação físico dos alojamentos e das necessidades de reestruturação tipológica.
Fontes de Financiamento:	- PROHABITA (DL nº 135 de 2004, de 3 de Junho); - Portaria 982/2006, 2ª série, de 16 de Março.
Observações:	

LAG - B.1.a)**Bairro do Lagarteiro**Eixo Estratégico: **B. Promover uma cidadania activa**Projecto: **B.1. Estar Bem em Rede**Acção/Iniciativa: **B.1.a) Saúde é Vida**

Resumo: Nesta Acção, a saúde é considerada um direito humano fundamental de todos os cidadãos tendo em vista a construção de uma sociedade saudável. Partimos da ideia de que a saúde implica uma actuação nas suas determinantes sociais e não apenas numa lógica curativa. A estruturação desta Acção assenta na ideia de que a promoção da saúde é definida como um processo de capacitação da comunidade para actuar na melhoria de sua saúde e qualidade de vida. A metodologia promove a participação activa e a mobilização da comunidade e seus recursos. Desta forma, os projectos nascem e são realizados pelas pessoas que vivenciam os problemas e beneficiam de suas acções, actuando nos determinantes sociais da saúde.

Actividades: Sinalização e diagnóstico integrado de situações graves de saúde; Programa Prevenção de HIV; Programa de Capacitação e Autonomia dos Jovens face às Dependências; Programa Saúde da Família; Programa médico-social de apoio domiciliário a idosos; Programa Mãe-Adolescente; Escolas Promotoras de Saúde.

Objectivos:

- Melhorar os níveis de qualidade de vida e de auto-realização da população através da promoção de práticas desportivas, de educação ambiental, de segurança e de saúde.
- Promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidades sociais relacionados com os seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais.

Tarefas:

- Sinalização e diagnóstico integrado de situações graves de saúde associadas à dependência química e exclusão social, sem o adequado enquadramento sócio-sanitário. Esta acção realizar-se-á através das equipas de rua do Projecto ARRIMO, em actividade no território e em articulação com os serviços do CAT Oriental, a Autoridade Concelhia de Saúde, o Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP) e o Centro de Saúde (Sub Região de Saúde).
- Programa Prevenção de HIV: Capacita associações e grupos locais para a redução da vulnerabilidade social à epidemia e para acções de aprendizagem face à vivência da doença.
- Programa de Capacitação e Autonomia dos Jovens face às Dependências: Possibilita o contacto dos jovens com experiências de vida marcadas pelas dependências e suas consequências em termos de desempenho social.
- Programa Saúde da Família: Permite uma possibilidade quotidiana de contacto com um modelo de vida saudável que passa pelo acesso aos serviços de saúde, medidas para uma alimentação saudável; aprendizagem de cuidados com o corpo e higiene; aprendizagem de cuidados a ter com as crianças e os idosos; iniciativas de gestão doméstica e comunitárias saudáveis, etc.
- Programa médico-social de apoio domiciliário a idosos: Este programa visa o alargamento dos cuidados de saúde e paliativos a idosos em situação de dependência, assim como a formação dos cuidadores para a prestação de cuidados a idosos dependentes.
- Programa Mãe-Adolescente: programa de apoio e orientação da maternidade na adolescência. Visa a formação de competências para a maternidade responsável (e.g., prestação de cuidados ao recém-nascido; soluções de guarda e cuidados da criança; orientação escolar e profissional da mãe; contracepção e planeamento familiar, etc.).

	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas Promotoras de Saúde: Facilita a realização de sessões mensais de prevenção da saúde nas escolas do Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão. • Construção de um Abrigo de Emergência.
Destinatários:	<p>Toda a população do Bairro e envolvente.</p> <p>Indivíduos residentes e/ou frequentadores do território em situação de precariedade social e com comportamentos de risco (consumo de substâncias; prostituição; alcoolismo, ...) ou em contacto com grupos de risco (exemplo: familiares).</p> <p>Mães adolescentes.</p> <p>Idosos e prestadores de cuidados a idosos.</p>
Metodologia/Processo de Implementação:	<p>Em primeiro lugar, devemos realçar que as Acções integradas no Projecto <i>Estar Bem em Rede</i> devem articular-se e criar sinergias mútuas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um processo de promoção da saúde, tal como prevemos no âmbito desta Acção, é determinante para a formação e desenvolvimento da consciência crítica das populações a respeito de seus problemas de saúde e estimula a busca de soluções e a organização para a acção colectiva em prol de um percurso de vida marcado pelo bem estar. • Essa prática rejeita a concepção estática de educação, entendida apenas como transferência de conhecimentos, habilidades e destrezas. Assim, sendo esta Acção configurada pela participação, o processo de aprendizagem é assumido por toda a comunidade numa lógica de incremento de qualidade de vida. Participação, aqui, significa que as pessoas deverão tomar (assumir) o que por direito lhes pertence e não somente tomar parte numa acção ou conjunto de acções decididas por outros. • A prática de saúde como prática educativa, dentro de uma metodologia de participação, deixa de ser um processo de persuasão ou de transferência de informação e passa a ser um processo de capacitação de indivíduos e de grupos para a transformação da realidade. • A implementação dos programas também está associada à adesão voluntária da população e grupos visados e à capacidade mobilizadora de temas/problemas sociais focados. • Trabalho de rua, com vista ao contacto e mobilização da população alvo. • Articulação com a Autoridade de Saúde local, no sentido de desencadear as respostas de rastreio e avaliação, junto dos restantes parceiros (Centro de Saúde, CDP, Laboratórios de Análises Clínicas, ...) e com as equipas de mediação do projecto ARRIMO, no sentido de garantir a adequada orientação e o devido enquadramento sócio-sanitário.
Vantagens para a população do Bairro:	<ul style="list-style-type: none"> • Incremento da educação para a saúde numa lógica de sustentabilidade de quadros de vida com qualidade; • Definição da real situação epidemiológica na comunidade do bairro (actualmente desconhecida) de doenças graves e de alto risco para a saúde pública (tuberculose, SIDA, hepatites, etc); Possibilidade de um enquadramento adequado e precoce das situações de doença ou em risco de infecção e aumento da adesão aos serviços de saúde especializados; • Redução da incidência de novas infecções (prevenção e educação para a saúde); • Construção de ambientes favoráveis à saúde; • Estímulo a hábitos alimentares saudáveis; • Incentivo à prática regular de actividade física; • Melhoria do desempenho escolar; • Desenvolvimento de habilidades para a vida e projectos de vida livres de dependências

	<p>químicas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inserção social das famílias monoparentais maternas; • Melhoria da qualidade de vida dos idosos dependentes; • Formação das famílias para a prestação de cuidados a crianças e idosos.
Resultados/ Impactes esperados:	<ul style="list-style-type: none"> • Incremento de modos de vida saudáveis • Aumento da frequência de programas de prevenção de riscos de saúde • Potenciamento das estratégias de recuperação e de tratamento de problemas de saúde • Aumento das possibilidades de um desempenho escolar, social e profissional mais eficaz • Integração das mães adolescentes e aumento dos seus suportes de vida • Extensão da rede de prestação de serviços e cuidados à população idosa do Bairro <p>Indicadores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sinalização e diagnóstico integrado de 20 situações graves de saúde associadas à dependência química e exclusão social, sem o adequado enquadramento sócio-sanitário • 2 associações e grupos locais envolvidos na redução da vulnerabilidade social de HIV • 10 jovens envolvidos no Programa de Capacitação e Autonomia dos Jovens face às Dependência • 15 famílias em contacto com um modelo de vida saudável que passa pelo acesso aos serviços de saúde, medidas para uma alimentação saudável; aprendizagem de cuidados com o corpo e higiene; aprendizagem de cuidados a ter com as crianças e os idosos; iniciativas de gestão doméstica e comunitárias saudáveis, etc. • 10 utentes do Programa médico-social de apoio domiciliário a idosos • 50 jovens envolvidas no programa de apoio e orientação da maternidade na adolescência • 2 sessões mensais no âmbito do programa Escolas Promotoras de Saúde, envolvendo toda a população escolar das Escolas do Agrupamento Escolar de Ramalho Ortigão. • Construção de um Abrigo de Emergência
Ligações:	Acção A.1.b; Acção A.1.c; Acção B.1.f; Acção B.2.a.
Cronograma:	2º Trimestre de 2007 e a desenvolver até ao fim da Iniciativa
Entidade Responsável:	Núcleo Executivo da Plataforma de Gestão da Iniciativa
Parceiros:	<p>FILOS – Projecto ARRIMO</p> <p>ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas</p> <p>Centro de Saúde de Campanha</p> <p>Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão</p> <p>Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto</p> <p>Norte Vida</p> <p>Obra Diocesana de Promoção Social</p> <p>Liga Portuguesa de Profilaxia Social</p> <p>CAT Oriental</p> <p>IDT</p> <p>Hospital de S. João</p> <p>Hospital Joaquim Urbano</p> <p>CAT Oriental – Núcleo de Ligação à Comunidade;</p> <p>Autoridade Concelhia de Saúde – Equipa de Saúde Comunitária;</p> <p>Centro de Diagnóstico de Pneumologia do Porto;</p> <p>Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social do Porto;</p>

	Junta de Freguesia de Campanhã; Laboratório de Análises Clínicas PORTUSLAB
Recursos:	A disponibilizar nas Instituições parceiras: 2 Enfermeiros; 2 Psicólogos; 2 Assistentes Sociais; 2 Professores; colaboração e técnicos do Centro de Saúde de Campanhã e dos Hospitais de S. João e Joaquim Urbano 1 Unidade Móvel
Custo:	280 000 euros
Fontes de Financiamento:	QREN PO Potencial Humano QREN PO Regional Instituto da Droga e da Toxicodependência Centro Regional de Segurança Social do Porto Sub Região de Saúde do Porto
Observações:	Realçamos a importância da criação do Abrigo de Emergência, dada a lacuna existente na rede formal neste tipo de respostas e tratando-se de uma componente essencial para o sucesso de toda a acção, a qual visa em última estância a criação de condições para uma adequada orientação clínica e uma adesão ao enquadramento da população alvo. Esta população, na sua maioria sem retaguarda social e familiar, necessitará, numa fase inicial do enquadramento, de um suporte de alojamento de emergência que lhe permita levar a cabo as diligências e terapêuticas estipuladas durante o desenvolvimento desta acção (ver conclusões do Relatório de Actividades 2000-2004 do Projecto ARRIMO).

LAG - B.1.b)**Bairro do Lagarteiro**

Eixo Estratégico:	B. Promover uma cidadania activa
Projecto:	B.1. Estar Bem em Rede
Acção/Iniciativa:	B.1.b) <i>Desporto é Futuro</i>
Resumo:	Esta Acção visa a implementação de um programa de actividades desportivas dirigido a todos os segmentos etários da população do Bairro e da cidade sob a orientação de um conjunto de animadores especializados. Esta acção pretende ancorar-se ao Parque Oriental da cidade.
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Centralizar uma oferta de actividades com forte carga identitária, orientadas para uma releitura do espaço e modos de vida, tendo em vista uma representação mais positiva da vivência no Bairro e na cidade;• Reforçar a abertura externa do Bairro e promover uma imagem de mudança, alicerçada em novos referenciais de criatividade, cidadania e de inovação social;• Melhorar os níveis de qualidade de vida e de auto-realização da população através da promoção de práticas desportivas, de educação ambiental, de segurança e de saúde.• Estabelecer redes de cooperação e de parceria entre dinâmicas instaladas no Bairro e reforço das ligações com outros espaços da cidade;• Potenciar a escola e as dinâmicas associativas como actores estratégicos de mudança, capacitando um quadro de vida sustentado em referenciais de igualdade de oportunidades e de democracia participativa.
Tarefas:	<p>Em primeiro lugar, devemos realçar que as Acções integradas no Projecto <i>Estar Bem em Rede</i> devem articular-se e criar sinergias mútuas.</p> <p>Esta acção visa dinamizar o desenvolvimento dos indivíduos, designadamente os mais jovens, através da prática de diversas modalidades desportivas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Atletismo infantil• Torneios de futebol• Encontro desportivo das escolas de Campanhã• Desportos de Aventura e Radicais• Capoeira• Aeróbica ao ar livre• Natação• Artes marciais
Destinatários:	Toda a população do Bairro População da Freguesia de Campanhã População da cidade População da Área Metropolitana do Porto
Metodologia/Processo de Implementação:	<ul style="list-style-type: none">• Activação de uma plataforma de agentes (internos e externos) relacionados com o desporto.• Criar serviço de apoio à prática desportiva regular.• Promoção do associativismo.• Envolver as escolas do bairro em acções de sensibilização para o desporto e na dinamização

	<p>da actividade desportiva.</p> <ul style="list-style-type: none"> • As Acções integradas no Projecto <i>Estar Bem em Rede</i> devem articular-se e criar fortes sinergias.
Vantagens para a população do Bairro:	<ul style="list-style-type: none"> • Usufruir de práticas lúdicas em torno do lazer e do desporto. • Promover a disciplina e a convivialidade intra e extra bairro. • Assunção de uma vida saudável alicerçada no desporto. • Integração social dos jovens através da prática desportiva. • Melhoria da qualidade de vida da população idosa.
Resultados/ Impactes esperados:	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das ofertas lúdicas no Bairro; • Incremento dos reforços identitários; • Aumento a convivialidade intra e intergeracional; • Aumento da abertura externa do bairro e promover uma imagem externa de qualidade; • Diminuição de comportamentos desviantes. <p>Indicadores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de 2 treinos semanais de atletismo infantil • Realização de 2 Torneios de futebol por ano • Realização de 1 Encontro desportivo das escolas do Agrupamento de Campanhã • Realização mensal de 1 iniciativa de Desportos de Aventura e Radicais • Realização de 2 treinos semanais de capoeira • Realização de 2 treinos semanais de Aeróbica ao ar livre • Realização de 2 treinos semanais de Natação • Realização de 2 treinos semanais de Artes marciais • Envolvimento de 100 jovens/ano • Envolvimento de 40 adultos/ano • Envolvimento de 30 idosos/ano
Ligações:	Acção A.1.b; Acção A.1.d; Acção B.1.f
Cronograma:	1º Trimestre de 2008
Entidade Responsável:	Unidade de Gestão
Parceiros:	<p>Câmara Municipal do Porto</p> <p>CDUP</p> <p>Junta de Freguesia</p> <p>Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física</p> <p>Futebol Clube do Cerco do Porto</p> <p>Escola EB1 do Lagarteiro</p> <p>Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão</p> <p>Federações Desportivas</p> <p>Associações Desportivas</p>
Recursos:	Da Câmara Municipal do Porto, Estruturas Associativas, Clubes Desportivos, etc
Custo:	200 000 euros
Fontes de Financiamento:	QREN PO Potencial Humano

QREN PO Regional
Programas de Desporto da Câmara Municipal do Porto

Observações: Esta acção implica a construção de um pequeno espaço de recolha de materiais dentro do Parque Oriental.

LAG - B.1.c)**Bairro do Lagarteiro**Eixo Estratégico: **B. Promover uma cidadania activa e empreendedora**Projecto: **B.1. Estar Bem em Rede**Acção/Iniciativa: **B.1.c) Eco-Bairro**

Resumo: Esta Acção, ao orientar-se para um dos pontos fortes do Lagarteiro (a sua inserção numa envolvente ambiental com qualidade), pretende contribuir para a melhoria das condições ambientais do bairro e consequentemente para a qualidade de vida dos seus habitantes. Fazer do ambiente um dos activos fundamentais do bairro e da sua valorização no contexto urbano do Porto constitui então o principal propósito desta acção, ao qual se associa também o reforço da articulação entre as dimensões sociais e educativas presentes no projecto dos Bairros Críticos. Neste sentido, propõe-se a realização de um conjunto de iniciativas de diferente natureza, relacionadas quer com a necessidade de formação de novos valores e atitudes face ao ambiente e à vida, quer com a criação de meios alternativos de obtenção de recursos (materiais e de capacitação). Esta acção deverá permitir ao Lagarteiro entrar em rede com outros espaços urbanos do Porto que valorizam a respectiva sustentabilidade ambiental através do desenvolvimento de iniciativas semelhantes (ex: hortas comunitárias). Por outro lado, pretende-se que marque o início de um processo mais vasto, a médio/longo prazo, que permita elaborar a agenda 21 do bairro, que influencie o desenho urbano e as soluções habitacionais a adoptar.

Objectivos:

- Favorecer a melhoria das competências sociais e cívicas da população do Bairro, dentro de uma lógica intergeracional;
- Melhorar os níveis de qualidade de vida e de auto-realização da população através da promoção de práticas desportivas, de educação ambiental, de segurança e de saúde.
- Promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidades sociais relacionados com os seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais.

Tarefas: Em primeiro lugar, devemos realçar que as Acções integradas no Projecto *Estar Bem em Rede* devem articular-se e criar sinergias mútuas.

- *Horta Biológica*: será disponibilizado um talhão com cerca de 400 m2 aos habitantes interessados em praticar agricultura biológica e às escolas, para poderem realizar actividades educacionais. Os habitantes receberão formação em agricultura biológica e compostagem. Os produtos poderão ser para consumo próprio ou poderão ser para venda. As escolas poderão desenvolver actividades educacionais relacionadas com a agricultura e alimentação saudável. Será também disponibilizado material e uma pequena arrecadação para armazenar as ferramentas. Prevê-se ainda o envolvimento da comunidade na gestão da horta, de forma a garantir a sua sustentabilidade;
- *Oficinas Ambientais*: realização de actividades de animação, orientadas para levar os mais novos a trabalhar temáticas ambientais, através da realização de concursos, experiências, jogos, acções de sensibilização, passeios de interpretação ambiental, etc. Estas actividades devem, preferencialmente ser asseguradas através de voluntários.
- *Monitores Ambientais*: Será realizado um curso de capacitação profissional para monitores ambientais, destinado a habitantes do bairro. Atendendo à implementação prevista para o Parque Oriental, propõe-se a formação de 8 a 10 monitores, que ficarão aptos para os trabalhos de monitorização ambiental e atendimento aos visitantes (fornecimento de informações, sugestões, ajuda, etc), neste ou noutros parques urbanos da AMP. O curso versará os seguintes temas: educação ambiental, turismo e

	natureza, meio ambiente, primeiros socorros, legislação ambiental e relações humanas.
Destinatários:	Toda a população do Bairro
Metodologia/Processo de Implementação:	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de critérios de selecção dos participantes na horta biológica comunitária; • Disponibilizar o local adequado para a instalação da horta bem como os recursos materiais necessários; • Realizar actividades de capacitação/formação para a produção de alimentos; • Recrutar voluntários que assegurem a actividade das oficinas ambientais; • Conceber e realizar a formação dos monitores ambientais;
Vantagens para a população do Bairro:	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da qualidade de vida no bairro; • Disponibilização de alimentos saudáveis; • Consolidação da sustentabilidade ambiental do bairro; • Criação de novas oportunidades de ocupação e emprego; • Potenciar o interface do Bairro com a cidade;
Resultados/ Impactes esperados:	<p><i>Resultados/Impactes Esperados Gerais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço da identidade do Bairro e transformação da sua imagem externa; ▪ Mobilização da população para actividades de natureza comunitária; ▪ Desenvolvimento de novas actividades no bairro. <p>Resultados/Impactes Esperados por iniciativa:</p> <p><i>Horta Biológica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento dos níveis de capacitação pessoal; ▪ Acesso a alimentos saudáveis e mais diversificados; ▪ Obtenção de rendimentos adicionais; ▪ Empowerment da comunidade; <p><i>Oficinas Ambientais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Envolvimento e mobilização dos jovens em actividades educativas e ocupacionais; ▪ Aumento da sensibilização para o ambiente; ▪ Reforço do relacionamento com pessoas/entidades externas ao bairro; <p><i>Monitores Ambientais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Geração de novas oportunidades de emprego e ocupação; ▪ Formação e Certificação de alguns habitantes; ▪ Reforço da abertura do bairro ao exterior e a novas actividades. <p>Indicadores por iniciativa</p> <p><i>Horta Biológica Comunitária</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • 20 pessoas envolvidas na horta comunitária • 80% dos produtos para auto-consumo (incluem-se as Escolas) e 20% venda <p><i>Oficinas Ambientais</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de 4 actividades mensais

	<ul style="list-style-type: none"> • Participação mensal de 30 jovens, 1 adulto e 15 idosos • Envolvimento de 8 voluntários <p><i>Monitores Ambientais</i></p> <p>4 monitores em part-time e 1 em full-time</p>
Ligações:	Acção A.1.b; Acção A.1.c; Acção A.1.d; Acção B.1.f
Cronograma:	<p>Concretização da <i>Horta Biológica Comunitária</i>. Janeiro de 2007</p> <p>Concretização das <i>Oficinas Ambientais</i>. Fevereiro de 2007</p> <p>Concretização dos <i>Monitores Ambientais</i>. Outubro de 2007</p> <p>Nota: Todas as tarefas decorrerão até ao final da Iniciativa.</p>
Entidade Responsável:	Unidade de Gestão
Parceiros:	<p>Associação Nun'Álvares</p> <p>Benéfica e Previdente, Associação Mutualista</p> <p>CAOS</p> <p>Escola EB1 do Lagarteiro</p> <p>Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto</p> <p>Junta de Freguesia de Campanhã</p> <p>LIPOR</p> <p>MTSS - IEFP – Delegação Regional do Norte - Centro de Emprego do Porto</p> <p>Norte Vida</p> <p>Obra Diocesana de Promoção Social – Centro Soc. Lagarteiro</p> <p>REAPN</p> <p>Universidade do Porto – Faculdade de Ciências</p> <p>Outros bairros do Porto, com experiências ao nível das hortas comunitárias</p>
Recursos:	<p><u>Humanos</u></p> <p>Coordenador da Acção: 1 sociólogo</p> <p>Equipe técnica de base multidisciplinar (1 animador social)</p> <p><u>Logísticos</u></p> <p>Disponibilização do terreno e Construção da Arrecadação e equipamentos</p> <p><u>Materiais</u></p> <p>Recursos Humanos</p> <p>Formadores</p> <p>Voluntários</p> <p>Aquisição de serviços e manutenção</p> <p>Deslocações</p> <p>Outras despesas correntes</p> <p>Despesas gerais</p> <p>Equipamento</p> <p>Execução de obras de arranjo e de remodelação</p> <p>Despesas de Funcionamento</p>
Custo:	128 000 euros
Fontes de	QREN PO Potencial Humano

Financiamento: QREN PO Regional

Lag - B.1.d)**Bairro do Lagarteiro**

Eixo Estratégico:	B. Promover uma cidadania activa e empreendedora
Projecto:	B.1. Estar Bem em Rede
Acção/Iniciativa:	B.1.d) Segurança Activa
Resumo:	<p>Mediação familiar e comunitária: O desafio da gestão partilhada de conflitos</p> <p>A segurança constitui um valor fundamental e a sua associação a uma grande diversidade de factores exige a adopção de uma abordagem holística, com grande ênfase nas intervenções sociais, económicas e familiares, numa perspectiva de médio/longo prazo.</p> <p>Neste sentido, a acção agora proposta assenta na mobilização da comunidade do Lagarteiro para as questões de segurança do bairro, procurando que participe na identificação dos problemas mas também na procura de soluções para os mesmos. Subjacente a esta acção está também a preocupação com a realização de iniciativas de natureza preventiva, que contribuam para evitar problemas futuros.</p> <p>No âmbito desta acção pretende-se ainda intervir ao nível da gestão/mediação da conflitualidade entre vizinhos e ao nível intra-familiar. No primeiro caso, visa-se o desenvolvimento de competências relacionais e de partilha do espaço residencial comum. No segundo, pretende-se a formação de competências para uma gestão adequada dos conflitos intra-familiares, designadamente entre cônjuges, entre pais e filhos adolescentes e ainda entre os filhos adultos e pais idosos. O projecto de <i>Policiamento de Proximidade</i> em curso a nível Nacional, deve inserir-se prioritariamente neste Bairro.</p> <p>Neste âmbito pode-se dinamizar designadamente algumas das seguintes actividades: <i>Núcleo de Segurança Comunitária; Prevenir para Melhorar; Espaço de Mediação Familiar e Comunitária; Mediação com Jovens em Risco.</i></p>
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Reforçar a abertura externa do Bairro e promover uma imagem de mudança, alicerçada em novos referenciais de criatividade, cidadania e de inovação social;• Melhorar os níveis de qualidade de vida e de auto-realização da população através da promoção de práticas desportivas, de educação ambiental, de segurança e de saúde.• Estabelecer redes de cooperação e de parceria entre dinâmicas instaladas no Bairro e reforço das ligações com outros espaços da cidade;• Promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidades sociais relacionados com os seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais.
Tarefas:	<p>Em primeiro lugar, devemos realçar que as Acções integradas no Projecto <i>Estar Bem em Rede</i> devem articular-se e criar sinergias mútuas.</p> <ul style="list-style-type: none">▪ <i>Núcleo de Segurança Comunitária</i>: criar um grupo que actue em parceria com a base comunitária, para conhecer e solucionar os problemas de segurança existentes, e que deverá envolver as associações do bairro, as instituições de segurança e protecção civil e os eleitos locais.▪ <i>Prevenir para Melhorar</i>: iniciativa destinada a reduzir os níveis de insegurança junto de públicos vulneráveis (crianças, jovens, mulheres, idosos e outros) e a romper o ciclo de comportamentos anti-sociais.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Espaço de Mediação Familiar e Comunitária</i>: criação de serviço orientado para fornecer apoio e mediação para a resolução de disputas domésticas e comunitárias, assistindo as partes envolvidas na procura de soluções mutuamente aceitáveis. ▪ <i>Mediação com Jovens em risco</i>: criação de serviço destinado a fornecer apoio, orientação e formação dos jovens ao nível da aprendizagem de estratégias de resolução e negociação dos conflitos.
Destinatários:	<p>Toda a população do Bairro</p> <p>Casais com problemas de violência doméstica</p> <p>Jovens com história de conflitualidade familiar e comportamentos delinquentes</p> <p>Filhos adultos que prestam cuidados aos pais idosos</p>
Metodologia/Processo de Implementação:	<ul style="list-style-type: none"> • Activação de uma plataforma de agentes (internos e externos) relacionados com a segurança do bairro; • Criar um serviço de apoio a públicos vulneráveis; • Promoção do associativismo; • Envolver as escolas do bairro em acções de sensibilização para a segurança; • Reforçar a iluminação pública no bairro e desenvolver iniciativas de iluminação criativa direccionada a diminuir a sensação de vulnerabilidade.
Vantagens para a população do Bairro:	<ul style="list-style-type: none"> • Usufruir de maiores níveis de segurança; • Maior envolvimento das forças de segurança que actuam no bairro com a comunidade; • Beneficiar de oportunidades para um crescimento e desenvolvimento pessoal saudável; • Famílias com maior apoio; • Reforço das redes de vizinhança e de solidariedade; • Coesão das relações familiares.
Resultados/ Impactes esperados:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução da sensação de insegurança no bairro; ▪ Diminuição do nº de crimes no bairro; ▪ Diminuição do nº de crimes de violência doméstica; ▪ Diminuição dos níveis de ruptura e dissolução conjugal; ▪ Diminuição da conflitualidade entre a vizinhança; ▪ Mitigação de factores de risco potencial, quebrando a passividade da população face a estas situações; ▪ Aumento da informação da população sobre como lidar com situações de ameaça; ▪ Aquisição de competências por parte da população com vista a uma gestão adequada dos conflitos a nível familiar e comunitário. <p>Indicadores</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Criação de 1 Núcleo de Segurança Comunitária ○ Realização de 1 iniciativa mensal do Prevenir para Melhorar ○ Criação de 1 Espaço de Mediação Familiar e Comunitária ○ 25 utentes semanais do Espaço de Mediação Familiar e Comunitária ○ Organização de 1 sessão semanal no âmbito da Mediação com Jovens em risco ○ A violência doméstica diminui 50%
Ligações:	Acção A.1.e; Acção B.1.f

Cronograma:	4º Trimestre de 2006 até ao final da Iniciativa
Entidade Responsável:	Unidade de Gestão
Parceiros:	PSP Protecção Civil Associações Locais Junta de Freguesia Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM) MTSS – Centro Distrital de Segurança Social (Equipa de multidisciplinar de ajuda aos tribunais) Câmara Municipal do Porto Observatório de Segurança
Recursos:	
Custo:	160 000 euros
Fontes de Financiamento:	QREN PO Potencial Humano QREN PO Regional Programa Escolhas
Observações:	

LAG - B.1.e)**Bairro do Lagarteiro**Eixo Estratégico: **B. Promover uma cidadania activa e empreendedora**Projecto: **B.1. Estar Bem em Rede**Acção/Iniciativa: **B.1.e) Escola em Rede**

Resumo: Considerando a importância da escola enquanto espaço de referência identitária e pólo de referência positivo dentro das representações sociais da população do Bairro. A Escola EB1 não é a única referência da Acção, mas o seu cerne, permitindo uma articulação participada entre todas as escolas do Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão e a sua respectiva articulação com outras escolas da cidade e a própria DREN.

A escola tem vindo a assumir uma crescente importância enquanto espaço nuclear de socialização, dado que é no contexto educativo que as crianças passam a maior parte do dia, surgindo em espaços degradados como uma âncora de estabilidade que é necessário potenciar para a aprendizagem da democracia. A desvalorização do lado afectivo, a introdução de maior formalidade no relacionamento e a constante troca de professores consoante as disciplinas, faz com que se registre um esmorecimento nesta relação entre alunos e escola e uma limitação para o exercício de uma cidadania plena. A cidadania implica o reconhecimento de direitos e de deveres e está dependente da distribuição dos recursos materiais e cognitivos da sociedade.

Por isso, no âmbito desta Acção iremos privilegiar componentes determinantes de capacitação e enriquecimento da cidadania activa, tais como, a educação ambiental, a educação artística, a valorização de si e a auto-estima, a cultura da participação e do diálogo, entre outras.

A nível de investimentos, designadamente de *hardware e software*, as Escolas do Agrupamento devem ser privilegiadas. Trata-se de uma população excluída, logo deve encontrar na Escola todas as possibilidades de desenvolvimento que o contexto familiar não lhe permite.

Nesta Acção integram-se designadamente as seguintes actividades (ver as tarefas): *Nós e o Ambiente; Projecto MUSE; Eu Sou Capaz; Férias Grandes. Escola Acessível.*

- Objectivos:
- Favorecer a melhoria das competências sociais e cívicas da população do Bairro, dentro de uma lógica intergeracional;
 - Melhorar os níveis de qualidade de vida e de auto-realização da população através da promoção de práticas desportivas, de educação ambiental, de segurança e de saúde.
 - Fortalecer o quadro de competências e de habilidades sociais das populações do Bairro (com enfoque para os mais jovens) numa lógica de realização pessoal e de afirmação face aos outros
 - Promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidades sociais relacionados com os seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais;
 - Potenciar a escola e as dinâmicas associativas como actores estratégicos de mudança, capacitando um quadro de vida sustentado em referenciais de igualdade de oportunidades e de democracia participativa.

Tarefas: Em primeiro lugar, devemos realçar que as Acções integradas no Projecto *Estar Bem em Rede* devem articular-se e criar sinergias mútuas.

- *Nós e o Ambiente*

Esta iniciativa pretende promover o desenvolvimento da educação para a cidadania ambiental

com vista à exploração de temas chave nos alunos, tais como, a poluição, a exploração de recursos, aspectos de conservação da fauna e flora locais, preservação de espaços públicos do Bairro, restauro e conservação de flora do Bairro, etc. entre os alunos, pais e professores da Escola EB1 do Lagarteiro (num primeiro momento); a materialização desta tarefa será concretizada em dois grandes momentos ao longo do ano lectivo, sendo possível estendê-la para outros estabelecimentos escolares após o primeiro ano de implementação. As actividades em favor do ambiente devem em primeiro lugar articular-se com o Projecto de reabilitação urbanística e ambiental do Bairro e as intervenções no edificado, de forma a sensibilizar a população para a participação (discussão do projecto e apoio à reabilitação) e manutenção da qualidade do espaço público. Numa segunda fase, devem articular-se com o Projecto do Parque Oriental.

- *Projecto MUS'E*

Educar para a arte no 1º ciclo e pré-primária: trata-se de uma tarefa que pretende contrariar dinâmicas de sucesso, de abandono e de ruptura com a escola utilizando as artes como uma espécie de contra resposta a essas práticas. Assim, através da implementação de novas modalidades de comunicação, pretende-se que as crianças e jovens encontrem espaços de expressão e de realização na escola. Concretamente, serão trabalhadas sessões de dança, de expressão plástica, de artes dramáticas e musicais entre alunos pais e encarregados de educação e professores. Da responsabilidade da Fundação Internacional Yehudi Menuhin e coordenado a nível nacional pela Associação Menuhin Portugal, o Projecto MUS-E contribui para a prevenção de questões de violência, racismo, exclusão social, escolar e cultural, absentismo e insucesso escolar.

- *Eu Sou Capaz*

Esta tarefa destina-se à promoção de um projecto de vida que oriente os alunos para a confiança e uso das suas potencialidades e concretiza-se por acções de apoio e acompanhamento escolar nos vários níveis de ensino e pela realização de rastreios ao nível da saúde em geral. Em função das idades, deve ser implementado um programa que apoia o seu desenvolvimento físico, psicológico e social.

- *Férias Grandes*

Deve-se abrir a possibilidade das camadas jovens do Bairro fazerem férias fora do Bairro. Para as camadas mais jovens (até aos 10 anos) devem ser organizadas as férias (Julho e Agosto) com um programa activo, diversificado e que permita um desenvolvimento físico e cultural das crianças: idas à praia, actividades nos parques da cidade, desportos radicais e náuticos (praias, piscinas, recintos desportivos) e participação nas actividades de Verão de Serralves, do Teatro Rivoli, do Balletteatro, entre outras. Entre os 10 e os 16 anos, os jovens devem ter acesso à oferta pública e privada de Campos de Férias: a Câmara Municipal do Porto juntamente com outras instituições do concelho, podem conceber um Programa de Actividades de Tempos Livres para os Jovens, e nesse contexto a população jovem do Bairro do Lagarteiro integra-se na Cidade (esta Iniciativa apoia financeiramente a inscrição dos jovens do Lagarteiro e dá apoio à sua mobilidade); simultaneamente os Jovens do Bairro deviam inscrever-se (financiamento desta Iniciativa) na oferta de Campos de Férias existente (privada e pública), de forma a ser promovida uma melhor integração na comunidade. Concluindo, deve-se privilegiar a integração da população jovem nos Programas da Cidade e Região envolvente, em detrimento da organização de programas específicos só para os Jovens do Lagarteiro.

- *Escola Acessível*

	<p>Dada a fraca mobilidade dos jovens, em parte também justificada por uma oferta de transportes colectivos deficitária, o Agrupamento de Escolas de Ramalho Ortigão deve contratar um serviço (público ou privado) de transportes para: os alunos do 5º, 6º e 7º Ano, de forma a contrariar o abandono escolar; transportes de apoio às actividades de ocupação de tempos livres do 1º, 2º e 3º Ciclo (idas à piscina; idas aos Museus;...); transportes para apoio às actividades de Verão.</p>
Destinatários:	<p>Toda a população escolar do Bairro.</p> <p>População escolar do Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão.</p> <p>População escolar de outros Agrupamentos da freguesia e do concelho.</p> <p>Pais e encarregados de educação dos alunos residentes no Bairro e em escolas associadas à Acção.</p> <p>Professores ligados às escolas envolvidas.</p>
Metodologia/Processo de Implementação:	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de alargamento da concepção do ensino no sentido de o tornar mais permanente e dinamizador de projectos de vida, incluindo a percepção de que o ensino deve ser feito ao longo da vida, numa óptica de renovação das competências e dos saberes; • Procura de eficácia da escola no que diz respeito às suas relações com o meio envolvente, através do fomento de relações com o meio exterior e de abertura do mundo da escola e das suas práticas às necessidades específicas do meio em que se insere; • Elaboração de uma nova configuração de direitos escolares atentos às necessidades dos utilizadores da escola, de forma a torná-los consumidores exigentes de um mercado, procurando melhorar a qualidade do ensino e da própria oferta formativa, dotando a escola de princípios de regulação de excelência anteriormente inexistentes; • Considerar a escola como um espaço de socialização fundamental e consequentemente lugar próprio para o exercício da cidadania, o desenho de projectos de vida assentes no bem-estar e na qualidade de vida; • Promover programas específicos de mobilidade de transportes para as crianças e jovens abrangidos; • Criar espaços de inter relação e de cooperação dialogante entre crianças, jovens, pais e encarregados de educação e professores;
Vantagens para a população do Bairro:	<ul style="list-style-type: none"> • Quebrar os efeitos de segregação e de auto e hetero estigmatização experienciados pelas crianças, jovens, pais, encarregados de educação residentes no Bairro. • Existência de iniciativas de recurso e de convívio, potenciadoras de dinâmicas de cidadania activa funcionando como dissuasoras de processos de insucesso e de abandono escolar. • Oferta de um conjunto de possibilidades de dialogo entre os diferentes actores envolvidos no mundo escolar num contexto de abertura e de relações sociais estabelecidas num quadro de informalidade; • Possibilidade de entrucramento entre o mundo do Bairro e o mundo da escola num clima de aproximação e de diálogo. • Potenciar o interface do Bairro com a cidade e vice-versa. • Aproximação das gerações e dos seus referentes de vidas, jovens, pais e encarregados de educação residentes no Bairro. • Valorização de espaços públicos e de exemplares da natureza existentes no Bairro. • Melhoria dos cuidados e aumento pelo respeito face aos espaços ajardinados e hortas urbanas existentes no interior do Bairro.

	<ul style="list-style-type: none"> • Potenciação de uma atmosfera de maior receptividade e respeito face ao Parque Oriental. • Aumento do civismo e dos níveis de entendimento entre as populações do Bairro.
<p>Resultados/ Impactes esperados:</p>	<p>Resultados/Impactes Esperados Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço da identidade do Bairro e transformação deste espaço num palco para o exercício de uma nova forma de estar na vida e na cidade; ▪ Facilitação ao acesso a actividades diversificadas por parte da população do bairro e fora do bairro; ▪ Mobilização da população para actividades de natureza comunitária e envolvimento com a escola; ▪ Melhoria das interações entre escola e comunidade; ▪ Potenciação de estratégias de valorização dos espaços públicos ajardinados e pequenas hortas no Bairro; ▪ Inversão do clima de pessimismo e resignação face ao futuro; ▪ Desenvolvimento de novas actividades no bairro; ▪ Aumento da densidade das redes de relações existentes entre a EB1 localizada no Bairro, as escolas pertencentes ao seu Agrupamento (Ramalho Ortigão) e outras escolas da freguesia e da cidade; ▪ Melhoria dos índices de satisfação da população discente e suas famílias face à escola, bem como, das possibilidades de incrementar dinâmicas de sucesso escolar na concretização de iniciativas concretas em prol de uma escola inclusiva; ▪ Favorecimento das ligações afectivas e simbólicas face ao Parque Oriental; <p>Diminuição de comportamentos de agressividade, de conflitualidade e de violência gratuita desenvolvidos no espaço formal da escola e sua envolvente.</p> <p>Indicadores por iniciativa</p> <p><i>Nós e o Ambiente</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • 40 pessoas envolvidas nas campanhas • 20 jovens e crianças envolvidos • Funcionamento mensal das campanhas • 10 docentes envolvidos por campanha; • 10 parceiros • 2 apresentações mensais • Envolvimento de 40 pais <p><i>Projecto MUSE – Educar para a arte no 1º ciclo e pré-primária</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • 30 pessoas por sessão • 1 sessão por mês <p><i>Eu sou capaz</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • 30 alunos envolvidos mensalmente nas sessões • Funcionamento semanal das sessões • 5 de docentes envolvidos por sessão

	<ul style="list-style-type: none"> • 2 parceiros presentes nas sessões • 50 sessões realizadas na EB1 do Lagarteiro e em outras escolas. <p><i>Férias Grandes</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais de 50% da população jovem (dos 6 aos 16 anos) envolvida <p><i>Escola Acessível</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais de 50% da população escolar (dos 10 aos 16 anos) envolvida
Ligações:	Acção A.1.b; Acção B.1.f; Acção B.2.a; Acção B.2.c
Cronograma:	<p>Acções de divulgação e de implementação dos espaços: início em Outubro de 2006 e terminam no fim da iniciativa (2010):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concretização do <i>Nós e o Ambiente</i>: ano lectivo 2006/7 na Escola EB1 do Lagarteiro; no ano lectivo de 2007/8, estender-se-á às outras escolas do agrupamento Ramalho Ortigão; no ano de 2008/9, será ampliada a outras escolas da freguesia e cidade; esta tarefa deverá ser realizada ao longo dos 4 anos de implementação da Iniciativa "Bairros Críticos". • Concretização do <i>Projecto MUSE</i> – Educar para a arte no 1º ciclo e pré-primária: ano lectivo 2006/7 na Escola EB1 do Lagarteiro; no ano lectivo de 2007/8, estender-se-á às outras escolas do agrupamento Ramalho Ortigão; no ano de 2008/09, será ampliada a outras escolas da freguesia e cidade; esta tarefa deverá ser realizada ao longo dos 4 anos de implementação da Iniciativa "Bairros Críticos". • Concretização do <i>Eu sou capaz</i>: ano lectivo 2006/7 na Escola EB1 do Lagarteiro e as outras escolas do agrupamento Ramalho Ortigão; no ano de 2008/09, será ampliada a outras escolas da freguesia e cidade; esta tarefa deverá ser realizada ao longo dos 4 anos de implementação da Iniciativa "Bairros Críticos". • Concretização <i>Férias Grandes</i>: experiência piloto nas férias de Natal de 2006. As iniciativas devem focalizar-se sobretudo nas férias de Verão, mas devem ter algumas actividades nas férias de Natal e Páscoa. • Concretização <i>Escola Acessível</i>: a partir do ano lectivo de 2006/07.
Entidade Responsável:	Unidade de Gestão
Parceiros:	<p>Escolas do Agrupamento</p> <p>DREN</p> <p>Escolas de outros Agrupamentos da freguesia</p> <p>Escolas de outros Agrupamentos da cidade</p> <p>Câmara Municipal do Porto</p> <p>Associação Juvenil CAOS, Projecto "Lagarteiro e o Mundo"</p> <p>Associação Nun'Álvares</p> <p>Benéfica e Previdente, Associação Mutualista</p> <p>Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto</p> <p>ACIME</p> <p>Junta de Freguesia de Campanha</p> <p>Rede Social do Porto</p> <p>LIPOR</p> <p>MC/IPPAR</p> <p>Obra Diocesana de Promoção Social – Centro Soc. Lagarteiro</p>

	<p>REAPN</p> <p>Faculdade de Ciências e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto</p> <p>Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa</p> <p>Fundação Internacional Yehudi Menuhin - Associação Menuhin Portugal</p> <p>Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto</p> <p>Faculdade de Belas Artes do Porto</p> <p>Casa da Música</p> <p>Fundação de Serralves</p> <p>Escola Superior artística do Porto</p>
Recursos:	<p>Professores das escolas</p> <p>Auxiliares educativos das escolas</p> <p>Técnicos com formação em áreas diversificadas existentes nas escolas</p> <p>2 animadores sócio-culturais</p> <p>1 psicólogo</p> <p>1 educador social</p>
Custo:	200 000 euros
Fontes de Financiamento:	<p>Programas do Ministério da Educação</p> <p>Programas do Ministério do ambiente e Ordenamento do Território</p> <p>Programas específicos da Câmara Municipal do Porto</p> <p>LIPOR</p> <p>UNESCO: Projecto nacional contra abandono escolar motiva crianças com artes</p> <p>Iniciativas do Ministério da Cultura</p>
Observações:	<p>A questão base desta Acção prende-se com a necessidade de potenciar trabalho em rede entre as escolas numa metodologia de diálogo e de troca de experiências e de mobilização da comunidade em parceria com o tecido escolar. Esta acção terá de ser trabalhada entre o Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão e a DREN.</p>

LAG - B.1.f)**Bairro do Lagarteiro**Eixo Estratégico: **B. Promover uma cidadania activa e empreendedora**Projecto: **B.1. Estar Bem em Rede**Acção/Iniciativa: **B.1.f) A.N.I.M.A.R****(Atrair, Negociar, Incentivar, Mobilizar, Activar, Reinsereir)**

Resumo: Esta Acção visa a criação de um *espaço-âncora* que funcione como *interface* entre o Bairro e a cidade, contribuindo simultaneamente para o reforço das identidades e das sociabilidades urbanas alargadas e para uma maior integração do Bairro na cidade. Neste sentido, propõe-se a criação de um local de referência que se assuma como espaço marcante, simbolizando uma nova forma de estar, mais aberta ao exterior, fazendo emergir novas oportunidades para a mudança social e para o desenvolvimento local. Assim, trata-se de um espaço agregador de um conjunto de funções que serão desenvolvidas, servindo também para marcar a intervenção da Iniciativa Bairros Críticos, assumindo-se como emblemática da mesma.

Em termos organizacionais e funcionais, o A.N.I.M.A.R prefigura-se como um espaço aberto, indutor de inovação e de partilha de vivências, interesses, atitudes e valores.

Objectivos:

- Centralizar uma oferta de actividades com forte carga identitária, orientadas para uma releitura do espaço e modos de vida, tendo em vista uma representação mais positiva da vivência no Bairro e na cidade;
- Favorecer a melhoria das competências sociais e cívicas da população do Bairro, dentro de uma lógica intergeracional;
- Reforçar a abertura externa do Bairro e promover uma imagem de mudança, alicerçada em novos referenciais de criatividade, cidadania e de inovação social;
- Estabelecer redes de cooperação e de parceria entre dinâmicas instaladas no Bairro e reforço das ligações com outros espaços da cidade;
- Fortalecer o quadro de competências e de habilidades sociais das populações do Bairro (com enfoque para os mais jovens) numa lógica de realização pessoal e de afirmação face aos outros
- Potenciar a escola e as dinâmicas associativas como actores estratégicos de mudança, capacitando um quadro de vida sustentado em referenciais de igualdade de oportunidades e de democracia participativa.

Tarefas:

- *E-Bairro*: criação de uma plataforma de divulgação das TIC's dentro de uma matriz de mudança, reforçando as condições para a valorização da identidade, facilitando as condições de participação da população e de valorização dos recursos sociais locais. Abre as populações (sobretudo os mais jovens) à diversidade de contextos, de valores e de modos de vida existentes. Esta tarefa pode ser desenvolvida no âmbito do Porto Digital.
- *Lagarteiro-Mix*: Montar uma rádio comunitária que se dedique à divulgação de informação sobre a cidade e sobre temas relevantes para as populações do bairro, constituindo uma janela para o exterior, mas que ao mesmo tempo funcionará como mecanismo indutor de divulgação e valorização das identidades locais à luz de novas abordagens (ex: hip-hop, iniciativas locais, etc).
- *Oficinas(de) vidas*: implementação de espaços destinados à prática de desportos e dança, ao graffiti, à expressão plástica, artesanal, de fotografia, de teatro, música, etc.
- *Oficina da Criança*: espaço destinado ao desenvolvimento de actividades lúdicas e de dinamização do tempo livre das crianças fora do espaço lectivo e em tempo de férias escolares. Permitirá a

	<p>extensão dos serviços que já se encontram mobilizados no Bairro por outras instituições.</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Espaço Azevedo</i>: pressupõe a instalação de um espaço de convívio e de lazer para a população, de diferentes faixas etárias e categorias sociais (mulheres, homens, jovens e idosos), com a disponibilização de revistas e jornais e onde poderão ser demonstradas algumas das criações artísticas e artesanais das populações, implicando um intercâmbio de exposições, espectáculos (música, teatro) com outras instituições da cidade e da AMP. Este espaço também estará associado à gastronomia, bem como à prática de jogos de sociedade, jogos de computador, visionamento de televisão por cabo, etc. • <i>Bairro (Com) Vida</i>: esta tarefa destina-se a promover uma oferta sistemática de manifestações artísticas, envolvendo produções oriundas do bairro e orientações provenientes do exterior. Os vectores a privilegiar no que respeita à programação de actividades são: Diversidade artística, englobando artes performativas e artes cénicas; Sustentação de um núcleo de programação própria; Envolvimento de diversos segmentos de públicos-receptores assim como de públicos produtores; Dinamização de um conjunto de workshops temáticos e sua consequente tradução prática em performances artísticas; Introdução de uma estratégia de mercado capaz de fazer circular as produções artísticas para outros contextos e áreas da cidade; Promoção de uma programação que inclua mensalmente a apresentação, no interior do bairro, de produções artísticas oriundas de outros contextos territoriais da cidade e AMP, bem como de outros perfis de agentes e de actividades artísticas e criativas;
Destinatários:	Toda a população do Bairro e envolvente.
Metodologia/Processo de Implementação:	<ul style="list-style-type: none"> • É indispensável implicar os actores locais (moradores e instituições) no planeamento e na estrutura organizativa e funcional do Espaço, numa lógica de gestão participada; • Torna-se importante preparar os actores locais para processos de capacitação, de facilitação e de gestão de actividades e de recursos; • É importante que marque uma diferença face aos espaços tradicionalmente implantados nestes contextos territoriais, assumindo um perfil de total flexibilidade e abertura às populações intra e extra Bairro; • É necessário que esta acção seja assumida por todos como um espaço emblemático e de referência identitária comum; • É importante a criação de instrumentos de registo para a monitorização das actividades.
Vantagens para a população do Bairro:	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de um espaço aberto de recurso e convívio, de forma a satisfazer as necessidades de realização da cidadania. • Oferta de um conjunto de possibilidades de realização de aspirações num clima de abertura. • Possibilidade de dignificação dos moradores através da densificação de redes e de recursos identitários combatendo a situação de isolamento e de auto estigmatização em que se encontram no presente. • Potenciação de estratégias de dignificação pessoal e aumento dos referenciais dos seus quadros de vida. • Potenciar o interface do Bairro com a cidade e vice-versa. • Aproximação das gerações e dos seus referentes de vida.
Resultados/ Impactes esperados:	<p>Resultados/Impactes Esperados Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço da identidade do Bairro e transformação deste espaço num espaço - farol para uma nova forma de estar na vida e na cidade;

- Facilitação no acesso a actividades diversificadas por parte da população do bairro e fora do bairro;
- Mobilização da população para actividades de natureza comunitária;
- Inversão do clima de pessimismo e resignação face ao futuro;
- Revitalização do tecido sócio-cultural local e concretização de iniciativas e projectos por parte da população local;
- Desenvolvimento de novas actividades no bairro.

Resultados/Impactes Esperados por iniciativa

E-Bairro

- Formação e Certificação da população ao nível de Competências Básicas em Tecnologias da Informação;
- Mobilizar os jovens em torno de processos inovadores e apetecíveis;
- Valorização dos factores de identidade do bairro;

Lagarteiro-Mix:

- Aumento dos níveis de informação e consequentemente incremento de uma cidadania activa;
- Reforço dos valores e representações das culturas populares urbanas;
- Dignificação da imagem exterior do bairro;
- Empowerment da comunidade;

Oficinas (de)vidas

- Envolvimento da população em actividades ocupacionais e de desenvolvimento de habilidades pessoais;
- Potenciação de recursos da população e sua divulgação.

Oficina da Criança:

- Ocupação das crianças em actividades de lazer e ocupacionais;
- Promoção dos níveis de qualidade de vida das crianças do Bairro;
- Interacção com as gerações mais velhas;
- Promoção da inserção social das crianças e motivação para o sucesso escolar.

Espaço Azevedo

- Incremento de maiores níveis de convivibilidade intergeracional;
- Reforço do sentimento de comunidade;
- Reforço da abertura do bairro ao exterior e a novas actividades.

Bairro (Com) Vida

- Mobilização da comunidade local e seu envolvimento em projectos potenciadores da identidade de Bairro;
- Envolvimento da população em novas iniciativas e projectos potenciadores da auto-estima e sentido de realização pessoal;
- Interacção entre população do bairro com outros agentes exteriores.

Indicadores por iniciativa

Lagarteiro-Mix

- 20 pessoas envolvidas na produção e funcionamento da rádio comunitária

	<ul style="list-style-type: none"> • 30% dos moradores ouvem a rádio <p><i>E-Bairro</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • 40 pessoas recorrem mensalmente à plataforma • 15 jovens estão envolvidos na dinamização da plataforma <p><i>Espaço Azevedo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • 40 utilizadores diários do espaço • 10 pessoas envolvem-se na prestação de serviços • 12 eventos ealizados • 7 eventos provenientes das Oficinas <i>(de)vidas</i> • 15 pessoas envolvidas na produção de eventos • 30% dos frequentadores são de fora do Bairro <p><i>Oficinas (de)vidas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • 25 pessoas que recorrem às oficinas • Dinamização de 3 oficinas de teatro, dança e música • Funcionamento regular de 1 oficina por mês • Envolvimento de 4 parceiros exteriores ao Bairro <p><i>Oficina da Criança:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • 25 crianças recorrem à Oficina • 40 crianças recorrem à Oficina em período de férias escolares; • 20 famílias colocam os filhos na Oficina; • 2 actores institucionais que recorrem à Oficina, enquanto actividade de extensão dos serviços por eles prestados neste domínio. <p><i>Bairro (Com) Vida</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • 25 moradores envolvidos; • 10 espectáculos e workshops realizados; • 10 eventos realizados dentro e fora do Bairro; • 6 parceiros envolvidos;
Ligações:	Acção A.1.b; Acção A.1.c; Acção B.1.a; Acção B.1.b; Acção B.1.c; Acção B.1.d; Acção B.1.e; Acção B.2.a; Acção B.2.b; Acção B.2.c; Acção B.2.d; Acção B.2.e.
Cronograma:	<ul style="list-style-type: none"> • Acções de divulgação e de implementação dos espaços: Outubro de 2006 • Concretização do <i>Lagarteiro-Mix</i>: Dezembro de 2006 • Concretização do <i>E-Bairro</i>: Dezembro de 2006 • Concretização das <i>Oficinas (de)vidas</i>: Fevereiro de 2007 • Concretização do <i>Espaço Azevedo</i>: Abril de 2007 • Concretização da <i>Oficina da Criança</i>: Junho 2007 • Concretização do <i>Bairro (Com) Vida</i>: 3º Trimestre de 2007 <p>Nota: Depois do seu lançamento, estas tarefas serão realizadas ao longo da implementação de toda a Iniciativa.</p>

Entidade Responsável:	Unidade de Gestão
Parceiros:	ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas CAOS Associação Nun'Álvares Benéfica e Previdente, Associação Mutualista CAOS Escola EB1 do Lagarteiro Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto Junta de Freguesia de Campanhã MTSS – Centro Distrital de Segurança Social do Porto MTSS - IEFP – Delegação Regional do Norte - Centro de Emprego do Porto Norte Vida Obra Diocesana de Promoção Social – Centro Soc. Lagarteiro REAPN Universidade do Porto – Faculdade de Engenharia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Faculdade de Letras, Faculdade de Belas Artes, Faculdade do Desporto e Educação Física Escola superior Artística do Porto Cooperativa Árvore Fundação de Serralves Casa da Música Universidade Católica – Som e Imagem Ballet Teatro Casa da Animação CRAT Rádio Festival Delegação Regional da Cultura Norte Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão Teatro Nacional S. João Teatro Nacional Carlos Alberto Qualificar Para Incluir Porto Digital
Recursos:	<u>Humanos</u> Coordenador da Acção: 1 técnico Equipe técnica de base multidisciplinar; Consultores Equipe técnica de base local: 10 moradores <u>Logísticos</u> Pavilhão Polivalente de Representação Polivalente da EB1 do Lagarteiro <u>Materiais</u> Aquisição de serviços e manutenção Deslocações Outras despesas correntes Despesas gerais Equipamento

	Execução de obras de arranjo e de remodelação Aquisição de espaços móveis Despesas de Funcionamento
Custo:	1.200.000 euros
Fontes de Financiamento:	QREN PO Potencial Humano QREN PO Valorização Territorial QREN PO Regional Programa PARES Programa Escolhas Programa de Promoção de Projectos Educativos na Área da Cultura (Ministério da Cultura)
Observações:	<p>Esta acção assenta numa lógica de progressiva capacitação e de fornecimento de competências para níveis crescentes de autonomia da população, o que permitirá, a médio/longo prazo serem as próprias populações a gerir e dinamizar estas actividades. Por outro lado, assumirá a concretização de actividades emblemáticas que marcarão a mudança e a inovação social no Bairro e envolvente.</p> <p>Esta acção deverá desenvolver-se no futuro no Pavilhão Polivalente de Representações. Entretanto, esta acção poderá desenvolver-se nos equipamentos disponíveis, designadamente no Agrupamento de Escolas ou outros equipamentos de proximidade.</p>

LAG - B.2.a)**Bairro do Lagarteiro**

Eixo Estratégico:	B. Promover uma cidadania activa
Projecto:	B.2. Comunidade aprendente e empreendedora
Acção/Iniciativa:	B.2.a) (Pro) Habilidades Sociais
Resumo:	<p>No âmbito desta acção, partimos do pressuposto de que existe uma correlação muito positiva entre a qualificação das habilidades sociais e uma melhor qualidade de vida, concretizada numa maior satisfação pessoal, profissional e social. As principais componentes das habilidades sociais a trabalhar são de ordem cognitiva (de percepção e de processamento da informação) e comportamental (comportamentos verbais e não verbais adequados e canalizados para o bom desempenho social). As habilidades sociais entendidas como um conjunto de comportamentos desenvolvidos em contexto interpessoal enquanto expressões de sentimentos, atitudes, desejos, opiniões, são fundamentais no quadro das relações desenvolvidas em contextos escolares, familiares e comunitários. O fulcro desta Acção centra-se na análise e trabalho face a comportamentos de agressividade, de delinquência e de violência gratuita, de falhas na comunicação, nas dificuldades na aceitação de limites e de regras e em problemas associados às relações interpessoais.</p>
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Favorecer a melhoria das competências sociais e cívicas da população do Bairro, dentro de uma lógica intergeracional;• Fortalecer o quadro de competências e de habilidades sociais das populações do Bairro (com enfoque para os mais jovens) numa lógica de realização pessoal e de afirmação face aos outros• Promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidades sociais relacionados com os seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais.
Tarefas:	<ul style="list-style-type: none">• Programa de intervenção grupal junto dos pais (parentes) composto por 12 sessões anuais distribuídas mensalmente e que têm como o intuito processar dinâmicas grupais de disciplina e de promoção de habilidades sociais no quadro de uma gestão de competências parentais alargada;• Programa de desenvolvimento de habilidades sociais através do movimento e da dança composto por 12 sessões anuais distribuídas mensalmente e a realizar nos diferentes estabelecimentos de ensino pertencentes ao Agrupamento de escolas Ramalho Ortigão e às crianças e jovens utentes da Obra Diocesana de Promoção social instalada no Bairro. Este Programa tem como objectivo a captação de energias corporais para actividades físicas, aperfeiçoando a coordenação motora e a própria percepção do corpo.• Programa de incentivos quotidianos de promoção de habilidades sociais a realizar no quadro da programação do espaço A.N.I.M.A.R. com periodicidade mensal. Este programa pressupõe a realização de actividades com adolescentes e jovens do Bairro e de Azevedo ligadas aos computadores, à higiene, à gestão doméstica, ao trabalho de grupo. Ressalve-se que estas actividades serão animadas por voluntários recrutados no Banco do Tempo a dinamizar em Azevedo.
Destinatários:	Toda a população do Bairro e da zona envolvente; estudantes e professores do Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão

Metodologia/Processo de Implementação:	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação das temáticas-chave que condicionam as habilidades sociais da população jovem do Bairro e envolvente. • Implementação de uma estratégia de co-responsabilização das referências parentais. • Entendimento da escola como espaço determinante não só para o desenvolvimento de habilidades escolares, mas também sociais. • O espaço de habitação como espaço determinante para o desenvolvimento pessoal e social.
Vantagens para a população do Bairro:	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de capacidades de liderança e de gestão de projectos de intervenção • Melhoria dos desempenhos escolares e profissionais • Promoção de auto-estima e de auto-realização no quadro do Bairro e da comunidade • Prefiguração de projectos de vida mais coesos do ponto de vista da sua concretização
Resultados/ Impactes esperados:	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição das dinâmicas de conflitualidade e de agressão verbal e não verbal no interior e fora do Bairro • Aquisição de competências relacionais e de cidadania; • Aumento dos níveis de sucesso e de valorização da escola; • Incremento de estratégias mais pró-activas de procura de emprego; • Aumento das possibilidades de comunicação e de assertividade da população jovem do Bairro. <p>Indicadores</p> <ul style="list-style-type: none"> • 30 pessoas (12-16 anos) envolvidas • 20 pessoas (17-21 anos) envolvidas • 20 pessoas (22-30 anos) envolvidas
Ligações:	Acção A.1.b; Acção A.1.c; Acção B.1.a; Acção B.1.e; Acção B.1.f; Acção B.2.d
Cronograma:	De Janeiro de 2007 até ao fim da Iniciativa.
Entidade Responsável:	Unidade de Gestão
Parceiros:	ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas Associação Juvenil CAOS, Projecto "Lagarteiro e o Mundo" no âmbito proj. Escolhas 2ª. Geração Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto Junta de Freguesia de Campanhã Regional do Norte - Centro de Emprego do Porto Norte Vida Obra Diocesana de Promoção Social – Centro Soc. Lagarteiro FILOS Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
Recursos:	2 Psicólogos
Custo:	120 000 euros/ano
Fontes de Financiamento:	QREN PO Potencial Humano QREN PO Valorização Territorial QREN PO Regional Programa Escolhas
Observações:	No nosso entender, trata-se de uma acção de incremento e de sustentação de modos de vida assentes na auto-realização pessoal e social, pois desenvolvem patamares mais elevados de auto-estima, potenciando o exercício da cidadania.

LAG - B.2.b)**Bairro do LAGARTEIRO**

Eixo Estratégico:	B. Promover uma cidadania activa
Projecto:	B.2. Comunidade aprendente e empreendedora
Acção/Iniciativa:	B.2.b) Pólo RVCC
Resumo:	<p>Constituição de um pólo de actividades centradas no Reconhecimento, validação e Certificação de Competências dos residentes do bairro e em particular dos que não completaram o 9º ano de escolaridade.</p> <p>A associação entre RVCC e o RVC Pro será realizada em cada caso concreto e tendo em conta as condições específicas dos potenciais participantes. Neste caso poderão ser desenvolvidos processos de dupla certificação.</p> <p>A lógica de actuação será a do reforço do empowerment e da promoção da cidadania activa dos participantes e não prioritariamente o diploma. A acção implica a definição de uma estratégia peculiar e de recursos logísticos e humanos específicos.</p>
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Elevar os níveis de escolaridade dos residentes do bairro• Reforçar a auto-estima dos participantes• Reforçar as condições de empregabilidade dos residentes socialmente mais fragilizados• Lançar processo local para a educação – formação e processos de educação popular
Destinatários:	Adultos residentes no bairro com mais de 25 anos e níveis de escolaridade inferior ao 9º ano.
Processo de Implementação:	O "IRVCC" deve ser conduzido a partir de casos concretos que ilustrem as vantagens do RVCC para cada um dos potenciais participantes. As acções de apoio no plano formativo e de auto-organização devem realizar-se em espaços abertos despojados da lógica escolar e centrados na aprendizagem auto-construída. Os técnicos do pólo RVCC terão que estar envolvidos nas restantes soluções associadas à Comunidade Aprendente para integrarem os processos e constituírem uma malha de iniciativas cuja finalidade é o desenvolvimento de novas competências.
Vantagens para a população do Bairro:	Ter ao seu dispor, na proximidade imediata, uma solução com impacto na condição social e cultural, cujo ponto de partida são as competências existentes. Trata-se de algo com uma leitura imediata por parte da população e potencialmente associável à utilidade e a perspectivas profissionais.
Resultados/ Impactes esperados:	<ul style="list-style-type: none">• 20 Adultos residentes no bairro certificados com o 4º de escolaridade• 20 Adultos residentes no bairro certificados com o 6º de escolaridade• 60 Adultos residentes no bairro certificados com o 9º ano de escolaridade• 60 Residentes em processo RVC e em formação complementar• 20 Adultos envolvidos em acções de desenvolvimento pessoal e profissional• 40 Adultos envolvidos em acções de cidadania
Ligações:	Acção A.1.b; Acção B.1.f; Acção B.2.c; Acção B.2.d; Acção B.2.e
Cronograma:	Outubro 2006 – Dezembro 2010
Entidade Responsável:	Unidade de Gestão
Parceiros:	IEFP - Centro de Emprego do Porto DREN Escola EB1 do Lagarteiro CAOS ANOP – Associação Nacional de Oficinas de Projecto

Recursos:	Uma equipa de RVCC (5 técnicos) a tempo inteiro e em itinerância Espaços existentes
Custo:	628 000 €
Fontes de Financiamento:	PRODEP

LAG - B.2.c)**Bairro do LAGARTEIRO**

Eixo Estratégico:	B. Promover uma cidadania activa
Projecto:	B.2. Comunidade aprendente e empreendedora
Acção/Iniciativa:	B.2.c) Aprenditeca
Resumo:	Um espaço aberto de aprendizagem com meios informáticos para utilização em processos de auto – formação.
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Elevar os níveis de qualificação dos residentes do bairro• Reforçar a auto-estima dos participantes• Reforçar as condições de empregabilidade dos residentes socialmente mais fragilizados
Destinatários:	Adultos e jovens residentes no bairro com mais de 16 anos e com baixos níveis de escolaridade
Processo de Implementação:	<ul style="list-style-type: none">• Abertura do Espaço com um monitor permanente• Definição participada de acções de animação comunitária com potencial de elevada participação local• Definição de ateliers temáticos e lançamento de campanha de aderentes
Vantagens para a população do Bairro:	<ul style="list-style-type: none">• Existência de um espaço aberto de aprendizagem que proporciona de forma aberta e flexível condições para actividades de auto-formação com impactos na empregabilidade e no desenvolvimento pessoal
Resultados/ Impactes esperados:	<ul style="list-style-type: none">• 30 Adultos residentes no bairro formados em áreas centrais relacionadas com as TICs• 60 Adultos envolvidos em acções de animação comunitária e de cooperação• 30 Adultos envolvidos em acções de cidadania
Ligações:	Acção A.1.b; Acção B.1.e; Acção B.1.f; Acção B.2.b; Acção B.2.d; Acção B.2.e
Cronograma:	Outubro 2006 – Dezembro 2010
Entidade Responsável:	Unidade de Gestão
Parceiros:	IEFP - Centro de Emprego do Porto DREN Escola EB1 do Lagarteiro CAOS ANOP – Associação Nacional de Oficinas de Projecto
Recursos:	Uma equipa de monitores (2 técnicos) a tempo inteiro e em itinerância Equipamentos informáticos e de telecomunicações Espaços existentes
Custo:	365 000 €
Fontes de Financiamento:	PRODEP
Observações:	

LAG - B.2.d)**Bairro do LAGARTEIRO**

Eixo Estratégico:	B. Promover uma cidadania activa
Projecto:	B.2. Comunidade aprendente e empreendedora
Acção/Iniciativa:	B.2.d) Agência de pequenas iniciativas Locais
Resumo:	<p>Constituição de uma pequena agência organizadora das actividades de actuais prestadores de serviços que realizam a sua actividade na economia informal.</p> <p>Organização de serviços e angariação de clientes para os prestadores organizados em Bolsa que respondem às solicitações da Agência.</p> <p>Progressivamente são propostas acções de formação de curta duração para melhorar a qualidade de serviço. São definidas metas para cada membro da Bolsa de Prestadores, podendo alguns assumir o objectivo de criar o próprio negócio</p>
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Promover a acção empreendedora de base local• Incentivar o regresso a actividades profissionais organizadas para pessoas com um afastamento muito elevado do trabalho e em estratégias de sobrevivência e matéria de rendimento e actividade profissional
Destinatários:	Adultos e jovens residentes no bairro com competências em domínios auto – organizáveis como os serviços de proximidade e as actividades de prestação de serviços às empresas, às famílias e às pessoas.
Processo de Implementação:	<p>Sessões de divulgação da Agência como projecto</p> <p>Criação de um Núcleo Dinamizador com residentes</p> <p>Localização de espaços de apoio</p> <p>Organização das especializações e da Bolsa de Prestadores</p> <p>Organização da actividade de agência</p>
Vantagens para a população do Bairro:	Possibilidade de criação da própria actividade ou de organizar formas de trabalho tendo por base as competências instaladas nos residentes do bairro
Resultados/ Impactes esperados:	<p>1 Agência constituída</p> <p>48 Balanços de Competências realizados aos potenciais prestadores</p> <p>12 Prestadores formados para a qualidade de serviço</p> <p>20 Serviços experimentais realizados</p>
Ligações:	Acção A.1.b; Acção B.1.f; Acção B.2.a; Acção B.2.b; Acção B.2.c
Cronograma:	Outubro 2006 – Dezembro 2010
Entidade Responsável:	Unidade de Gestão
Parceiros:	<p>Junta de Freguesia</p> <p>IEFP - Centro de Emprego do Porto</p> <p>CAOS</p> <p>CMP – Câmara Municipal do Porto</p> <p>Segurança Social</p> <p>ANOP – Associação Nacional de Oficinas de Projecto</p>
Recursos:	<p>Uma equipa de animadores de terreno e de apoio à Agência (2 técnicos) a tempo inteiro e em itinerância</p> <p>Equipamentos informáticos, de telecomunicações e logísticos</p> <p>Espaços existentes</p>
Custo:	461 000 €
Fontes de Financiamento:	PRIME

LAG – B.2.e)**Bairro do LAGARTEIRO**

Eixo Estratégico:	B. Promover uma cidadania activa
Projecto:	B.2. Comunidade aprendente e empreendedora
Acção/Iniciativa:	B.2.e) Plataforma Novas Actividades
Resumo:	Criação de uma cooperativa de serviços que venha a assumir um conjunto de actividades relacionadas com o Parque Oriental (jardinagem, apoio ao centro hípico, vendas em quiosques). Esta cooperativa assumirá uma interlocução directa com os promotores dos investimentos do Parque Oriental.
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Promover a acção empreendedora de base local• Promover a requalificação profissional de desempregados e empregados do bairro através de novas oportunidades profissionais• Estruturar localmente uma base de serviços que poderá alargar-se a toda a zona oriental da cidade.
Destinatários:	Adultos e jovens residentes no bairro, desempregados e empregados com dificuldades profissionais e interesse numa reconversão profissional
Processo de Implementação:	<ul style="list-style-type: none">• Levantamento de investimentos e actividades profissionais resultantes do projecto do Parque Oriental• Lançamento de Acções Saber + (de curta duração) nos temas de formação associáveis aos investimentos e actividades identificados• Lançamento do processo de constituição da cooperativa com os interessados• Organização da cooperativa• Interlocução com os investidores e instituições que tutelam as actividades do Parque• Contratualização de serviços
Vantagens para a população do Bairro:	Aproveitar as sinergias do bairro com a envolvente directa em termos económicos e sociais
Resultados/ Impactes esperados:	<ul style="list-style-type: none">• 36 Adultos participantes no projecto formados e preparados para actividades profissionais• 1 Cooperativa constituída e auto – organizada• 5 Contratos celebrados com investidores e organismos tutelares
Ligações:	Acção A.1.b; Acção B.1.f; Acção B.2.b; Acção B.2.c
Cronograma:	Outubro 2006 – Dezembro 2010
Entidade Responsável:	Unidade de Gestão e IEFP – Centro de Emprego do Porto
Parceiros:	CAOS ACIME Benéfica e Previdente CMP – Câmara Municipal do Porto Segurança Social Junta de Freguesia de Campanha ANOP – Associação Nacional de Oficinas de Projecto INSCOOP - Porto
Recursos:	Uma equipa de formadores Equipamentos informáticos, de telecomunicações e logísticos Espaços existentes
Custo:	218 000 €
Fontes de Financiamento:	PRODESCOOP

LAG - C.1.a)**Bairro do Lagarteiro**

Eixo Estratégico:	C. Governar local
Projecto:	C.1. Gestão e monitorização
Acção/Iniciativa:	C.1.a) Gabinete técnico local
Resumo:	Esta Acção consiste na criação do suporte técnico da Unidade de Gestão da Iniciativa. Trata-se da unidade responsável pela gestão, execução e monitorização dos projectos e respectivas acções que integram a Iniciativa. Ressalve-se que o Gabinete Técnico Local deve ser assessorado por uma <i>pool</i> de consultores especializados a incorporar em função das necessidades específicas dos projectos e respectivas acções.
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Participar activamente no planeamento, execução e mobilização dos projectos e respectivas acções;• Capacitar os diferentes actores para a intervenção comunitária;• Activar um sistema de acompanhamento e ajustamento da intervenção.
Tarefas:	<ul style="list-style-type: none">• Definir o perfil do chefe de projecto e proceder ao seu respectivo recrutamento• Seleccionar e recrutar os técnicos especializados que incorporarão a equipa técnica• Montar e equipar um espaço de trabalho para a equipa técnica• Assumir um papel de articulação entre a Unidade de Gestão, o Conselho de Representes do Bairro e a Comissão Consultiva.
Destinatários:	Unidade de Missão
Metodologia/Processo de Implementação:	<ul style="list-style-type: none">• É indispensável a definição do perfil profissional e respectivas competências de todos os membros da equipa técnica• Definir a articulação da equipa técnica no âmbito da Unidade de Gestão;• Integrar dentro da lógica da intervenção comunitária a Unidade de Gestão.
Vantagens para a população do Bairro:	<ul style="list-style-type: none">• Ganhos de eficácia e eficiência na intervenção a realizar• Proximidade aos destinatários das acções• Promoção de um clima de articulação e de cooperação
Resultados/ Impactes esperados:	<ul style="list-style-type: none">• Reforço da capacitação técnica de intervenção;• Integrar as diferentes iniciativas tendo em vista uma melhor articulação institucional;• Assegurar a execução de um aprofundamento do diagnóstico da situação;• Assegurar a execução das acções;• Melhorar o processo de condução da Iniciativa.
Ligações:	Trata-se de uma acção de natureza transversal à iniciativa relevante para a sua sustentabilidade global e para o processo de governação local.
Cronograma:	Início: Outubro de 2006 Fim: Conclusão da Iniciativa
Entidade Responsável:	Unidade de Gestão
Parceiros:	Comissão Consultiva Comissão de Representantes Locais Instituições convidadas

Recursos:	1 chefe de projecto 3 técnicos de apoio Consultores especializados
Custo:	100 000 euros/ano
Fontes de Financiamento:	QREN PO Potencial Humano QREN PO Valorização Territorial QREN PO Regional
Observações:	

C.1.b)**Bairro do Lagarteiro**

Eixo Estratégico:	C. Governar local
Projecto:	C.1. Gestão e monitorização
Acção/Iniciativa:	C.1.b) Sistema de monitorização e avaliação
Resumo:	Esta Acção visa conceber, montar e alimentar um sistema de monitorização da Iniciativa, capaz de gerar informação fundamental para uma condução eficaz e adequadamente da mesma. Para além disto, será realizada uma avaliação de natureza <i>on-going</i> da responsabilidade de uma entidade externa que contribua para corrigir trajectórias, redefinir a Iniciativa e medir impactos e resultados.
Objectivos:	Activar um sistema de acompanhamento e ajustamento da intervenção.
Tarefas:	<ul style="list-style-type: none">• Montar um quadro de bordo e um sistema de indicadores de alerta• Alimentar o sistema de indicadores• Fomentar a circulação da informação• Produzir informação para a gestão da Iniciativa• Analisar a implementação da Iniciativa em função das suas realizações, dos seus resultados e impactos no Bairro.
Destinatários:	Gabinete Técnico Local Unidade de Gestão Conselho de Representantes do Bairro Comissão de Acompanhamento
Metodologia/Processo de Implementação:	<ul style="list-style-type: none">• Afinar um quadro de referência a partir do Diagnóstico;• Definir e concretizar indicadores de realização e de resultados para cada uma das acções;• Definir indicadores de impacto por acção ou conjunto de acções;• Identificar limiares críticos a atingir para sustentar os indicadores de alerta;• Produzir regularmente documentos de apoio à gestão;• Divulgar periodicamente os resultados obtidos.
Vantagens para a população do Bairro:	Melhor eficiência e eficácia na Intervenção, com repercussões na população residente.
Resultados/ Impactes esperados:	<ul style="list-style-type: none">• Aumento dos níveis de informação sobre o desenvolvimento da Iniciativa;• Aumento dos níveis de eficácia da Iniciativa;• Reforço da capacidade de gestão. <p>Indicadores: - 1 Sistema de Monitorização e Avaliação concebido</p>
Ligações:	Trata-se de uma acção de natureza transversal à iniciativa relevante para a sua sustentabilidade global e para o processo de governação local.
Cronograma:	Início: Outubro de 2006 Fim: Conclusão da Iniciativa

Entidade Responsável:	Gabinete Técnico Local
Parceiros:	Unidade de Gestão Conselho de representantes do Bairro Comissão Consultiva
Recursos:	Equipa Técnica Local Avaliadores externos
Custo:	25 000 euros/ano.
Fontes de Financiamento:	QREN PO Potencial Humano QREN PO Valorização Territorial QREN PO Regional
Observações:	

LAG - C.1.c)**Bairro do Lagarteiro**

Eixo Estratégico:	C. Governar local
Projecto:	C.1. Gestão e monitorização
Acção/Iniciativa:	C.1.c) Sistema de comunicação
Resumo:	Esta Acção pretende gerar <i>goodwill</i> para a Iniciativa, conferir-lhe notoriedade, marcar uma imagem de distinção e gerar um envolvimento alargado de actores, agentes e residentes. Também constituirá um elemento fundamental para a divulgação do processo de desenvolvimento da Iniciativa, bem como para gerar um sentimento de pertença e de orgulho no Bairro.
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none"> • Promover uma imagem eficaz e positiva do Bairro e da intervenção; • Envolvimento de <i>stakeholders</i>.
Tarefas:	<ul style="list-style-type: none"> • Criar uma identidade visual para a Iniciativa; • Publicar suportes de comunicação regulares destinados a diferentes públicos (ex. <i>newsletter, website, press-release</i>); • Produzir material de comunicação para as acções a desenvolver (cartazes, flyers, tarjas...); • Realizar eventos emblemáticos • Realizar iniciativas de relações públicas sobretudo orientadas para a comunidade externa no sentido de alterar a percepção e a imagem do Bairro na cidade;
Destinatários:	<p>População do Bairro</p> <p>População da cidade</p> <p>Meios de Comunicação Social</p> <p>Parceiros</p> <p>Tecido institucional regional</p> <p>Empresas</p>
Metodologia/Processo de Implementação:	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer do processo de criação da imagem da Iniciativa um processo aberto/concurso de ideias dos residentes, reforçando o seu sentimento de envolvimento na Iniciativa • Manter regularidade no processo de comunicação • Garantir a execução desta Acção através de serviços especializados • Adequar a mensagem aos meios e ajustar os canais de comunicação a utilizar
Vantagens para a população do Bairro:	<ul style="list-style-type: none"> • Ganhos de notoriedade do Bairro com base numa imagem positiva • Maiores níveis de informação da população e dos actores envolvidos na intervenção • Abrir o Bairro à cidade • Reforço dos factores de identidade do Bairro
Resultados/Impactes esperados:	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos níveis de informação sobre a Iniciativa; • Aumento da notoriedade do Bairro; • Contributo para a transformação da imagem Bairro; • Facilitação do processo de implementação da Iniciativa. <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 Concepção de um Sistema de Comunicação

Ligações:	Trata-se de uma acção de natureza transversal à iniciativa relevante para a sua sustentabilidade global e para o processo de governação local.
Cronograma:	Início: Outubro de 2006 Fim: Conclusão da Iniciativa
Entidade Responsável:	Gabinete Técnico Local
Parceiros:	Meios de Comunicação Social Universidade Católica – Departamento de som e Imagem
Recursos:	Recurso à <i>pool</i> de consultores especializados nas áreas do Marketing e Comunicação
Custo:	50 000 euros/ano
Fontes de Financiamento:	QREN PO Potencial Humano QREN PO Valorização Territorial QREN PO Regional
Observações:	

C.2.a)**Bairro do Lagarteiro**

Eixo Estratégico:	C. Governar local
Projecto:	C.1. Capacitação institucional e local
Acção/Iniciativa:	C.2.a) Reforço de competências para a intervenção
Resumo:	<p>Esta Acção pretende capacitar os diferentes actores envolvidos na intervenção tendo em vista a facilitação e mobilização colectivas face aos objectivos específicos definidos.</p> <p>Assim, pretende-se dotar estes intervenientes de competências específicas ao nível do trabalho em rede, da mediação e intervenção comunitária e de concepção e monitorização de projectos.</p>
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Reforçar a capacidade para participar activamente no planeamento, execução e mobilização dos projectos e respectivas acções;• Incorporar uma nova prática de intervenção social, sustentada na metodologia do trabalho em rede e nos conceitos de parceria;• Capacitar os diferentes actores para a intervenção comunitária.
Tarefas:	<ul style="list-style-type: none">• Acção de formação para a capacitação da intervenção comunitária• Acção de formação para mediadores locais• Acção de formação em Redes e Recursos para o Desenvolvimento
Destinatários:	<p>Técnicos das instituições envolvidas na Iniciativa “Bairros Críticos”</p> <p>Lideranças locais informais</p> <p>Equipa técnica local</p> <p>Parceiros</p>
Metodologia/Processo de Implementação:	<ul style="list-style-type: none">• É indispensável implicar os actores locais (moradores e instituições) no planeamento numa lógica de gestão participada;• Torna-se importante preparar os actores locais para processos de capacitação, de facilitação e de gestão de actividades e de recursos; <p>Torna-se necessária que esta Acção se alicerce numa metodologia de formação-acção, assente na divulgação de boas práticas e na resolução de problemas concretos a partir da realidade local.</p>
Vantagens para a população do Bairro:	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento de capacidades de liderança e de gestão de projectos de intervenção• Melhoria dos desempenhos institucionais• Promoção de um clima de articulação e de cooperação
Resultados/ Impactes esperados:	<ul style="list-style-type: none">• Incremento de uma cultura de participação e de parceria nos processos sociais e de desenvolvimento;• Reforço da capacitação técnica de intervenção;• Potenciação de âncoras locais de liderança e de concertação. <p>Esta acção terá impactos que ultrapassam naturalmente o Bairro do Lagarteiro, dado que visa reforçar competências institucionais para a intervenção em contextos sociais complexos.</p> <p>Indicadores:</p> <p>- 100 técnicos envolvidos nas acções de reforço de competências.</p>
Ligações:	Trata-se de uma acção de natureza transversal à iniciativa relevante para a sua sustentabilidade

	global e para o processo de governação local.
Cronograma:	Início: Outubro de 2006 Fim: Dezembro de 2007. Entre 2008 e 2010 – acções esporádicas
Entidade Responsável:	Gabinete Técnico Local
Parceiros:	Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto MTSS – Centro Distrital de Segurança Social do Porto REAPN Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Recursos:	Técnicos de parceiros Formadores externos
Custo:	15 000 euros
Fontes de Financiamento:	QREN PO Potencial Humano QREN PO Valorização Territorial QREN PO Regional
Observações:	

C.2.b)**Bairro do Lagarteiro**

Eixo Estratégico:	C. Governar local
Projecto:	C.2. Capacitação institucional e local
Ação/Iniciativa:	C.2.b) Reforço de competências para a intervenção e participação
Resumo:	<p>Esta Acção pretende capacitar a população residente no bairro para uma participação e intervenção nos processos específicos da reabilitação urbanística face aos objectivos específicos definidos.</p> <p>Assim, pretende-se dotar, a população de uma forma genérica e, de forma mais específica, alguns elementos mais activos e representativos das dinâmicas locais de participação, de competências específicas ao nível da comunicação institucional e da gestão partilhada de espaços comuns.</p>
Objectivos:	<ul style="list-style-type: none">• Reforçar a capacidade para participar activamente no planeamento, execução e mobilização dos projectos e respectivas acções;• Incorporar uma nova prática de intervenção social, sustentada na metodologia de planeamento participado• Capacitar os elementos mais activos para funções de mediação com os restantes elementos da população local
Tarefas:	<ul style="list-style-type: none">• Circulo de estudos - ciclo 1 – o nosso olhar sobre cidade e a vida no bairro• Circulo de estudos – ciclo 2 – a árvore dos nossos conhecimentos sobre Urbanismo• Circulo de estudos – ciclo 3 - sessões de informação especializada• Círculo de estudos – ciclo 4 – a comunicação com as instituições públicas – como emitir pareceres e opiniões• Círculo de estudos – mediar e organizar a expressão das ideias e opiniões
Destinatários:	<p>População residente</p> <p>Grupo de elementos mais activos</p>
Metodologia/Processo de Implementação:	<ul style="list-style-type: none">▪ A metodologia dos círculos de estudos implica uma total autogestão temática e de práticas formativas pelos participantes nas sessões. O que se debate, os temas com sentido formativo, são decididos pelos participantes.▪ A mobilização de pessoas externas ao círculo (formadores, peritos, actores) é da responsabilidade e decisão dos participantes nos círculos.▪ Um facilitador apoia o processo de auto-organização.▪ Uma abordagem inicial ao tema central – no presente caso a requalificação urbanística - é realizada a partir do olhar e da visão empírica dos participantes.▪ Um levantamento dos conhecimentos e das competências sobre o tema é realizado para definir o ponto de partida.▪ As actividades de desenvolvimento de novos conhecimentos e competências são organizadas de forma a preencher necessidades dos participantes.▪ Organiza-se a forma de mediar e envolver a população através de um projecto colectivo e comunitário que também é formativo.
Vantagens para a população do Bairro:	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento de capacidades de participação em domínios do interesse colectivo• Melhoria das formas de comunicar com elementos exteriores ao bairro• Promoção de um clima de cooperação

Resultados/ Impactes esperados:	<ul style="list-style-type: none"> • Incremento de uma cultura de participação nos processos sociais e de desenvolvimento; • Potenciação de âncoras locais de liderança e de concertação; • Reforço da capacitação de mediação comunitária; • 120 adultos envolvidos em acções de animação comunitária • 20 Elementos da população envolvidos de forma mais intensa e mais activa na dinamização dos processos de participação em torno da requalificação urbanística
Ligações:	Trata-se de uma acção de natureza transversal à iniciativa relevante para a sua sustentabilidade global e para o processo de governação local. Interligação com a formação de actores.
Cronograma:	Início: Outubro de 2006 Fim: Fim da Iniciativa
Entidade Responsável:	Gabinete Técnico Local
Parceiros:	Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto MTSS – Centro Distrital de Segurança Social do Porto MTSS - IEFP – Delegação Regional do Norte - Centro de Emprego do Porto REAPN Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Recursos:	Técnicos de parceiros Formadores externos
Custo:	30 000 euros
Fontes de Financiamento:	QREN PO Potencial Humano QREN PO Valorização Territorial QREN PO Regional
Observações:	

4. Modelo de Gestão

4.1. Enquadramento

A iniciativa “Bairros Críticos” promovida pelo Estado Português e coordenada pelo Instituto Nacional da Habitação, visa encontrar um novo modelo de intervenção que tenciona, nas suas diversas áreas de acção, promover o desenvolvimento social e a recuperação urbana de grandes aglomerados de fogos de interesse social, procurando resolver as disparidades de qualidade de vida, social e urbana das populações residentes nesses espaços.

A sua finalidade última é assim a resolução sustentada e integrada dos problemas de exclusão social, desqualificação urbana e degradação ambiental, implicando um novo modelo de organização e de gestão que articule a actuação, na execução das diversas acções previstas, de entidades nacionais e locais, públicas e privadas.

Se é certo que os municípios representam em Portugal um dos veículos preferenciais para dar resposta aos anseios das populações e à real garantia da satisfação das suas necessidades, temos hoje a perfeita noção que as estruturas institucionais existentes não podem ser entidades rígidas e estanques, incapazes de integrar e articular na intervenção local a Administração Central e os parceiros privados que na sociedade civil têm um papel imprescindível na dinamização das comunidades locais.

Assim, por um lado, temos a acção da Administração Central que sempre garantiu um conjunto de actividades tais como a Saúde, a Educação e o Emprego que extravasam o território municipal e que por isso são asseguradas por órgãos desconcentrados do Estado. Por outro lado, os municípios são chamados a satisfazer um número muito elevado de necessidades sociais de grande intensidade técnica e financeira, como sejam os equipamentos urbanos e sociais, culturais e desportivos, infra-estruturas de saneamento, de ambiente e de transportes.

A dinamização da intervenção das organizações não governamentais que desempenham um papel fundamental na integração e execução das acções das próprias comunidades, é hoje reconhecida como um elemento fundamental de qualquer modelo de intervenção pública criado para a resolução dos específicos problemas dessas comunidades.

Tenha-se ainda em atenção a escassez das dotações orçamentais públicas disponíveis, sempre insuficientes para as necessidades de investimento detectadas, que são um importante limite a modelos de organização e de gestão mais complexos e pesados.

Às iniciativas de intervenção públicas é exigida grande contenção de despesas, optimização de recursos e a adequação do quadro de recursos humanos face aos meios disponíveis.

Também nesta iniciativa piloto, face à multiplicidade de necessidades, níveis de exigência e áreas de intervenção, os modelos de gestão e organização vão ser obrigados a equacionar a sua estruturação e desenvolvimento de forma a satisfazer as necessidades em quantidade e qualidade, tendo como limitação a escassez de meios das entidades envolvidas para garantir a satisfação dessas mesmas necessidades.

Por isso, a lógica de desenvolvimento daqueles modelos passará sempre, a nosso ver, pela optimização e articulação dos serviços públicos face aos objectivos delineados, acompanhada pela efectiva integração das principais organizações privadas locais envolvidas, facilitando a ligação às iniciativas de intervenção em curso promovidas por estes parceiros.

Acrescem as necessidades de supervisionar, controlar e avaliar de forma eficaz a execução das intervenções planeadas, de modo a assegurar a correcta gestão das estratégias de intervenção planeadas, e a assegurar a correcta gestão das estratégias de intervenção delineadas e a correcta e eficaz aplicação dos fundos públicos envolvidos.

Temos assim que, para nós, o modelo de organização e gestão das intervenções deve ter em conta fundamentalmente os seguintes objectivos:

1. Responder às expectativas da comunidade envolvida;
2. Integrar os agentes intervenientes;
3. Racionalizar os recursos disponíveis;
4. Maximizar a eficiência das acções delineadas
5. Favorecer o empowerment das populações

4.2. Modelos de Gestão da Intervenção

As diferentes missões e condições de eficácia das diversas acções planeadas no projecto, e as condicionantes dos diversos agentes públicos e actores privados envolvidos, exigem que as soluções delineadas para o modelo de organização e de gestão se adaptem à realidade sectorial e territorial onde se pretende intervir.

Destacamos os seguintes factores que influenciam o modelo de organização e de gestão a adoptar:

- O perfil jurídico-institucional;
- O nível de centralização;
- O nível de integração funcional;
- A estabilidade temporal e dinâmica.

Seleccionamos os seguintes critérios privilegiados na selecção do modelo de organização e gestão:

- Flexibilidade da estrutura organizativa
- Integração de actores
- Abertura à multiplicidade de parceiros
- Natureza e tipo de acções da intervenção
- Estrutura facilitadora e incentivadora de processos de participação.

Em face dos referidos factores e critérios para a selecção do modelo de gestão e organização, configuramos o que podemos chamar de possíveis geometrias institucionais do modelo de gestão da intervenção:

Modelo I – Modelo de Inspiração Institucional

- Gestão directa do município ou por uma instituição da Administração Central (ex. INH)

O modelo adopta uma solução em que o município ou uma entidade pública do Estado tem a seu cargo todas as acções e a coordenação de todas as intervenções delineadas para o projecto.

A centralização pública é máxima, o objecto e a missão correspondem fundamentalmente ao fornecimento de serviços públicos (locais e/ou nacionais), sendo a sua integração na comunidade baixa devido às exigências legais e institucionais do funcionamento das estruturas públicas.

É um modelo que julgamos desaconselhável, dada a reduzida flexibilidade de uma estrutura inspirada na tradicional organização do Estado, e a reduzida capacidade de integrar as decisões dos actores envolvidos e a reduzida abertura à multiplicidade de parceiros que assumem um papel importante no sucesso das intervenções.

Modelo II – Modelo de Gestão Indirecta

Trata-se de um modelo que pressupõe a criação de uma estrutura pública ou privada, ou a contratualização através de contratos administrativos para a gestão de serviços, permitindo que a intervenção seja garantida por uma entidade gestora externa, embora debaixo de um controlo público apertado.

As entidades públicas envolvidas e que realizam os investimentos e as intervenções seleccionadas descentralizam a gestão, com objectivos específicos, permitindo que o Projecto seja garantido pela nova entidade gestora com um nível de integração funcional elevado.

Este modelo pode ser desenvolvido, como se disse, ou através da criação de estruturas jurídicas públicas ou mistas (público-privadas) autónomas. Por exemplo: Empresas Públicas; Régies Cooperativas; Sociedades de Capital Misto.

Não aderimos a este modelo, considerando as experiências nacionais conhecidas. São normalmente estruturas pesadas, onerosas, burocráticas, fechadas ao exteriores e que importam para o seu interior os estrangulamentos e debilidades típicos das entidades que o compõem. Por outro lado, do ponto de vista de instrumento de actuação, são pouco ágeis e tendem a perdurar no tempo sem criarem condições para que a própria comunidade as substitua, pelo menos parcialmente, nas suas acções.

Acresce que, esta possibilidade colide com a reorganização administrativa em curso do Estado, que fecha a porta à criação de novas estruturas autónomas com a participação de entidades públicas.

Modelo III – Modelo de Gestão Privada

Esta configuração traduz um modelo que amplia a dominante da sociedade civil, fazendo apelo à organização significativa dos parceiros privados que desempenhem um papel relevante no Projecto.

As entidades públicas participariam pela via da contratualização com uma nova estrutura privada criada especificamente pelos parceiros do projecto, designadamente através de contratos-programa e protocolos de colaboração para o financiamento das diversas acções do Projecto. Interviriam ainda no âmbito das suas competências específicas e no quadro tradicional que é hoje conhecido e aplicado no território.

Este modelo garante uma elevada integração e responsabilização dos parceiros privados mas minoriza a intervenção das entidades públicas, que têm um papel essencial neste Projecto. Assegurando uma descentralização significativa, e apostando numa dinâmica local própria, é frágil na integração de soluções coerentes e incapaz de assegurar a afirmação a longo prazo do Projecto.

Modelo IV – Modelo Integrado de Gestão

Este modelo reflecte a necessidade das entidades públicas intervenientes externalizarem a sua actuação em estruturas de missão, assegurando, por um lado, uma necessária coordenação de diferentes competências públicas, e a integração da população alvo e o aproveitamento de recursos endógenos.

Essa nova estrutura assentaria numa organização muito flexível, que aproveita os recursos locais dos parceiros públicos e privados envolvidos, e os custos de financiamento serão reduzidos e diminuída a burocracia dos procedimentos de decisão e de execução. Poderá recorrer a recursos humanos de qualidade externos, quando os parceiros envolvidos não os possam disponibilizar.

A nova estrutura seria complementada pela criação de um sistema independente de controlo e avaliação do desempenho do Projecto, abrindo caminho a uma organização transparente e responsável, em face dos objectivos delineados.

A nova estrutura, perante os perfis jurídico-institucionais disponíveis na ordem jurídica portuguesa, assumiria a figura de uma **Unidade de Missão**.

O modelo de gestão deve assentar num Gabinete de Gestão em que participarão representantes das diversas entidades públicas e privadas do Projecto. Esses representantes deverão ter autonomia de decisão e estarem devidamente mandatados para vincularem a organização que representam.

Na dependência do Gabinete de Gestão, será criada uma Equipa Técnica Local, coordenada por um Gestor de Projecto, que assegurará o desenvolvimento do Plano de Actividades e a sua integração com as acções dos diferentes parceiros privados.

Para institucionalizar a participação dos parceiros locais, será criada uma estrutura consultiva, com a natureza de fórum consultivo, que terá por missão acompanhar a execução do Projecto e facilitar a sua ligação a outras iniciativas de desenvolvimento em curso na zona de intervenção.

4.3. Modelos de Gestão da Intervenção do Bairro do Lagarteiro

Face ao apresentado, a equipa técnica e institucional optou por um Modelo Integrado e Participado de Gestão para o Bairro do Lagarteiro, assumido num perfil jurídico-financeiro de **Unidade de Missão**.

O modelo de gestão assentará numa rede de cooperação interinstitucional (RCI) composta pelos representantes das diversas entidades públicas e privadas do Projecto. Esses representantes terão autonomia de decisão e estarão devidamente mandatados para vincularem a organização que representam.

A participação de entidades públicas e privadas pode ter em conta níveis de envolvimento diferenciados, de acordo com naturalmente:

- proximidade ao bairro: ser uma instituição do bairro ou da sua proximidade imediata; neste caso as potencialidades radicam na capacidade de interlocução com o meio e de assegurar a continuidade da intervenção no tempo.
- focalização em domínios de intervenção: áreas de actuação que correspondem a necessidades genéricas das populações (saúde, educação, emprego, habitação...); neste caso o potencial encontra-se na articulação das políticas globais com as políticas locais. Pode ainda haver necessidade de envolver instituições fortemente especializadas em determinados domínios de intervenção, o que significa intervir

em áreas que exigem uma estratégia específica ou fortemente adaptada a práticas e experiências desenvolvidas por certas organizações noutros contextos territoriais e sociais;

- ligação pontual e ocasional: organizações com uma ligação muito circunstancial ao Bairro, com interesse no seu desenvolvimento e com disponibilidade para apoiar pontualmente acções mas sem compromissos; no presente caso o potencial encontra-se na disponibilidade de cooperação e consequentemente na função de reserva e de apoio crítico ao projecto.

Da composição da rede de cooperação resultam três estruturas autónomas que desempenham funções complementares:

- **Unidade de Gestão** que reúne as entidades coordenadoras da intervenção
- **Conselho de Representantes do Bairro**, que reúne os residentes do bairro que integram as Parcerias de Projecto;
- **Comissão Consultiva**, que integra o Grupo de Parceiros Locais;

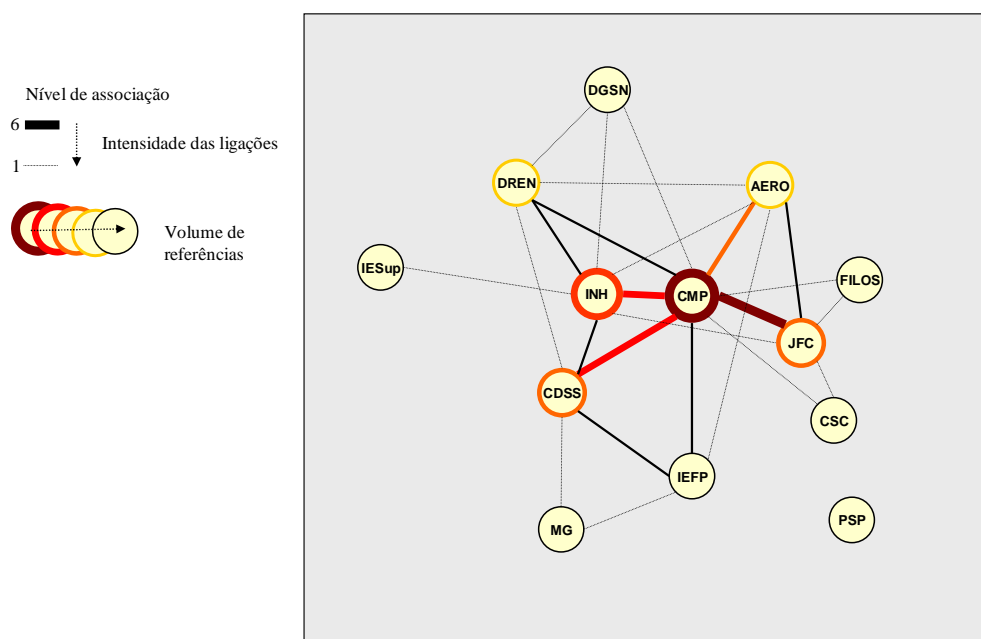
A estrutura acima mencionada e cuja finalidade é assegurar a cooperação e a participação das entidades e da população do bairro, será sustentada tecnicamente pelo Gabinete Técnico Local (inclui Chefe de Projecto e Equipa Técnica) e por uma Equipa de Avaliação (externa), responsável pelo acompanhamento "ongoing" do projecto.

Face aos resultados do questionário realizado junto dos Parceiros Locais (esquema seguinte), a estrutura da **Unidade de Gestão** pode ser constituída por:

- Câmara Municipal do Porto,
- Instituto Nacional de Habitação,
- Centro Distrital de Segurança Social do Porto (Ministério do Trabalho e Solidariedade Social),
- Junta de Freguesia de Campanhã,
- Agrupamento das Escolas Ramalho Ortigão.

O poliedro 1 definido pelas referências comuns quanto à opinião dos inquiridos relativamente a quem deve liderar os processos de reabilitação do bairro é fortemente polarizado pela Câmara Municipal do Porto, quer em associação com o Instituto Nacional de Habitação quer com a Junta de Freguesia de Campanhã, ou ainda, secundariamente com o Centro Distrital de Segurança Social do Porto.

Poliedro simples - ligação das instituições referidas com base nas referências comuns



Código/Sigla – Designação da Instituição

AERO – Agrupamento das Escolas Ramalho Ortigão (Ministério da Educação)

CDSS – Centro Distrital de Segurança Social do Porto (Ministério do Trabalho e Solidariedade Social)

DGSN – Direcção-Geral de Saúde do Norte (Ministério da Saúde)

DREN – Direcção Regional Educativa do Norte (Ministério da Educação)

IESup – Instituições de Ensino Superior

FILOS – Fundação FILOS

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego do Porto (Minist. Trab. e Solidar. Social)

INH – Instituto Nacional da Habitação

JFC – Junta de Freguesia Campanhã

MG – Montepio Geral

PSP – Comando da PSP da Área Metropolitana do Porto (Ministério da Administração Interna)

O **Conselho de Representantes do Bairro** deverá integrar um conjunto de lideranças informais do bairro, capazes de articular recursos, vontades e aspirações dos residentes e de mobilizar redes, gerando “momentum” para o desenvolvimento das acções contempladas nos projectos. Tendo em linha de conta a dimensão do bairro, a capacidade mobilizadora demonstrada até ao presente e as acções a implementar bem como a necessidade de as articular entre si, considera-se como desejável o envolvimento de 10 a 12 pessoas. Este conselho deve contribuir para a dinamização e criação de instituições verdadeiramente locais.

Na **Comissão Consultiva** deverão estar presentes todos os Actores que participaram na definição do Projecto do Bairro do Lagarteiro, assim como outras instituições que entretanto se considere pertinente integrar (neste momento sugere-se a inclusão do Instituto Português da Juventude). Relativamente aos

Actores que não mostraram disponibilidade para participarem na Iniciativa nos últimos meses (LPPS - Liga Portuguesa de Profilaxia Social; REAPN - Rede Europeia Anti Pobreza; FCAC - Futebol Clube Amigos de Campanha) deve ser avaliado o seu verdadeiro interesse e capacidade de participação. Neste órgão devem estar representadas as instituições locais, que neste momento não estão, porque praticamente não existem. Logo, deve haver uma forte ligação ente a Comissão Consultiva e o Conselho de Representantes do Bairro.

PROGRAMA DE ACÇÃO GLOBAL:

Recomendações para a Intervenção na envolvente		
		Novas construções em frente ao Parque Oriental
		Nova estrutura de arruamentos na área de urbanização especial
A. Requalificar urbanística e ambientalmente o Bairro		
A.1	Projecto	Estruturação e qualificação urbanística
	A.1.a	Novos Arruamentos
	A.1.b	Novos Espaços Públicos (ou colectivos)
	A.1.c	Construção de Novos Equipamentos na envolvente
	A.1.d	Centro Hípico Social
	A.1.e	Nova Esquadra da PSP
A.2	Projecto	Reabilitação dos alojamentos habitacionais
	A.2.a	Reabilitação das Coberturas, Fachadas, Empenas e Áreas Comuns das Construções existentes
	A.2.b	Reabilitação dos Espaços de Habitação existentes
C. Promover uma cidadania activa		
B.1	Projecto	Estar Bem em rede
Acções	B.1.a	Saúde é Vida
	B.1.b	Desporto é Futuro
	B.1.c	Eco-Bairro
	B.1.d	Segurança Activa
	B.1.e	Escola em Rede
	B.1.f	A.N.I.M.A.R. (Atrair, Negociar, Incentivar, Mobilizar, Activar, Reinsrerir)
B.2	Projecto	Comunidade aprendente e empreendedora
Acções	B.2.a	(Pro) Habilidades Sociais
	B.2.b	Pólo RVCC

	B.2.c	Aprenditeca
	B.2.d	Agência de pequenas iniciativas Locais
	B.2.e	Plataforma Novas Actividades
C. Governar local		
C.1	Projecto	E.1. Gestão e monitorização
Acções	C.1.a	Gabinete Técnico Local
	C.1.b	Sistema de Monitorização
	C.1.c	Sistema de Comunicação
C.2	Projecto	E.2. Capacitação institucional e local
Acções	C.2.a	Reforço das Competências para a Intervenção
	C.2.b	Reforço das Competências para a Intervenção e Participação

PLANO DE ACÇÃO – Interligações principais entre as Acção

Projecto (código) Acção (código)	A						B										C			
	A.1.a	A.1.b	A.1.c	A.1.d	A.1.e	A.2.a	A.2.b	B.1.a	B.1.b	B.1.c	B.1.d	B.1.e	B.1.f	B.2.a	B.2.b	B.2.c		B.2.d	B.2.e	
A	A.1.a																			
	A.1.b																			
	A.1.c																			
	A.1.d																			
	A.1.e																			
	A.2.a																			
	A.2.b																			
B	B.1.a																			
	B.1.b																			
	B.1.c																			
	B.1.d																			
	B.1.e																			
	B.1.f																			
	B.2.a																			
	B.2.b																			
	B.2.c																			
	B.2.d																			
B.2.e																				
C																				

PLANO DE ACÇÃO – Parceiros por Acção

Acção (código)	A							B											C	
	Instituição (código)	A.1.a	A.1.b	A.1.c	A.1.d	A.1.e	A.2.a	A.2.b	B.1.a	B.1.b	B.1.c	B.1.d	B.1.e	B.1.f	B.2.a	B.2.b	B.2.c	B.2.d		B.2.e
ACIME																				
AERO																				
APSNV																				
BPAM																				
CAOS																				
CAT																				
CDSS																				
CMP																				
CSC																				
DGSN																				
DRCN																				
DREN																				
FCAC																				
FILOS																				
IDT																				
IEFP																				
INH																				
JFC																				
LPSS																				
NV																				
ODPS																				
PSP																				
REAPN																				
OUTROS																				

Instituições

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
AERO – Ministério da Educação – Agrupamento das Escolas Ramalho Ortigão
BPAM – Benéfica e Previdente, Associação Mutualista
CAOS – Associação Juvenil CAOS
CAT – Centro de Apoio Toxicodependentes – CAT Oriental
CDSS – Ministério do Trabalho e Solidariedade Social – Centro Distrital de Segurança Social do Porto
CMP – Câmara Municipal do Porto / Empresa Municipal de Habitação e Manutenção
CSC – Ministério da Saúde – Centro de Saúde de Campanhã
DRCN – Ministério da Cultura – Delegação Regional da Cultura do Norte
DREN – Ministério da Educação – Direcção Regional Educativa do Norte
FCAC – Futebol Clube Amigos de Campanhã
FILOS – Fundação FILOS
IDT – Instituto da Droga e Toxicodependência
IEFP – Minist. Trab. e Solidar. Social – Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego do Porto
INH – Instituto Nacional da Habitação
JFC – Junta de Freguesia Campanhã
LPSS – Liga Portuguesa de Profilaxia Social
NV – Equipa de Rua Oriental Norte Vida
ODPS – Obra Diocesana de Promoção Social
PSP – Ministério da Administração Interna – Comando da PSP da Área Metropolitana do Porto
REAPN – Rede Europeia Anti Pobreza

Orçamento da Iniciativa:

Acção (código e designação)	Custo (€)
A.1.a Novos Arruamentos	1.000.000
A.1.b Novos Espaços Públicos (Colectivos)	1.400.000
A.1.c Construção de Novos Equipamentos na envolvente	1.180.000
<p>A. Pavilhão Polivalente de Representação – 600 000 euros</p> <p>B. Creche/Jardim de Infância – 190 000 euros</p> <p>C. Pavilhão de Interpretação Ambiental e Ciclismo – 150 000 euros</p> <p>D. Hortas Pedagógicas – 40 000 euros</p> <p>E. 1. Pavilhão de Apoio ao Parque Oriental, com cafetaria e esplanada – 100 000 euros</p> <p>E. 2. Parque radical – 100 000 euros</p>	
A.1.d Centro Hípico Social	250.000
A.1.e Nova Esquadra da PSP	300.000
A.2.a Reabilitação das Coberturas, Fachadas, Empenas e Áreas Comuns das Construções existentes	3.000.000
A.2.b Reabilitação dos Espaços de Habitação existentes	4.500.000-6.000.000
B.1.a Saúde é Vida	280.000
B.1.b Desporto é Futuro	200.000
B.1.c Eco-Bairro	128.000
B.1.d Segurança Activa	160.000
B.1.e Escola em Rede	200.000
B.1.f A.N.I.M.A.R. (Atrair, Negociar, Incentivar, Mobilizar, Activar, Reinserir)	1.200.000
B.2.a (Pro) Habilidades Sociais	120.000
B.2.b Pólo RVCC	628.000
B.2.c Aprenditeca	365.000
B.2.d Agência de pequenas iniciativas Locais	461.200
B.2.e Plataforma Novas Actividades	218.000
C.1.a Gabinete Técnico Local	100.000 / ano
C.1.b Sistema de Monitorização	25.000 / ano
C.1.c Sistema de Comunicação	50.000 / ano
C.2.a Reforço das Competências Institucionais	15.000
C.2.b Reforço de competências para a intervenção e participação	30.000

INDICADORES GLOBAIS

Relativamente aos investimentos físicos, algumas instituições opõem-se à localização de equipamentos no Bairro e nas periferias do Bairro, designadamente a Câmara Municipal do Porto. Devemos referir também que alguns investimentos estão fortemente relacionados com o Parque Oriental (designadamente, o Pavilhão de Apoio ao Parque Oriental e o Centro Hípico Social) e deverão articular-se com o Projecto ainda em concepção. Será ainda de referir que definimos anteriormente os indicadores por Acção, logo este quadro é selectivo e mais global.

Qualidade deve ser o *slogan* que deve orientar a implementação deste Projecto, desde as Acções materiais às imateriais. Isto significa fazer melhor, procurar os bons exemplos e as boas práticas, e reflectir a todo o momento. Por outro lado, não é um Projecto para ser executado, mas um projecto para ser construído continuamente. A mudança não está na concepção do projecto, mas sim nos processos que se forem desencadeando.

Trabalhar em rede, significa que as instituições e a população do Bairro devem conceber e implementar as diferentes actividades partilhando, concertando, programando e implementando conjuntamente. Os processos de aprendizagem

Área intervencionada – novos arruamentos (m2)	14.400 m2
Novos Espaços Públicos (m2)	30.000 m2
Alojamentos reabilitados (fogos)	446 fogos
Reabilitação externa de 13 blocos habitacionais (blocos)	13 blocos
Alojamentos familiares sobrelotados	Diminui 80%
Taxa de Insucesso Escolar	Diminui 50%
Taxa de Abandono Escolar	Diminui 50%
Maternidade na adolescência	Diminui 50%
Violência doméstica	Diminui 50%
População Jovem (dos 6 aos 15 anos) envolvida nos diferentes projectos	75%
Adultos envolvidos em acções de aprendizagem ao longo da vida e de promoção da empregabilidade	280
Residentes organizados em dispositivos promotores da Iniciativa individual e empresarial	36
Adultos envolvidos em acções de animação comunitária	120
Jovens certificados como animadores para o desenvolvimento e cidadania	80
Participantes nas acções lúdico-desportivas	240
Participantes nas acções ambientais e de saúde	200

Pólo RVCC	1
Aprenditeca	1
Agência de pequenas iniciativas	1
Pavilhão Polivalente de Representação	900 m2 + exter.
Creche / Jardim de Infância	300 m2 + exter.
Hortas Pedagógicas	400 m2 + 30 m2
Pavilhão de Ciclismo e de Interpretação Ambiental	250 m2
Pavilhão de Apoio ao Parque / Esplanada / Equipamento de Escalada	100 m2
Centro Hípico Social	400 m2
Nova Esquadra da PSP	250 m2
Manuais de Manutenção dos Alojamentos e de Edifícios (2)	446 agregados domésticos